



*Autoridade Bancária e de Pagamentos
de Timor-Leste*

Banking and Payments Authority of Timor-Leste

Relatório Anual
Annual Report

Ano Fiscal
Jul/2006 – Jun/2007
Fiscal Year

Dili, Timor-Leste

2007

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Autoridade Bankaria no Pagamentu Timor-Leste Nian

Relatório Anual

Annual Report

Ano 2006/2007

(1/Jul/2006 – 30/Jun/2007)

Dili
2007

Índice

Apresentação	pg 3
Cap 1 – O quadro económico de fundo	pg 5
1.1 – Enquadramento internacional	pg 5
1.2 – A evolução recente da economia nacional	pg 19
Cap 2 – A actividade da ABP em 2006/07	pg 45
2.1 – Geral	pg 45
2.2 – Agenda legislativa	pg 46
2.3 – Sistema financeiro e de pagamentos	pg 47
2.4 – Transacções com moeda e serviços bancários	pg 50
2.5 – Fortalecimento institucional	pg 52
2.6 – Pessoal e desenvolvimento de qualificações	pg 53
2.7 – Relações externas	pg 54
2.8 – Governação	pg 54
Informações financeiras sobre o exercício terminado em 30 de Junho de 2007	pg 55
Relatório dos Auditores independentes	pg 86

Apresentação

Tal como vem fazendo desde a sua criação no fim de 2001, a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste apresenta, com este documento, o Relatório Anual das suas actividades, neste caso as que desenvolveu durante o ano fiscal que decorreu entre o início de Julho de 2006 e o fim de Junho de 2007.

À semelhança do que tem acontecido na maior parte dos anos, a descrição das actividades e das contas da ABP é precedida de uma análise do contexto internacional e nacional em que elas se desenvolveram. Começamos, pois, este relatório pela análise --- forçosamente sintética mas abordando os aspectos que nos pareceram mais importantes e determinantes para a economia nacional e a própria instituição --- da evolução da economia internacional, a que se segue uma apresentação dos principais aspectos da evolução da economia de Timor-Leste no período considerado.

Na análise da economia internacional queremos destacar as perspectivas de algum abrandamento da mesma para 2007 e 2008 comparativamente com o ano anterior e as modificações que se verificaram, principalmente no final do período em análise mas também depois de ele ter terminado, em variáveis tão importantes como a taxa de juro (com tendência a baixar) e o preço do petróleo (com forte tendência a subir). Ambas as variáveis são importantes para a evolução do capital e da rentabilidade do Fundo Petrolífero, de que a ABP é o gestor de acordo com a Lei e os acordos estabelecidos com o Governo do país.

Quanto à economia nacional, reforçamos mais uma vez a ideia de que se torna urgente a disponibilização de Contas Nacionais credíveis a serem calculadas pela Direcção Nacional de Estatística bem como a de que o ano de 2006-07 terá tido uma evolução de sinal ainda incerto mas que foi muito afectada, como já o tinha sido no ano fiscal anterior, pela conjuntura política e social do país. Espera-se que para o futuro seja possível estabilizar esta conjuntura, condição essencial para que seja uma realidade a melhoria da nossa economia e, com ela, do nível de vida dos nossos concidadãos.

A nossa instituição, fazendo parte da comunidade nacional, não poderia deixar de se ressentir da evolução política e social acima referida bem como da evolução económica que se verificou. Apreciamos, no entanto, salientar que, apesar de todas as dificuldades por que passámos foi possível “levar o barco a bom porto”, assegurando o contínuo reforço das capacidades técnicas, financeiras e outras da ABP.

Esta, note-se, é principalmente o grupo dos seus funcionários e as capacidades de que dispõem para desenvolver a sua actividade profissional com eficiência. É por isso que o Conselho de Administração da Autoridade tem dedicado uma parte significativa dos seus esforços a assegurar a constante melhoria daquelas capacidades, tarefa para que conta com o apoio, sempre pronto e que agradecemos, dos parceiros do nosso próprio desenvolvimento, como o FMI, o Banco de Portugal, o Bank Indonesia e outras entidades, nomeadamente o SEACEN Center por ter continuado a receber, sem encargos para nós, funcionários da ABP para complemento de formação.

Um aspecto importante para a consolidação da nossa instituição que contávamos ver resolvido durante o ano fiscal era o da aprovação dos novos estatutos da ABP pelo Conselho de Ministros da República Democrática de Timor-Leste, estatutos esses que assegurariam a passagem da mesma a Banco Central de Timor-Leste. Infelizmente, devido à conjuntura política do país não foi possível cumprir este nosso importante objectivo.

Uma outra linha fundamental da nossa actividade durante o ano de 2006-07 foi continuar a desenvolver e aperfeiçoar o quadro legal em que se desenvolvem as actividades bancária e seguradora no nosso país, dando ao nosso sistema financeiro uma robustez que, só por si, confira uma garantia aos agentes económicos de que é seguro investir em Timor-Leste e, ao fazê-lo, contribuir para o desenvolvimento económico de Timor-Leste.

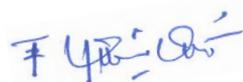
Elemento importante da definição de um sistema financeiro forte foi a preparação/publicação de legislação sobre a actividade seguradora e sobre o estrito controlo da chamada “lavagem de dinheiro” e o financiamento de actividades terroristas.

Gostaríamos também de salientar aqui que a ABP foi designada pelo Governo, por recomendação da Direcção Nacional de Estatística, para ser a entidade responsável pela compilação da Balança de Pagamentos do país. Graças à assistência técnica do FMI e ao apoio financeiro do governo do Japão, foi já efectuada uma versão preliminar da mesma, o que exigiu um esforço significativo de organização de dados recolhidos com a colaboração de um número significativo de entidades que efectuem movimentos registáveis na referida Bdp e sem cuja cooperação teria sido impossível cumprir cabalmente a missão que nos foi confiada.

Finalmente mas não de menos importância, queremos salientar aqui o crescente envolvimento da ABP e do seu pessoal na gestão eficaz do Fundo Petrolífero. Esta é actualmente uma das nossas principais actividades e tudo aponta para que assim vá continuar a ser, nomeadamente quando, assegurada a estabilidade do seu crescimento, se entender que é chegado o momento de fazer uma gestão mais activa do referido Fundo. Nesse sentido a ABP iniciou já o processo que levará à definição dos gestores externos de recursos do Fundo Petrolífero.

Antes de terminar, desculpe-se ao Director-Geral o facto de aproveitar estas breves linhas para agradecer a todos quantos, funcionários, colegas de Administração, parceiros de desenvolvimento, entidades governamentais com quem mais colaboramos no dia-a-dia das nossas actividades, nos ajudaram a prosseguir o trabalho que nos propusemos desde a criação da ABP em 30 de Novembro de 2001: fazer dela uma instituição de referência no quadro de Timor-Leste e assegurar que a independência do “banco central” face aos vários agentes políticos, económicos e sociais é uma realidade bem compreendida e aceite e respeitada por todos como sendo essencial ao bom funcionamento do quadro económico do nosso país.

O Director-Geral



Abraão de Vasconcelos

30 de Outubro de 2007

1 – O quadro económico de fundo



Xangai: símbolo do poder económico da economia mais dinâmica da Ásia, a China

1.1 - Enquadramento internacional

Num relatório sobre a actividade do banco central de Timor-Leste pode parecer algo desnecessário a apresentação das principais linhas de força da evolução da economia internacional durante o período em análise, o ano fiscal 2006-07 (1.JUL.06 a 30.JUN.07).

No entanto, tal abordagem é mais que justificada dado, que sendo o nosso país uma economia extremamente aberta ao exterior, a evolução da economia internacional --- como um todo e de alguns países em particular, nomeadamente a dos nossos vizinhos mais próximos --- não pode deixar de exercer influência, maior nuns domínios do que noutros, sobre a economia de Timor-Leste.

Basta lembrarmo-nos, por exemplo, do facto de a nossa moeda ser a de um outro país (EUA), de as receitas da principal fonte de financiamento do Orçamento Geral do Estado (o Fundo Petrolífero) serem resultantes da evolução do preço (internacional) do petróleo bruto e de cerca de metade das nossas importações virem da Indonésia para termos já três exemplos de factores internacionais que exercem uma influência (muito) importante sobre a nossa economia e, nesse sentido, sobre a evolução do nosso país.

Lembrar isto não significa reduzir a importância dos factores internos na evolução da economia nacional durante o passado recente, quando tais factores foram (ainda mais) determinantes que nos anos anteriores¹. Qualquer observador, mesmo o mais desatento, reconhecerá que a situação política e social que se viveu no nosso país durante a maior parte --- senão a totalidade --- do ano fiscal terminado em Junho passado foi o principal factor a influenciar a evolução da situação económica (e social) de Timor-Leste.

Numa revisão (em alta) das suas previsões anteriores (datadas de Abril/07), o FMI estimava no final de Julho passado, no seu *World Economic Outlook (WEO) Update*, que a **taxa de crescimento do produto mundial** será de 5,2% em 2007 (estimativa anterior: 4,9%), repetindo-se a mesma taxa em 2008.

Três meses depois, na versão de Outubro/2007 do *WEO*, o Fundo reviu, agora em baixa, a taxa de crescimento do PIB mundial em 2008 para 4,8%, mantendo-se a estimativa para o crescimento em 2007 nos 5,2%.

Em 2006 a taxa de crescimento terá sido de 5,5% pelo que se conclui que em 2007 está a verificar-se um ligeiro abrandamento da economia mundial (menor que o inicialmente previsto) e que o ritmo de variação deste se manterá em 2008.

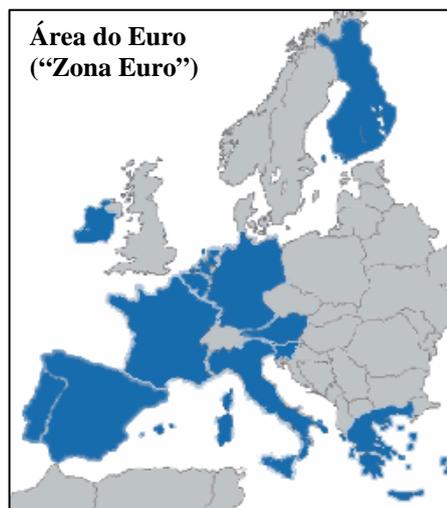
A principal razão de tal abrandamento é a redução significativa que se está a verificar no crescimento nos EUA (2,9% em 2006 para apenas 1,9% em 2007, prevendo-se uma repetição desta taxa no próximo ano, numa significativa revisão em baixa de 0,9 pontos percentuais na taxa de crescimento face à estimativa anterior).

Note-se que as informações mais recentes (Novembro/2007) sobre a evolução da economia americana são a de que, apesar dos bons resultados no terceiro trimestre de 2007, a incerteza quanto à evolução em 2008 aumentou, podendo este ano conhecer uma quebra da produção maior que a esperada actualmente, principalmente se as dificuldades que atravessa actualmente o sistema financeiro do país devido à crise das empresas de financiamento da habitação condicionar a concessão de crédito à economia, reduzindo o financiamento a esta e, com isso, comprometendo o crescimento económico.

A área do Euro --- o conjuntos países europeus que usam o Euro como moeda comum ---, por sua vez, verá o seu crescimento em 2007 baixar ligeiramente (menos 0,2 pontos percentuais) relativamente aos 2,8% de 2006. Em 2008 a taxa de variação do PIB será aproximadamente 2,1%, menos 0,4 pontos que a estimativa de Julho passado.

Esta baixa de actividade poderá estar relacionada com a subida das taxas de juro (que mais que duplicaram entre 2004 e actualmente) tendo em vista o controlo das tensões inflacionistas e a continuada valorização do euro nos mercados financeiros internacionais, particularmente face ao USD, que dificulta as exportações “made in EU”.

No sentido da baixa da taxa de crescimento na zona Euro joga também o aumento da incerteza do funcionamento dos mercados financeiros que, devido a “uma maior aversão ao risco e a adopção de critérios de



¹ Vidé adiante a análise da economia nacional durante o período do ano fiscal em análise (2006-07)

financiamento mais restritivos pelas instituições de crédito deverão também marcar a conjuntura económica da Zona Euro no futuro próximo, levando o crescimento do PIB a descer de 2,5% em 2007 para um valor em torno de 2% em 2008.”²

Para 2009 há previsões³ no sentido de se verificar uma retoma da actividade económica em vários países, com os Estados Unidos a crescerem 2,4% (cerca de 0,5 pontos percentuais acima de 2008), a Zona Euro a ficar-se pelos 2,1% --- sensivelmente a mesma taxa de 2008 --- e a China pelos cerca de 10%. A economia mundial conhecerá então um crescimento de 3,7% contra os 3,5% de 2008 e os 3,9% de 2007.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, conhecerão este ano (2007) um crescimento de cerca de 8%, sensivelmente a mesma verificada no ano passado e quase tripla da das economias mais avançadas. A China e, em parte, a Índia, são as principais responsáveis por este rápido crescimento das chamadas “economias emergentes”.

A primeira cresceu 11,1% em 2006 e crescerá 11,5% este ano e 10% em 2008, enquanto que a Índia, que apresenta agora taxas de crescimento próximas das da China, crescerá 8,99% este ano e 8,4% em 2008 --- depois de ter crescido 9,7% em 2006.

É, aliás, o rápido crescimento destes países (e da Rússia) que é responsável por um crescimento do produto mundial que é, afinal e apesar dos problemas por que passam as economias mais avançadas, relativamente “animado” em termos históricos.

Sumário das projecções do <i>World Economic Outlook</i> (FMI), de Outubro/07						
Produto	2005	2006	2007	2008	Diferenças relativamente às estimativas de Julho/07 (WEO)	
					2007	2008
Mundo	4,8	5,4	5,2	4,8	--	-0,4
Economias avançadas	2,5	2,9	2,5	2,2	-0,1	-0,6
Estados Unidos	3,1	2,9	1,9	1,9	-0,1	-0,9
Área Euro	1,5	2,8	2,5	2,5	-0,1	-0,4
Japão	1,9	2,2	2,0	1,7	-0,6	-0,3
Outras economias emergentes e países em desenvolvimento	7,5	8,1	8,1	7,4	0,1	-0,2
África Sub-Saariana	6,0	5,7	6,1	6,8	-0,8	0,4
China	10,4	11,1	11,5	10,0	0,3	-0,5
Índia	9,0	9,7	8,9	8,4	-0,1	--
ASEAN-4	5,1	5,4	5,6	5,6	0,2	-0,1

Fonte: FMI *World Economic Outlook*, Outubro/07

Ilustrando o que já se salientou noutras ocasiões sobre a dificuldade em os analistas concordarem com uma previsão única, consensual, em relação ao futuro, o banco australiano ANZ publicava na mesma ocasião (Julho/07) as suas próprias estimativas, cerca de meio ponto percentual mais pessimistas que as do Fundo: o mundo cresceria segundo o ANZ, às taxas de 4,8% e de 4,7% em 2007 e 2008. A diferença dever-se-ia, nomeadamente, a um crescimento mais lento da China que o estimado pela organização internacional: 10,5% e 9,8% nos dois anos referidos. Em Outubro/2007 o ANZ reviu

² in ESPÍRITO SANTO RESEARCH *Economia Global*, Novembro 2007 (www.bes.pt)

³ Idem

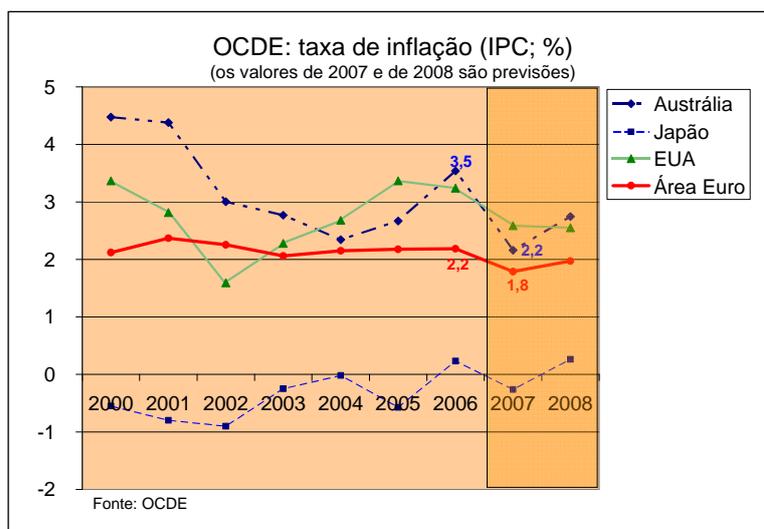
as suas previsões; estas eram agora de um crescimento mundial de 5% em 2007, mantendo-se a estimativa de 4,7% para 2008. A China crescerá a uma taxa que se aproxima agora mais da estimada pelo FMI: 11,3% em 2007 e 10,3% em 2008.

Recorde-se que os dados publicados (Setembro/07) pelo ADB-Asian Development Bank se aproximam dos do FMI.

Ainda quanto à evolução da produção mundial vale a pena referir que o FMI estima que, uma vez passado o abrandamento de 2008, a taxa de crescimento voltará a subir e será, em média, de 5,1% no período de 2009 a 2012, a mesma que no período 2005-08 e significativamente acima do período 1997-2004, em que foi de 3,8%.

Quanto à **taxa de inflação**, a sua evolução nos países mais industrializados da OCDE é a que se pode ver no gráfico ao lado: entre 2006 e 2007 houve um abrandamento dos seus valores, particularmente em países como a Austrália e os Estados Unidos.

O seu nível absoluto situa-se hoje, na maioria dos países, em redor dos 2%, uma taxa historicamente das mais baixas das últimas décadas. Segundo o *WEO*



(Outubro/07) do FMI a taxa de inflação média nos países com economias mais avançadas será de 2,1% em 2007, depois de ter sido de 2,3% em 2006 e 2005. Isto é tanto mais relevante quanto é certo que vários factores --- nomeadamente a pressão dos elevados e (algo) instáveis preços dos combustíveis bem como algum “nervosismo” em alguns mercados, nomeadamente os financeiros devido aos problemas do mercado imobiliário norte-americano --- parecem apontar para uma instabilidade da situação económica internacional propícia ao aparecimento de tensões inflacionistas.

Muitos autores consideram que o facto de estas estarem, aparentemente, controladas se deve, nomeadamente, a dois factores:

- a) uma crescente perícia dos decisores de política económica no controlo do fenómeno; e
- b) a crescente presença da China no mercado internacional e a pressão que ela exerce quer para baixar os preços de alguns produtos quer para não permitir a subida dos preços de muitos outros bens produzidos também pelos países mais industrializados.

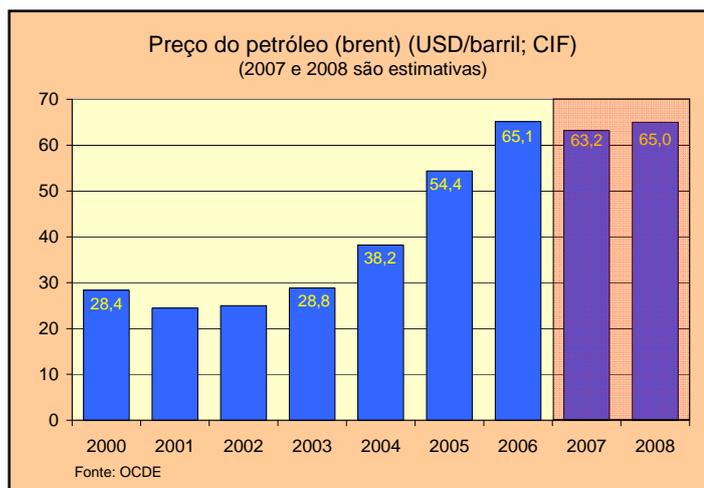
Estes países mostram algum receio da concorrência do “império do meio” devido aos seus salários que são uma reduzida fracção dos dos países mais avançados e da sua (quase) inesgotável mão-de-obra. Estes dois elementos têm contribuído para a actual tendência à descida da taxa de crescimento dos salários nos países mais industrializados. Tal concorrência faz-se sentir em sectores mais mão-de-obra intensivos --- responsáveis ainda hoje por uma parcela importante do emprego nos países industrializados --- mas também crescentemente em sectores com uma componente tecnológica bem maior, nomeadamente nas áreas da electrónica e de muitas “partes e componentes” para vários sectores industriais.

Quanto aos países em desenvolvimento e economias emergentes, o FMI estima que a taxa de inflação se situou em 2006, em média, nos 5,1%, atingindo os 5,2% este ano e devendo baixar para 5,3% em 2008 (WEO, Out/07).

Por sua vez, o *Asian Development Outlook Update* estimava (Setembro/07) que a taxa média anual de inflação no conjunto da Ásia em desenvolvimento passaria de 3,3% em 2006 e 4% em 2007 para 3,8% em 2008.

O aumento das tensões inflacionistas na região que estes números fazem transparecer não é, no entanto, generalizado sendo especialmente verdade para a China. Nela, depois de em 2006 a inflação ter sido de apenas 1,5%, as estimativas iniciais do ADB eram de que viesse crescer até aos 1,8% em 2007. Porém, na sua revisão de Setembro das suas estimativas estas “saltaram” para 4,2% no caso da taxa de inflação da China para 2007. Em 2008 baixará para 3,8%.

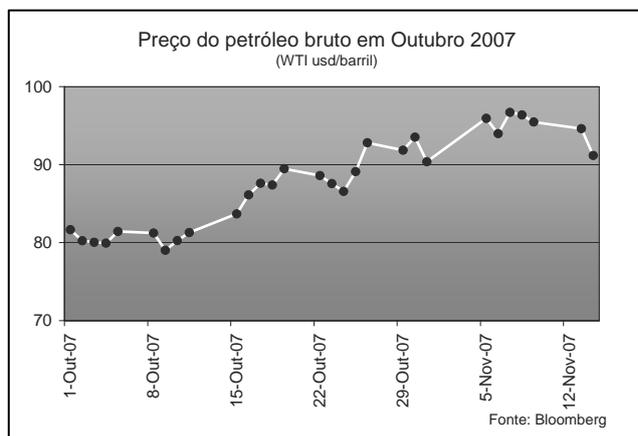
Sendo a inflação medida pela variação dos preços no consumidor e influenciada pela variação dos custos, o facto de se estar a assistir a uma fase de uma (apesar de tudo) relativa estabilidade dos **preços do petróleo** --- a níveis elevados, algo instáveis mas menos que nos anos de 2003 a 2006 --- contribui, certamente, para a estabilidade dos preços dos demais produtos, isto é, para uma taxa de inflação relativamente baixa e estável.



É a isso que estamos a assistir desde há alguns anos, numa evolução bem diferente dos períodos que se seguiram aos dois choques petrolíferos dos anos '70 do século passado.

Note-se que o FMI estima que a média dos preços do petróleo (*Brent*, Dubai, WTI) foi de USD 64,27 em 2006 e que nas suas estimativas sobre a evolução da economia mundial assumiu como preços previsíveis para 2007 e 2008 os valores de USD 68,52 e 75,00 respectivamente.

Estimativas do FMI sobre a média dos preços do petróleo bruto (Brent, Dubai, WTI), USD/barril			
	2006	2007	2008
Julho/2007		63,75	68,75
Outubro/2007	64,27	68,52	75,00



Estes valores estão significativamente acima dos que eram previstos em Julho/07, quando eram de USD 63,75 e 68,75, respectivamente, para este ano e o próximo. A subida relaciona-se com o recente aumento dos preços do *crude* nos mercados mundiais, quando atingiram os quase USD 100/barril.

O Banco Asiático de Desenvolvimento estimava no seu *Asian Development Outlook* do ano passado que os preços médios seriam

62 USD/barril em 2006 e de 60 USD/barril em 2007. O valor médio para o período 2006-10 será, segundo estimativa da mesma fonte, de 57 USD/barril. Estimativas da agência americana de informação sobre energia referem estimativas de 66,7 USD/barril, 64,1 USD/barril, 60,9 USD/barril e 57,5 USD/barril para os anos de 2007 a 2010 (em USD constantes de 2005)

A recente subida do preço do petróleo são boas notícias para Timor-Leste e o seu Fundo Petrolífero mas não podemos esquecer que somos também totalmente dependentes da importação de produtos refinados do petróleo que, naturalmente, ficarão também mais caros. Para o período posterior (2009-2012) o FMI estima que se verificará uma quebra de -2,2% no preço médio anual do petróleo.

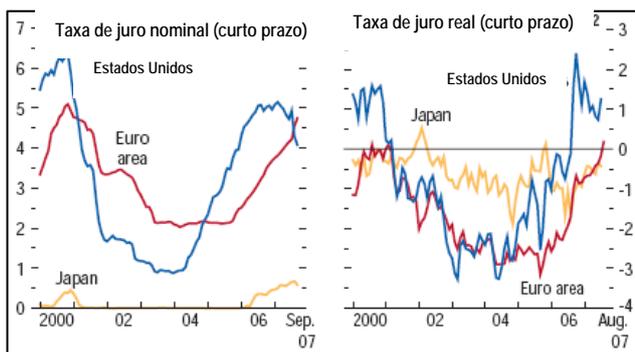
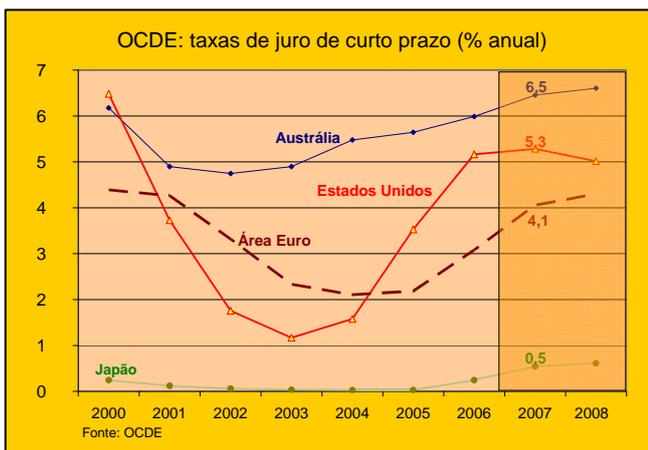
O controlo da inflação que se mencionou acima está normalmente a cargo dos bancos centrais.

Estes têm sido uns vigilantes atentos da evolução dos preços e não hesitam em utilizar os meios ao seu alcance --- nomeadamente a influência que podem exercer sobre as **taxas de juro** de mercado -- para combater eventuais pressões no sentido da subida dos preços.

Há mesmo quem os acuse de “excesso de sensibilidade” à inflação, dificultando, com a sua política monetária, a retoma consistente da situação económica de algumas economias e em alguns períodos e, genericamente, contribuindo para taxas de crescimento do produto relativamente modestas --- com a conseqüente dificuldade em absorver de forma mais intensa o desemprego existente em várias dessas economias e que ronda os 7% na “zona Euro” e os 4-5% no Japão e Estados Unidos. Não se pense, contudo, que a dificuldade referida se deve apenas à actuação dos bancos centrais já que as suas causas são variadas.

Nos anos recentes assistiu-se a uma subida significativa das taxas de juro nos Estados Unidos, primeiro (desde 2003), e na Europa Ocidental, depois (desde 2005), sendo as taxas de juro nos primeiros agora superiores às da Europa do Euro, ambas (significativamente) ultrapassadas pelas da Austrália --- hoje cerca de 6,4% para o caso dos títulos de Tesouro a 90 dias, comparáveis com os 5,4% dos títulos a 3 meses nos EUA e os 4,7% na zona Euro.

As estimativas do WEO apontam para uma descida da LIBOR nos Estados Unidos para 4,4% em 2008 (uma descida de 0,8 pontos percentuais). Entretanto e numa medida que visa facilitar o mercado de crédito e alguma tendência recessionista na economia do país o FED americano baixou a sua taxa de desconto em 50 pontos percentuais, situando-se agora no 5%/ano; a taxa dos fundos do FED baixou para 4,5%. Esta queda das taxas de juro não deixará de afectar negativamente a rentabilidade das aplicações do Fundo Petrolífero de Timor-Leste.



A recente (terceiro trimestre de 2007) instabilidade verificada no mercado financeiro americano (e, por arrastamento, no europeu) devida às dificuldades que atravessam as empresas (pequenas e médias) de financiamento da habitação provocou uma rarefação do crédito e um nova subida das taxas de juro que está a dificultar a vida a muitas famílias/consumidores (nomeadamente as que têm hipotecas para financiamento da sua habitação) e empresas (agora com custos financeiros maiores... quando encontram crédito).

Consequência desta instabilidade foi também a necessidade de intervenção de vários bancos centrais nos mercados financeiros para evitar situações que poderiam degenerar em pânico dos agentes económicos e em posterior crise económica.

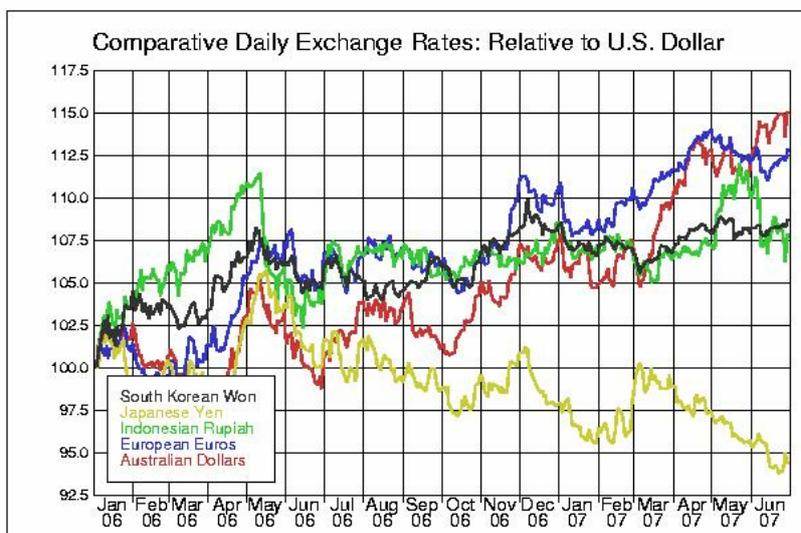
Tudo isto resultou num aumento da incerteza quanto à evolução futura da economia mundial --- ainda que todos pareçam acreditar que não há risco significativo de se gerar uma crise financeira internacional com inevitáveis consequências no domínio do crescimento económico. Uma manifestação dessa incerteza é a significativa revisão das estimativas do FMI para a economia de alguns países num curto espaço de três meses.

Em relação à Ásia, particularmente, o ADB acredita que as importantes reservas financeiras internacionais que os países asiáticos têm hoje em dia e as melhorias que (desde a crise de 1997-98) se verificaram na qualidade dos sistemas financeiros nacionais constituem poderosos preventivos de uma situação de crise na região.

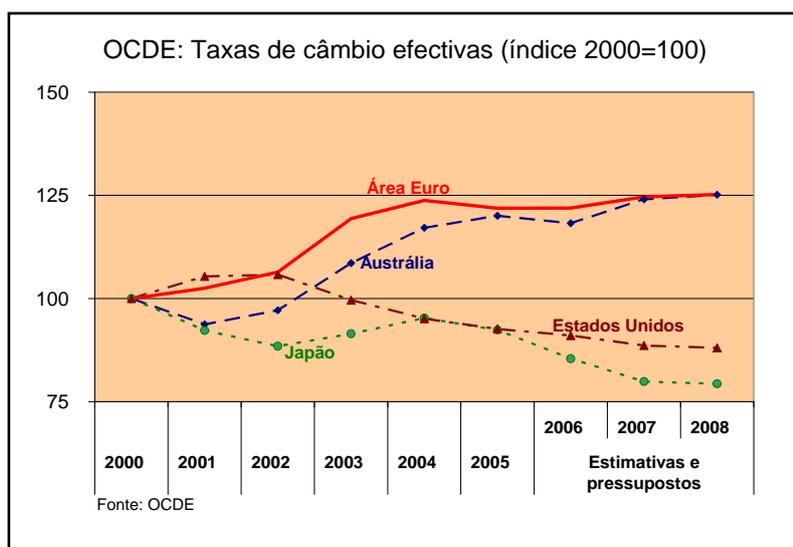
A verificar-se uma crise económica nos Estados Unidos ela não deixará de se reflectir no crescimento da Ásia Oriental e do Sudeste porque aquele país --- e a União Europeia, que acabará também por ser afectada --- é ainda um importante parceiro económico da região mas a verdade é que o seu impacto será bem menor do que se ela tivesse ocorrido há mais anos, quando a dependência da Ásia em relação ao mercado norte-americano era maior.

As **taxas de câmbio** nominais, por sua vez, conheceram uma evolução diferenciada e irregular em relação ao USD.

Enquanto o Euro se continuou a valorizar de uma forma quase constante ao longo do ano fiscal terminado em Junho passado (ele está hoje cerca de 12,5% mais forte que no início de 2006), o iene japonês desvalorizou-se cerca de 5% desde o início de 2006, fazendo aumentar a competitividade externa do Japão, o que tem ajudado à sua recuperação económica.



Também o dólar australiano e a rupia indonésia se valorizaram face ao USD, aquele mais que esta --- que conheceu nos últimos tempos, como forma de tentar travar os efeitos negativos de uma taxa de inflação mais elevada, alguma desvalorização (em Maio passado cada USD trocava-se por cerca de 8700 rupias e no final de Junho o seu câmbio rondava os cerca de 9100 rupias).

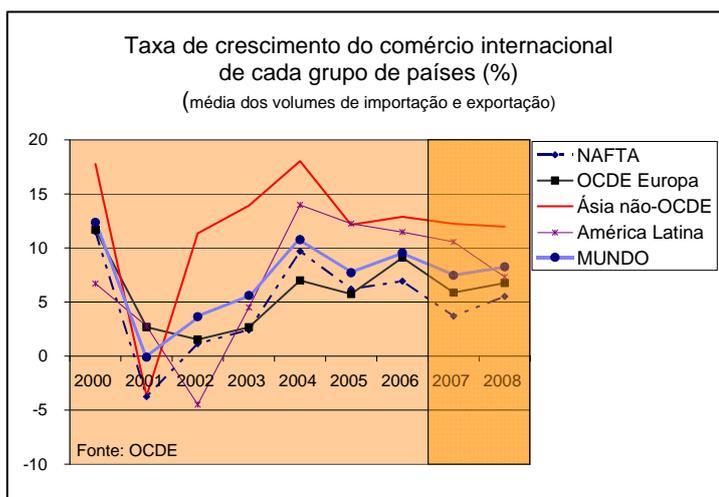


No início do ano fiscal cada AUD era comprado por 74 cents do USD e no final custava cerca de 85 cents. No final de Outubro/07 atingiu os 92 cents quando um ano antes cada AUD custava 77 cents americanos.

A valorização do Euro e do dólar australiano verificaram-se também nas taxas de câmbio efectivas, as que são calculadas considerando o peso do comércio internacional de cada país. O gráfico ao lado ilustra também a

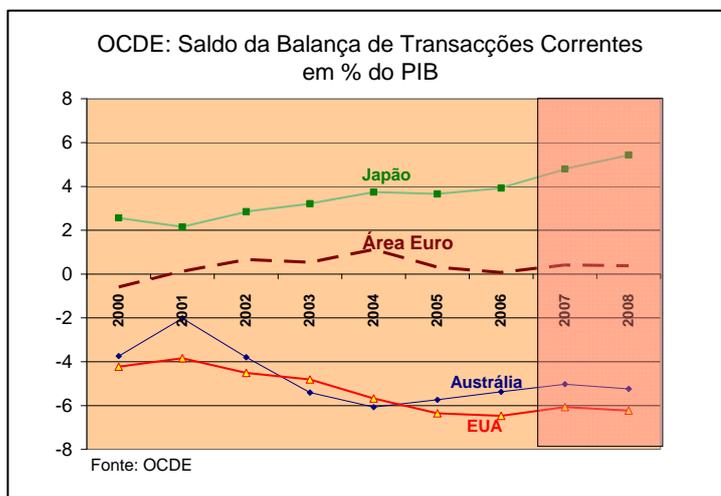
depreciação que o USD tem sofrido desde o período de 2001-2002 --- quando ele estava muito sobrevalorizado e que coincidiu com a época em que ele foi adoptado como a moeda nacional de Timor-Leste --- bem como a depreciação do iene japonês.

Quanto ao **comércio internacional**, é de referir o ligeiro abrandamento das suas taxas de crescimento esperadas para 2007, eventualmente a recuperar em 2008. Note-se no gráfico abaixo o grande dinamismo do comércio externo dos países asiáticos não pertencentes à OCDE (os que pertencem são apenas o Japão e, desde há alguns anos, a Coreia do Sul), incluindo a China e a Índia, dinamismo esse que influencia positivamente a taxa mundial.



Os países da NAFTA (North American Free Trade Association, que inclui os Estados Unidos, o Canadá e o México) são dos que têm uma menor dinâmica do seu comércio externo.

De notar o facto de, do conjunto das economias mais avançadas, ser o Japão quem tem uma melhor posição relativamente à sua Balança de Transacções Correntes; essa posição tem vindo, mesmo, a melhorar ao longo da presente década, para o que estará contribuindo a depreciação do iene que se referiu acima.



A área do Euro tem a BTC relativamente equilibrada mas a Austrália e os Estados Unidos têm saldos fortemente negativos (em valor absoluto e em proporção do seu produto) nas suas relações económicas externas de bens e serviços.

Curioso é verificar-se que esta situação, quanto aos EUA, se dá numa época em que tem sido significativa a depreciação do USD, a qual poderia contribuir para um maior equilíbrio das transacções correntes com descida das suas importações --- num período de desvalorização estas ficam mais caras para os consumidores nacionais --- e aumento das exportações --- agora e em princípio mais baratas e acessíveis aos consumidores externos. O forte consumo interno americano, quer das famílias quer do governo, parece ser uma das causas de tal desequilíbrio.

Esta situação enquadra-se numa mais geral em que, nos últimos anos --- ao contrário do que ensinava a “velha” teoria económica ---, os países em desenvolvimento (nomeadamente a China) têm níveis de poupança significativamente mais elevados do que o do investimento (em % do seu PIB), tornando-se fontes privilegiadas de recursos de que se servem os países mais avançados, particularmente os Estados Unidos --- convertidos em verdadeiro “esponja” das poupanças mundiais -- para financiarem os seus défices externos e das contas públicas (ver quadros abaixo).

Principais países exportadores e importadores de capital (2006)

(% do total mundial respectivo)

<i>Exportadores</i>		<i>Importadores</i>	
China	13,5	Estados Unidos	63,7
Japão	12,2	Espanha	7,4
Alemanha	8,8	Reino Unido	4,1
Rússia	8,8	Austrália	3,0
Arábia Saudita	8,8		
Noruega	4,8		
Suíça	3,7		
Holanda	3,7		
Kuwait	3,6		

Fonte: IMF *Global Financial Stability Report*, April 2007 -- *Statistical Annex*

Ordem	País (ou equivalente)	Reservas internacionais	Data
		(milhões USD)	
	<i>MUNDO</i>	6.235.085	Jul-07
	<i>China (RPC + Hong Kong + Macau)</i>	1.480.900	Jun-07
1	RP China	1.332.600	Jun-07
2	Japão	932.157	Ago-07
	<i>Zona Euro</i>	439.342	Jun-07
3	Rússia	413.800	Ago-07
4	Taiwan	261.372	Ago-07
5	Coreia do Sul	255.300	Ago-07
6	Índia	228.847	Ago-07
7	Brasil	161.552	Set-07
8	Singapura	147.622	Ago-07
9	Hong Kong	138.300	Ago-07
10	Alemanha	116.681	Jul-07

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_foreign_exchange_reserves

Em relação aos países asiáticos, informações mais detalhadas que as anteriores apresentadas podem ser obtidas em várias fontes de informação. No domínio das estatísticas privilegiamos as fornecidas pelo Banco Asiático de Desenvolvimento no seu *Asian Development Outlook* de 2007 e respectivo *Update* (Set/07) complementadas pelas previsões realizadas em Agosto passado pelo banco ANZ, da Austrália, quanto à evolução futura das economias asiáticas. Recorde-se que neste domínio (previsões), o consenso entre as instituições que as realizam não é fácil e por isso as que aqui se apresentam devem ser olhadas com os cuidados usuais.

De realçar o já identificado rápido crescimento da RPChina, com taxas iguais ou superiores a 10%/ano nos últimos quatro anos, e o crescimento na “casa” dos 5% de vários dos principais vizinhos do nosso país. É o caso da Indonésia, por exemplo, que registou taxas de crescimento de 5,7-5,5% nos últimos dois anos.

Taxa de crescimento (%) do PIB em países asiáticos					
<i>países</i>	2002	2003	2004	2005	2006
RP China	9,1	10	10,1	10,4	10,7
Hong Kong	1,8	3,2	8,6	7,5	6,8
Coreia do Sul	7,0	3,1	4,7	4,2	5,0
Taiwan	4,2	3,4	6,1	4,0	4,6
Indonésia	4,3	4,8	5,0	5,7	5,5
Malásia	5,4	5,8	6,8	5,0	5,9
Singapura	4,2	3,1	8,8	6,6	7,9
Filipinas	4,4	4,9	6,4	4,9	5,4
Índia	3,8	8,5	7,5	8,4	9,4
Timor-Leste	-6,7	-6,2	1,8	0,8	-1,6

Fonte: ADO-Asia Development Outlook 2007; ADB; Manila, 2007

Quanto às previsões para a evolução das economias asiáticas no corrente ano e em 2008, o ANZ parece, de uma forma geral, alinhar uma perspectiva de abrandamento do crescimento da maioria das economias. Excepção à regra é a da Indonésia, onde se espera uma aceleração do crescimento desde os 5,6% de 2006 até aos 6,2% deste ano e os 6,5% no próximo ano.

Taxa de crescimento (%) do PIB em países asiáticos: 2006 e previsões para 2007 e 2008					
<i>países</i>	2006	2007p		2008p	
		ADB	ANZ	ADB	ANZ
RP China	10,7	11,2	9,8	11,8	9,6
Hong Kong	6,8	6,0	6,3	5,4	5,7
Coreia do Sul	5,0	4,6	4,4	5,0	4,2
Taiwan	4,6	4,6	5,1	4,5	4,1
Indonésia	5,6	6,2	6,2	6,4	6,5
Malásia	5,9	5,6	5,5	5,7	5,5
Singapura	7,9	7,5	7,6	6,0	4,8
Filipinas	5,4	6,6	7,0	6,0	4,7
Índia	9,4	8,5	8,7	8,5	8,5

Fontes: ADB Asian Development Outlook Update, ADB, Set/07
ANZ International Economics Monthly – August 2007

As taxas de inflação também terão uma evolução diferenciada nos vários países, com alguns a verem-nas subir e outros, como a Indonésia, a conseguirem controlá-las.

Taxas de inflação					
	2006	2007p		2008p	
		ADB	ANZ	ADB	ANZ
RP China	1,5	4,2	3,2	3,8	2,9
Hong Kong	2,0	1,7	1,7	2,5	2,3
Coreia do Sul	2,5	2,5	2,9	2,6	3,0
Taiwan	0,6	1,6	1,5	1,5	2,0
Indonésia	13,3	6,3	6,1	6,0	5,0
Malásia	3,6	2,5	2,1	2,5	2,3
Singapura	1,0	1,2	1,6	1,2	1,6
Filipinas	6,3	2,9	3,0	3,5	5,2
Índia	6,2	5,0	6,7	5,0	6,5

Fontes: ADB *Asian Development Outlook Update*, ADB, Set/07
ANZ *International Economics Monthly* - August 2007

Uma das fontes principais do sucesso económico dos países asiáticos tem sido a sua capacidade exportadora ou, de uma forma geral, de assegurarem relações económicas internacionais positivas durante um largo período de tempo.

Ultrapassada definitivamente a crise de 1997-98, os países asiáticos têm hoje, de novo, uma situação económica externa que se pode considerar mais que “confortável”, sendo de notar, nomeadamente, a já acima mencionada capacidade da China em acumular recursos nas suas reservas internacionais e de servir actualmente de financiador de muitos outros países como, em primeiro lugar, os Estados Unidos mas também, ainda que naturalmente em escala muito menor, alguns países africanos produtores de matérias primas, particularmente o petróleo (caso do Sudão e de Angola, entre outros).

Saldo da Balança de Transacções Correntes				
	(% do PIB)			
	2005	2006	2007p	2008p
RP China	7,2	9,4	10,9	10,5
Hong Kong	11,4	10,8	9,5	11,5
Coreia do Sul	1,9	0,7	0,6	0,1
Taiwan	4,5	6,8	6,7	6,5
Indonésia	0,1	2,7	1,4	0,7
Malásia	14,6	16,3	11,9	11,6
Singapura	24,5	27,5	28,5	27,0
Filipinas	2,0	4,3	5,4	5,2
Índia	-1,1	-1,1	-1,6	-1,9

Fonte ADB *Asian Development Outlook Update*, ADB, Set/07

Esta situação, resultante de níveis elevados de exportações, esconde uma realidade que há que ter em conta e que pode ser analisada a partir do quadro abaixo: a de que, em vários países, a taxa de aumento das importações é, hoje, superior à das exportações. Isto pode levar, a médio-longo prazo, a uma relativa degradação das respectivas balanças de transacções correntes mas esse momento parece vir ainda relativamente longe.

Seja como for, ela é a ilustração de uma realidade cada vez mais evidente e interessante: a de que vários países asiáticos não são apenas bons fornecedores do mercado internacional mas também, cada vez mais, bons compradores nesse mercado, constituindo-se numa crescente alternativa --- ainda que não a dispensando, de forma alguma --- aos mercados das economias mais avançadas.

Isto é verdade particularmente para a China, por exemplo, que deve ser vista cada vez mais também como um mercado apetecível para onde exportar e não apenas como fonte de produtos (e cada vez mais também serviços) a preço baixo. O rápido crescimento do rendimento *per capita* no país e a conhecida apetência dos chineses por produtos estrangeiros são importantes nesta evolução, tal como o é a crescente necessidade do país se abastecer, no exterior, de matérias primas e bens intermédios essenciais à sua produção e exportação com manutenção de taxas de crescimento tão elevadas como as que o país tem conhecido (cerca de 10% desde há 4 anos).

Taxas de crescimento do comércio internacional de mercadorias (%)						
países	2004	2005	2006	2004	2005	2006
	<i>Exportações</i>			<i>Importações</i>		
RP China	35,4	28,4	27,2	36,0	17,6	19,9
Hong Kong	15,9	11,4	9,4	16,9	10,3	11,6
Coreia do Sul	31,0	12,0	14,4	25,5	16,4	18,4
Taiwan	17,9	4,5	14,2	28,3	3,9	12,4
Indonésia	11,5	22,9	17,5	39,6	24,9	5,9
Malásia	21,0	10,9	10,3	26,3	8,6	10,8
Filipinas	9,5	4,0	13,9	8,3	7,3	8,6
Singapura	20,5	14,0	12,8	23,6	13,6	13,7
Índia	23,4	23,2	--	33,2	29,8	--

Fonte: ADO-Asia Development Outlook 2007; ADB; Manila, 2007

As taxas de juro, por sua vez, têm, em cada país, valores absolutos e comportamentos que reflectem principalmente as condições dos respectivos mercados nacionais mas também a evolução das taxas internacionais. Das taxas dos demais países asiáticos interessa-nos especialmente salientar as praticadas pela Indonésia já que ela pode ser um mercado potencialmente atraente para detentores nacionais de capitais devido à liberdade de circulação destes existente entre nós (p.ex. em depósitos) e os laços existentes ainda hoje e que foram cimentados ao longo da história (não de todo pacífica) em comum. Naturalmente, a evolução da taxa de câmbio da rupia é fundamental.

Taxas de juro: valores de Jul/07 e estimativas para Jun/08

	(%)	
	Jul-07	Jun-08p
RP China - taxa activa a um ano	6,84	7,22
Hong Kong - taxa de desconto da HKMA	6,75	6,50
Coreia do Sul - taxa <i>overnight</i>	2,40	1,10
Taiwan - Taxa de desconto	3,12	3,50
Indonésia - taxa do Banco Central	8,25	8,00
Malásia - taxa <i>overnight</i>	3,50	3,00
Filipinas - taxa <i>overnight</i>	6,00	6,50
Índia - <i>repo rate</i>	7,75	7,75

Fonte: ANZ International Economics Monthly - August 2007

A economia da Indonésia

Dos quadros acima deduz-se facilmente que a economia da Indonésia manteve um crescimento forte em 2006 com estimativas mais recentes apontando para uma taxa de 5,6%. Este bom desempenho da actividade económica do país foi dinamizada principalmente pelo consumo privado e pelo investimento, sendo igualmente de notar a boa performance das exportações --- nomeadamente devido à subida que se tem verificado nos preços de alguns dos principais produtos que as compõem (petróleo bruto, gás natural, minérios diversos e óleo de palma).

Para 2007 espera-se um aumento da taxa de crescimento do PIB, fixando-se nos cerca de 6,2% graças, mais uma vez, ao papel dinamizador desempenhado por aquelas três componentes da despesa nacional (consumo privado, investimento e exportações).

A melhoria das exportações permitiu também melhorar o saldo da balança de transacções correntes e as próprias reservas externas do país (equivalentes a 7 meses de importações em dezembro/06) mesmo depois de ter amortizado antecipadamente parte do seu empréstimo junto do FMI. Isto permitiu reduzir a dívida externa de 47,5% no final de 2005 para 34% em setembro/2006.

A política fiscal colocou como meta original para o défice fiscal o nível de 1,1% mas gastos de desenvolvimento superiores ao previsto, o apoio a zonas atingidas por catástrofes naturais (ex: *tsunami* de Dez/04 e receitas menores que o esperado deverão fixar este défice em cerca de 1,6% em 2007.

De particular interesse para Timor-Leste é a queda que se tem verificado na taxa de inflação do país, que depois dos 13,3% de 2006 que se ficaram a dever ao fim de muitos subsídios --- nomeadamente aos produtos petrolíferos --- se fixarão nos cerca de 6,5% este ano e, eventualmente, um pouco menos em 2008. Reduzem-se assim as possibilidades de Timor-Leste sofrer pressões sobre os seus preços devido à “inflação importada” dos nossos vizinhos.

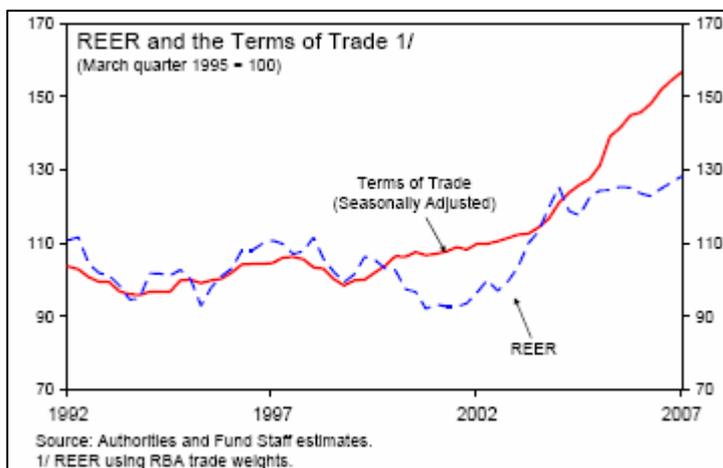
Finalmente, recordemos o que ficou dito mais acima sobre a evolução do câmbio da rupia. Ela sofreu recentemente uma desvalorização face ao USD, situando-se actualmente nos cerca de 9200 rupias por USD. Esta desvalorização compensa parcialmente a subida dos preços verificada.

A economia da Austrália

O Fundo Monetário Internacional salienta no seu relatório publicado em Setembro ao abrigo do Artº IV dos seus Estatutos que, depois de um breve abrandamento do crescimento, o PIB real do país terá crescido à taxa de 3,75% durante o primeiro trimestre deste ano, cerca de 1 ponto percentual acima da taxa média verificada em 2006 (2,7%).

A taxa de inflação deverá baixar dos 3,5% de 2006 para 2,1% em 2007 e, estima-se, para 2,8% em 2008.

Quanto à balança de transacções correntes e apesar das melhorias dos preços dos produtos exportados deve



verificar-se em 2007 um saldo negativo correspondente a 5,6% do produto, sensivelmente a mesma percentagem do ano passado. Este valor está ligeiramente acima da média verificada nos 25 anos decorridos desde 1981 e que é de 4,5%.

A taxa de juro do banco central está fixada em cerca de 6,25% depois de, durante o ano de 2006, ter sido aumentada, por 3 vezes, em 25 pontos percentuais (0,25%) de cada vez. Esta taxa é, como já referido noutra local, superior às correspondentes taxas nos Estados Unidos e na zona euro.

Uma taxa de juro mais elevada que nas economias similares da OCDE e melhorias significativas no investimento e nos termos de troca devido ao aumento do preço das *commodities* acima referido tiveram como consequência uma valorização do dólar australiano --- vd acima a evolução da taxa de câmbio efectiva real do AUD (fonte: FMI) --- que se está a reflectir no encarecimento dos produtos adquiridos por Timor-Leste na Austrália.

Resumo e conclusão

A situação económica mundial caracterizou-se, no período do ano fiscal 2006-07, por algum abrandamento do crescimento no conjunto dos países mais avançados mas a continuação de um crescimento rápido nos países asiáticos. Este panorama poderá repetir-se para o ano fiscal em curso, sendo agora, no entanto e devido a vários factores, a previsão do que se irá passar no futuro um pouco mais incerta.

Os preços do petróleo continuarão elevados, o que é favorável a Timor-Leste enquanto produtor do mesmo.

As taxas de juro internacionais poderão baixar ligeiramente, o que poderá vir a afectar negativamente o rendimento do Fundo Petrolífero, por exemplo.

As pressões inflacionistas que se estão a fazer sentir em alguns países asiáticos, particularmente a China, não serão especialmente relevantes para a economia nacional já que as importações daquela origem são limitadas, sendo mais importante o que neste domínio se passa na Indonésia --- que deverá conhecer um ligeiro abrandamento da subida dos seus preços médios.

A evolução no sentido da sua depreciação que a taxa de câmbio do USD tem tido em relação à maioria das moedas de outros países suscita alguma preocupação na medida em que se traduz numa efectiva perda de poder real de compra da moeda (nacional) se utilizada para pagamentos em outros países, nomeadamente europeus. Como, porém, a maioria das responsabilidades externas do país --- nomeadamente para pagamentos de importações --- é com moedas que têm conhecido apenas uma pequena valorização face ao USD e, mesmo, alguma desvalorização (Indonésia), os efeitos sobre Timor-Leste serão relativamente reduzidos e assim continuarão a ser salvo se a depreciação do USD continuar de forma mais acelerada. As importações provenientes da Austrália, cuja moeda se tem valorizado mais, destinam-se fundamentalmente ao consumo de entidades (singulares ou colectivas) internacionais e não parecem ser de molde, pela sua dimensão e destinatários, a influenciarem significativamente a taxa global de inflação --- embora atinjam os preços suportados por aquelas entidades.



*Marco "0", frente ao Palácio do Governo, em Dili.
Começar de novo?*

1.2 - A evolução recente da economia nacional

À laia de introdução

A acreditar em algumas estimativas da evolução da economia Timor-Leste em 2006 esta foi, em geral, menos favorável do que nos anos anteriores.

A actividade económica desacelerou devido à crise política e militar de Abril e Maio/06. É isso, pelo menos, que se deduz da taxa de crescimento da economia estimada pelo FMI no relatório da sua missão a Timor-Leste realizada ao artigo IV dos seus Estatutos em Outubro 2006 pois ela foi negativa (-1.6%). Este valor contrasta quer com a realidade do ano anterior (em que a taxa foi de +2,3%) quer, por maioria de razão, com a taxa estimada alguns meses antes (Março/2006) pelo Fundo para o crescimento durante o ano de 2006 e que era então de +4,7%. Ela contrasta ainda com a taxa de cerca de 7% prevista pelo governo de Timor-Leste como sendo necessária para garantir uma taxa relevante de crescimento do rendimento *per capita*, taxa esta que estava subjacente à elaboração do Orçamento de Estado para 2006-07 e ao grande crescimento da despesa pública que nele se previu.

Quanto à inflação, a sua taxa homóloga anual (Junho/07 em relação a Junho/06) ter-se-á situado em 9,5%, uma nítida aceleração face à taxa equivalente do ano anterior (5%) e, mesmo, aos 7,3% do ano civil de 2006 (taxa homóloga de Dezº/06). Limitado como está na sua capacidade de influenciar a situação --- devido ao facto de Timor-Leste não ter moeda própria e não ter, assim, alguns dos mais importantes instrumentos de política monetária ---, o banco central pouco conseguiu fazer para evitar esta aceleração da subida de preços e que se ficou a dever, em boa parte, às condições políticas e sociais que também influenciaram a produção e não à sua acção ou às limitações dela.

Produção

Na análise da economia internacional feita acima referimos alguns dos elementos desta que podem influenciar a evolução da economia nacional mas desde logo reconhecemos que, particularmente no ano fiscal em análise (2006/07), a evolução desta resultou principalmente do ambiente político e social que se viveu entre nós durante (praticamente) todo o período e que só veio a acalmar depois do ciclo eleitoral (duas rondas de eleição presidencial e eleição legislativa) de meados deste ano civil.

Reconhecemos assim que a economia de Timor-Leste não foi influenciada, de uma forma determinante, pela economia mundial ou, mesmo, a economia da região em que se insere.

Ela depende, antes, principalmente da evolução de factores internos, nomeadamente do consumo público (e do investimento deste sector) e da forte presença entre nós de vários doadores multilaterais bilaterais e, incluindo nestes a própria ONU e sua(s) missão(-ões) no nosso país.

Temos referido várias vezes a importância da existência de contas nacionais elaboradas oficialmente pelas entidades nacionais, que neste caso seria a Direcção Nacional de Estatística. Infelizmente, porém e ao fim de 5 anos de independência e de mais dois e meio de administração da ONU não foi possível cumprir este que deve ser um dos objectivos principais do sistema estatístico nacional. As culpas deste facto devem ser repartidas entre as autoridades nacionais e os doadores --- até talvez mais estes que aquelas já que eles não souberam responder positivamente aos esforços nesse sentido desenvolvidos por estas últimas.

Assim sendo, resta-nos como fonte de informação nesta área os valores que são usualmente divulgados pelo FMI nas suas análises sobre o nosso país realizadas anualmente ao abrigo do Artº IV dos Estatutos do Fundo e que acabam por ser utilizadas por todos como “quase oficiais”.

Os últimos dados divulgados por esta instituição internacional são os seguintes:

<i>PIB não-petrolífero</i>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BIDE + FMI (milhões USD)	316	368	344	323	324	331	326
<i>Idem, taxa de crescimento %</i>		16,5	-6,7	-6,2	0,4	2,3	-1,6

Eles baseiam-se em trabalhos desenvolvidos pelo *BIDE-Boston Institute of Developing Economies* e foram “estendidos”, projectados, aos anos mais recentes pelo próprio Fundo.

Não é este o local próprio para discutir a validade das estimativas efectuadas mas admite-se que nestes números haja algum erro já que, se é verdade que para vários sectores de actividade há informações relativamente bem recolhidas e utilizadas nos cálculos, noutros sectores houve que, à falta de informação estatística de base com qualidade aceitável (ou mesmo face à sua pura e simples

inexistência), houve que estabelecer um conjunto de pressupostos e de hipóteses de trabalho que são susceptíveis de alguma controvérsia e de terem introduzido erros nos trabalhos iniciais que se repercutem nos cálculos dos valores mais actuais, nomeadamente do último ano civil completo (2006).

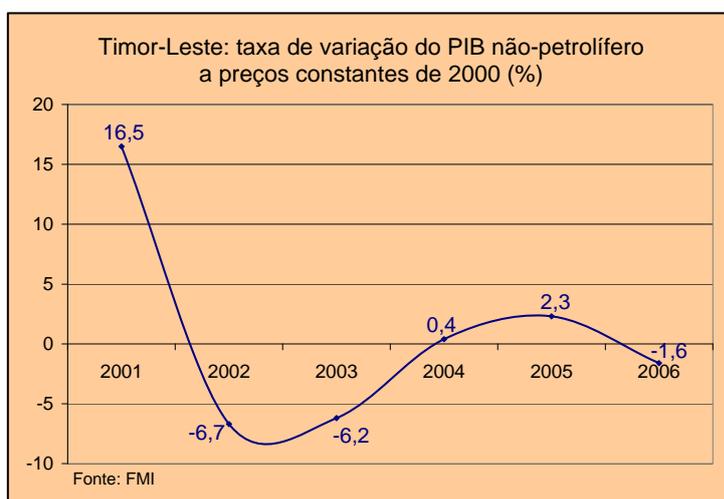
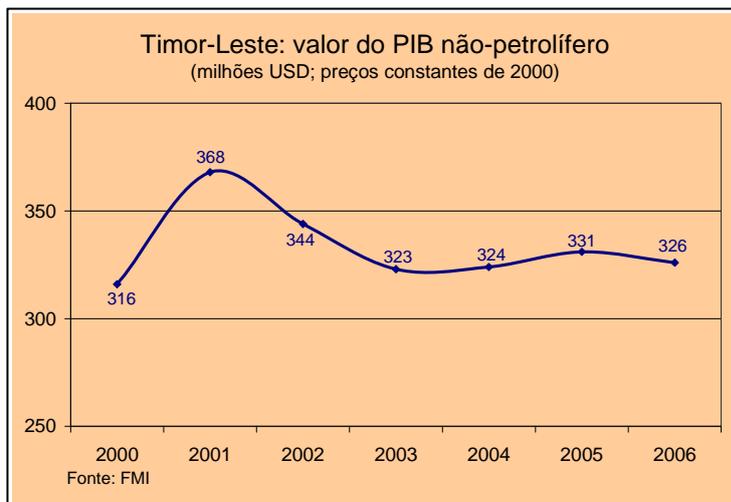
Um exemplo parece ser o da contribuição da ONU (e do pessoal internacional que ela emprega e vive entre nós). Outro parece ser o da contribuição da agricultura para o produto nacional.

Quanto a esta última, acredita-se que as estatísticas actualmente existentes sejam mais precisas que as existentes há alguns anos atrás e por isso uma determinação mais actualizada da sua contribuição para o PIB pode dar resultados diferentes dos anteriores.

Quanto à primeira, há informações que levam a supor que a sua contribuição terá sido sobreavaliada no passado por se ter pressuposto que os gastos dos técnicos internacionais que colaboram para o nosso desenvolvimento era bem superiores ao que efectivamente terão sido.

Quanto mais não seja por estes dois elementos, é importante refazer, agora, os cálculos feitos anteriormente e procurar obter um valor da produção nacional que se aproxime mais da realidade. É essa a tarefa que deve ser cometida à Direcção Nacional de Estatística, devendo ser apetrechada --- pelo Governo e pelos doadores internacionais --- com os meios técnicos e humanos necessários para o fazer. Urgentemente.

Até lá não nos resta alternativa que não seja utilizar os dados existentes, mesmo sabendo que sofrem, certamente, de imperfeições a serem corrigidas. Tal correcção, a acreditar numa (eventual mas bem possível) sobrevalorização, no passado, da contribuição da ONU, deverá ser no sentido da baixa do valor do PIB global, com consequências sobre o PIB per capita --- isto é, a média dos timorenses serão ainda mais pobres do que se julga.



As taxas de crescimento da economia desde 2001 estão representadas no gráfico ao lado e abaixo, salientando-se o facto de no ano civil de 2006 --- o FMI apresenta os seus cálculos em anos civis e não em anos fiscais --- a taxa de crescimento ter sido negativa em resultado da crise política e social que vivemos: -1,6%.

Esta é uma tendência que contraria o que se vinha observando nos anos anteriores: depois de passado o impacto da saída da UNTAET --- verificado em 2002 e 2003 --- tinha sido possível, ainda que a partir de valores do PIB agora mais baixos que anteriormente, reverter a tendência e iniciar um processo de recuperação económica.

Esta, com o aumento significativo de despesas previsto no OGE para 2006/07 graças ao início da utilização de verbas acumuladas no Fundo Petrolífero, parecia

sustentável a taxas de crescimento razoavelmente (senão significativamente) mais elevadas que as dos anos anteriores. Se seriam ou não nos valores pretendidos/estimados então pelo governo (cerca de 7%/ano) é algo que a História não permitiu confirmar.

Recordem-se aqui as previsões para o médio prazo tal como apresentadas pelo FMI no seu documento de análise da economia nacional relativo ao ano de 2006¹ e publicado em Fevereiro de 2007:

Perspectivas de médio-prazo: cenário moderado de implementação de políticas							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Est.			Projeções			
Taxa de crescimento do PIB não-petrolífero	2,3	-1,6	32,1	3,5	1,8	1,9	2,4
Idem, excluindo também a ONU	6,2	-6,7	19,9	5,6	4,8	4,3	4,4
Total do investimento (% do PIB ã-petrolífero)	19	19	28	34	37	39	39
<i>Do qual, investimento do sector público</i>	15	15	23	27	29	30	29
Taxa de inflação (IPC)	0,9	5,7	5,0	3,7	3,4	3,2	3,0

As elevadas previsões para 2007 justificavam-se, aos olhos da instituição, pelos elevados gastos (em investimento e despesas correntes) que o orçamento aprovado para 2006/07 previa e o pressuposto de que uma boa parte das verbas orçamentadas seriam efectivamente gastas.

Considerando as conhecidas dificuldades de execução orçamental que se têm verificado quase sistematicamente e a natural incerteza que rodearia a realização da sucessão de eleições prevista para 2007, trata-se, sem dúvida, de uma projecção optimista --- senão mesmo *muito* (demasiado?) optimista. Infelizmente não há ainda dados que permitam estimar o valor que virá, de facto, a verificar-se quanto à taxa de crescimento económico deste ano mas não cremos que chegue, sequer, aos dois dígitos apesar dos evidentes sinais de aceleração da economia nos últimos meses do ano --- particularmente em Dili.

Os valores apresentados acima para o produto a preços constantes resultam, dada a taxa de crescimento da população (mais de 3%), numa evolução negativa do rendimento per capita. Este é, segundo os dados do FMI, o seguinte:

	2002	2003	2004	2005	2006
PIB per capita, ã-petrolífero (preços 2000); USD	384	364	356	356	351

Uma eventual revisão em baixa dos valores do PIB total (não-petrolífero e não-ONU) virá, naturalmente, provocar uma redução destes valores que, face à incerteza sobre aqueles valores, é de montante incerto mas que poderá ser significativo se, como referido, se eliminar o efeito da presença da ONU entre nós.

Recorde-se que o crescimento do rendimento per capita a uma taxa de, por exemplo, 3% ao ano -- - o que exigirá cerca de 25 anos para o duplicar a uma taxa constante --- exige, face à actual previsão de taxa de crescimento da população de Timor-Leste, uma taxa de crescimento do rendimento global que nos próximos anos deveria ser de cerca de 6,5-7%/ano. Temos de ser capazes.

¹ IMF 2006 Article IV Consultation—Staff Report (IMF Country Report No. 07/79)

Preços; inflação

Outra variável económica fundamental para a população e a economia em geral são os preços e a sua variação, a inflação.

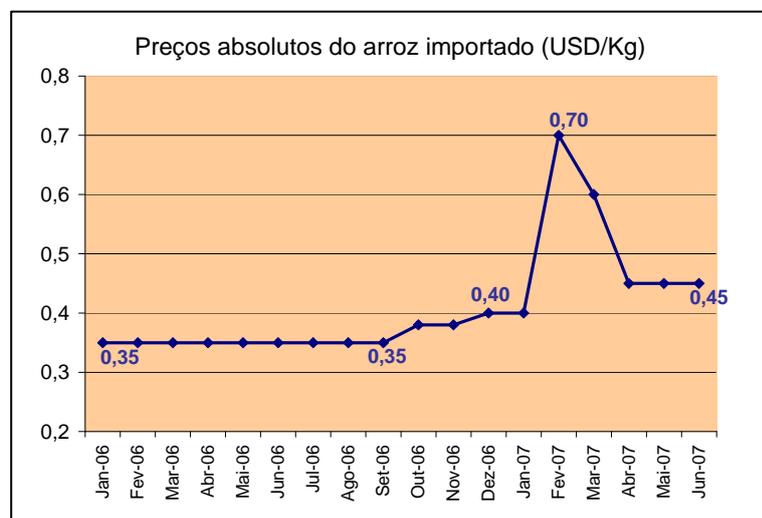
A instabilidade política vivida durante o ano fiscal 2006-07 foi propícia à existência de tensões inflacionistas que de outra forma, e muito provavelmente, não existiram. Parte desses comportamentos são ditados por alguma desorganização dos sistemas comerciais em situações semelhantes mas outros derivam de comportamentos nitidamente especulativos --- que, naturalmente, não são eles próprios independentes da mencionada desorganização.

Índice de preços no consumidor e taxa de inflação na cidade de Dili												
2005	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	116,3	116,3	116,4	116,4	116,1	115,8	116,0	116,3	116,4	117,2	117,0	117,1
variação mensal	0,2	0,0	0,1	0,0	-0,3	-0,3	0,2	0,3	0,1	0,7	-0,2	0,1
Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior	2,2	2,1	2,0	1,6	-0,3	-0,4	-0,2	1,1	1,3	1,7	1,5	0,9
2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	117,0	117,0	117,5	117,5	118,0	121,6	122,6	122,5	123,9	124,5	124,6	125,6
variação mensal	-0,1	0,0	0,4	0,0	0,4	3,1	0,8	-0,1	1,1	0,5	0,1	0,8
Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior	0,6	0,6	0,9	0,9	1,6	5,0	5,7	5,3	6,4	6,2	6,5	7,3
2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	126,8	138,0	135,1	131,4	132,5	133,1	132,9	133,3	133,5			
Variação mensal	1,0	8,8	-2,1	-2,7	0,8	0,5	-0,2	0,3	0,2			
Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (taxa homóloga de inflação)	8,4	17,9	15,0	11,8	12,3	9,5	8,4	8,8	7,7			

Nota: os valores de Julho a Setembro de 2007 são os publicados pela DNE relativos aos 3º trimestre de 2007, período fora do âmbito de análise deste relatório por ser do ano fiscal 2007/08. Note-se a tendência, não consistente, à baixa da taxa de inflação homóloga.

Fonte: Direcção Nacional de Estatística

O quadro acima dá-nos informações sobre a taxa de inflação verificada ao longo do tempo na cidade de Dili. Dele decorre que em Fevereiro de 2007, nomeadamente devido à crise de abastecimento em arroz, a variação mensal dos preços “disparou”, atingindo um valor nunca alcançado anteriormente. Como resultado disso a taxa de inflação anual homóloga para aquele mês atingiu os quase 18%.



A posterior normalização do abastecimento do mercado trouxe consigo uma descida rápida dos preços, com -2,1% em Março e -2,7% em Abril e uma quase estabilização posteriormente. O resultado é que no final do ano fiscal de 2006-07 a taxa de inflação homóloga anual era de 9,5% e tinha uma tendência decrescente.

Este valor deve ser comparado com os 5% e os -0,4% verificados nos dois anos fiscais anteriores

A evolução dos preços esteve relacionada, nomeadamente e como se disse, com a evolução do preço do arroz mas também de outros produtos, como os combustíveis. Gráficos sobre a evolução dos preços absolutos de ambos os produtos podem ser vistos abaixo. Por eles se constata que o arroz importado viu o seu preço médio aumentado em cerca de 70% entre Janeiro e Fevereiro passados, o que contribuiu fortemente para o aumento de 8,8% dos preços neste último mês relativamente ao anterior. Depois deste grande agravamento do preço do arroz ele baixou também rapidamente mas sem voltar ao nível anterior. De qualquer forma baixou para os actuais (Junho/07) 0,45 USD/kilo o que, ainda assim, representa 10 centavos mais que o preço entre Janeiro e Setembro de 2006, um aumento de +30%.



A gasolina, por sua vez, custava, no início do ano fiscal, cerca de 92 centavos por litro. Depois de baixar até aos 84 centavos no final do ano civil de 2006 voltou a subir para os 92 centavos no final do ano fiscal 2006-07.

Dados recolhidos junto da DNE permitem determinar que o preço médio do arroz importado no primeiro semestre deste ano (excepto os meses de Fevereiro e Março) foi de 26 centavos por quilo. Note-se, porém,

que os preços variam de acordo com o país fornecedor e a qualidade. A média do arroz importado do Vietname (o nosso principal fornecedor, com 40% das importações) foi de 26 centavos (igual à média total) e a do arroz vindo da Indonésia (27% do volume importado) foi de 31 centavos/quilo.

Os valores da taxa mensal de variação dos preços em relação ao total dos grupos de produtos e algumas rubricas são os que figuram no quadro abaixo e dão uma ideia da dinâmica dos preços durante o ano fiscal em análise e da importância relativa dos cereais, do vestuário e calçado e dos transportes (incluindo a gasolina) na evolução da inflação.

Taxas mensais de inflação: total e alguns grupos de produtos												
	Jul-06	Ago-06	Set-06	Out-06	Nov-06	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07
TODOS OS GRUPOS DE PRODUTOS	0,8	-0,1	1,1	0,5	0,1	0,8	1,0	8,8	-2,1	-2,7	0,8	0,5
Alimentação (56,7)	0,9	0,2	1,6	1,1	-0,3	1,2	1,4	15,3	-3,9	-5,2	0,7	0,2
Cereais [arroz, etc], raízes e seus derivados (13,1)	0,1	0,0	0,0	7,2	0,0	3,6	3,3	60,5	-11,8	-18,7	0,3	0,0
Vestuário e calçado (8,9)	0,2	0,0	0,7	0,4	0,4	1,1	-0,1	0,1	4,2	0,9	0,8	1,5
Transportes (3,2)	0,6	0,0	0,4	-3,6	0,2	-0,8	0,2	0,1	0,8	-0,2	1,2	0,9

Fonte: DNE Nota: os valores entre parênteses na primeira coluna referem-se ao peso de cada rubrica no índice de preços no consumidor

Quais são as perspectivas, em relação ao futuro, de evolução da taxa de inflação no nosso país? Com os elementos de que dispomos é muito difícil fazer previsões minimamente seguras mas

acreditamos que, pressupondo a não repetição de situações de grande instabilidade social e política como as vividas no ano fiscal terminado em Junho passado, é de esperar a continuação da diminuição da taxa de inflação dos 9,5% de Junho/07 até uma taxa que se acredita vir a ser bem mais baixa que a actual. Quanto? É essa a questão... Os 5% projectados pelo FMI? Talvez.

Note-se, porém, que se tomarmos como base de análise o valor do IPC em Jan/07 verificaremos que até Setembro passado a subida acumulada dos preços tinha sido de 5,3%, deixando antever que será difícil que 2007 “feche” com uma taxa de inflação muito abaixo dos 6%.

Essa evolução da taxa de inflação será resultado da progressiva normalização da situação política e social e do abastecimento público em produtos como o arroz mas também da evolução da taxa de câmbio do USD e dos preços na vizinha Indonésia, de onde vem uma parte significativa dos bens comercializados no nosso país.

A evolução da taxa de inflação na vizinha Indonésia não se tem repercutido, pelo menos aparentemente e de uma forma evidente, na evolução dos preços nacionais. Isso pode estar relacionado com a evolução da taxa de câmbio da rupia indonésia que tem, de alguma forma, “acomodado” aquela subida de preços através da sua desvalorização.

Uma coisa é certa: tal como se verificou aquando da aceleração dos preços no início de 2007, o nosso banco central não tem grandes possibilidades de, através de políticas apropriadas, influenciar a taxa de inflação já que lhe falta o principal instrumento para o conseguir: uma política monetária independente, só possível quando um país emite moeda própria. O que não é o nosso caso.

Desta constatação não se deduz, porém, que defendemos a criação de moeda própria só para que o banco central possa dispor de todos os instrumentos de actuação sobre a conjuntura económica que normalmente estão ao dispor dos bancos emissores. A opção pela emissão (ou não!) de moeda nacional deverá ser tomada considerando muitos outros factores (técnicos, financeiros, de capacidade humana) e não apenas a vantagem em dispor de uma política monetária autónoma. Recorde-se apenas aqui a constituição da zona Euro e os movimentos (ainda que lentos) para a eventual criação de moedas comuns a outros espaços regionais (África Austral, Ásia Oriental) para sublinharmos que a existência de uma moeda nacional já não é, hoje, valorada da mesma forma que há algumas décadas atrás e que se há vantagens na sua existência também há outras vantagens na existência de uma moeda de uso mais alargado que o simples espaço nacional. São estas vantagens que, aparentemente, têm sido mais valoradas desde há algumas décadas (nomeadamente no domínio da dinamização do comércio internacional intra-regional).

Se é verdade que o banco central está relativamente limitado nas suas capacidades de influenciar a taxa de inflação também é verdade que o papel do governo não é irrelevante neste domínio já que uma política demasiado expansionista das suas despesas pode gerar dificuldades de ajustamento entre a procura e a oferta de bens e serviços que poderão suscitar tensões inflacionistas. O Governo tem, pois, uma palavra a dizer na luta contra a variação excessiva dos preços através de uma política expansionista que promova o desenvolvimento do país mas que seja suficientemente cautelosa para não gerar desequilíbrios nos mercados --- ainda que sabendo que há sempre o “escape” de recorrer à importação. Mas aí serão as contas externas que sofrerão...

Comércio internacional

A Direcção Nacional de Estatística, utilizando como informação de base a fornecida pelas Alfândegas de Timor Leste, publica regularmente informação sobre o comércio externo do nosso país.

O quadro adiante refere-se às importações e exportações realizadas mensalmente durante o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2007. Cobre-se, assim, todo o ano fiscal de 2006-07 em análise.

No entanto os dados para três dos meses deste ano fiscal não foram disponibilizados pela DNE devido a problemas com a sua fonte de informação a que não é alheia a situação de instabilidade política e social que se viveu no país nos meses em falta bem como alguma anomalia técnica no processo de recolha de informação e seu tratamento para posterior divulgação. É o caso dos problemas surgidos no funcionamento do sistema ASYCUDA utilizado pelas Alfândegas de Timor-Leste.

Os valores que mais nos interessam no quadro são os das importações “comerciais” e os das “exportações”. As primeiras referem-se aos produtos que se destinam ao abastecimento do mercado interno e que, por isso, pagam os impostos alfandegários estabelecidos pela lei e também àqueles que se destinam ao abastecimento do sector público administrativo, o aparelho de Estado. As importações que classificamos como “não-comerciais” são as que estão isentas do pagamento de impostos devido ao facto de se destinarem a consumo da ONU, da maioria das Organizações Não-Governamentais e das embaixadas de países amigos entre nós.

Quanto às “re-exportações”, trata-se de bens previamente importados --- normalmente para uso da ONU --- e que são posteriormente re-enviados para o exterior (também pela ONU).

TIMOR - LESTE: sumário das estatísticas do comércio externo

Mês / Ano	Importações			Exportações			Saldo	Saldo
	Comerciais	Não-comerciais	TOTAL	Exportações	re-export.	TOTAL	TOTAL	‘comercial’ (Export-Import Comerc.)
	(mil USD)	(mil USD)	(mil USD)	(mil USD)	(mil USD)	(mil USD)		
<i>Jul-06</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>
<i>Aug-06</i>	9.731	4.851	14.582	1.806	4.014	5.821	-8.761	-7.925
<i>Set-06</i>	7.565	1.134	8.700	1.298	11.443	12.741	4.041	-6.267
<i>Out-06</i>	11.074	2.720	13.795	1.442	7.818	9.260	-4.535	-9.632
<i>Nov-06</i>	11.023	714	11.739	1.065	16.262	17.327	5.588	-9.958
<i>Dez-06</i>	11.214	491	11.705	611	3.750	4.361	-7.344	-10.603
<i>Jan-07</i>	16.324	764	17.088	486	2.536	3.022	-14.066	-15.838
<i>Fev-07</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>
<i>Mar-07</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>
<i>Abr-07</i>	17.200	171	17.371	48	121	169	-17.202	-17.152
<i>Mai-07</i>	19.646	935	20.581	6	404	410	-20.171	-19.640
<i>Jun-07</i>	15.493	1.378	16.871	1	2.385	2.386	-14.485	-15.492
total ano fiscal 2006-07	119.270	13.158	132.432	6.763	48.733	55.497	-76.935	-112.507

Fonte: DNE

Os dados do quadro acima não representam, como chamámos a atenção, a totalidade do movimento comercial do país com o exterior (faltam os dados de três meses de 2006-07) mas

permitem ter uma ideia da evolução deste, nomeadamente a confirmação do que já tem sido dito noutros anos: a muito baixa taxa de cobertura das importações pelas (verdadeiras) exportações e o consequente elevado défice da balança comercial --- só possível e sustentável (?) (ainda que não desejável...) graças às fontes de financiamento existentes, nomeadamente a ajuda externa e, desde há dois anos, o Fundo Petrolífero, no caso das despesas do Estado e importações com elas relacionadas.

Se em vez do ano fiscal 2006-07 considerarmos o ano civil de 2006 teremos que as importações ditas comerciais totalizaram 87,7 milhões de USD nos 10 meses para que existe informação disponibilizada pelas entidades oficiais; as exportações somaram apenas 8,4 milhões. As estimativas do FMI para estas variáveis são, de acordo com o seu relatório realizado ao abrigo do artº IV dos seus Estatutos publicado em Fevereiro/07, respectivamente, 141 e 8 milhões USD para todo o ano de 2006.

Ainda segundo o relatório mencionado o saldo da balança de transacções correntes (BTC), incluindo as receitas de exportação de petróleo e a ajuda internacional recebida pelo país, terá sido, em 2006, de 411 milhões USD, que comparam favoravelmente com os 292 milhões USD de 2005 e os 103 de 2004, ano em que começou a exploração da zona petrolífera de Bayu-Undan.

Em percentagem do PIB não petrolífero o saldo da BTC referido para 2006 representou 116%.

Importações

Não é demais reforçar aqui a informação de que os dados sobre o comércio externo de Timor-Leste referentes ao ano fiscal em análise estão incompletos já que os serviços oficiais de estatística não puderam disponibilizar os dados de três dos meses do período: Julho/2006 e Fevereiro e Março de 2007. Essa dificuldade prende-se com as razões já referidas.

Devido às diferenças significativas entre a estrutura das importações nos dois semestres que compõem o ano fiscal decidimos apresentar os números em separado.

Quanto à importância relativa dos nossos fornecedores, é possível constatar pelo quadro ao lado que a Indonésia (destacada), Singapura e a Austrália são os três principais fornecedores do país ainda que com percentagens diferenciadas nos dois semestres.

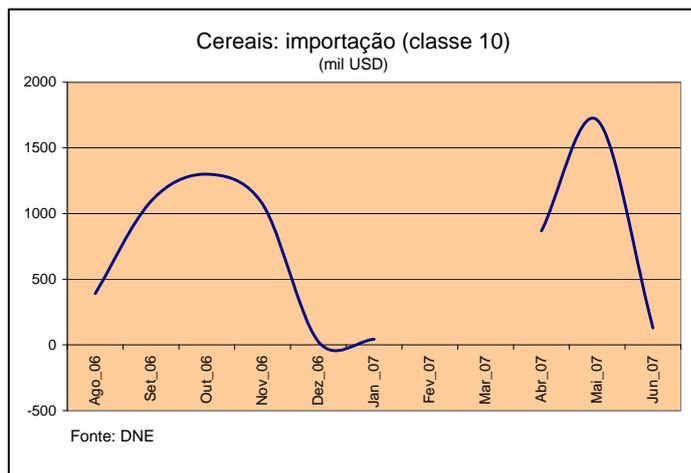
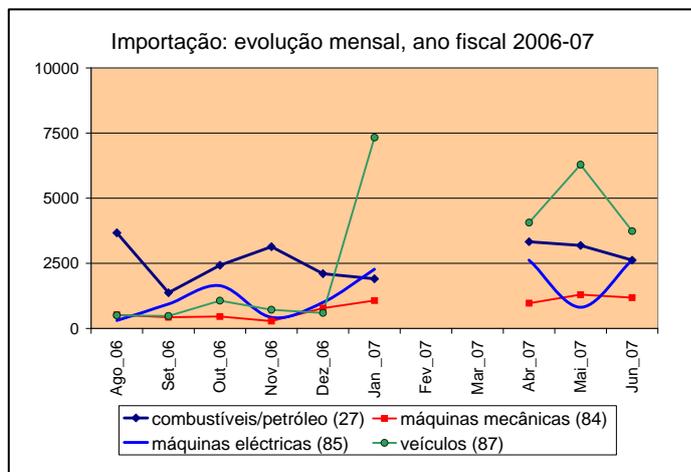
Estas diferenças ficam a dever-se ao facto de as importações efectuadas pela ONU durante o primeiro semestre de 2007 (nomeadamente em veículos para as forças policiais internacionais) terem alterado bastante a estrutura “tradicional”; isso mesmo pode ser já antecipado pelo quadro ao lado com a “intrusão” do Japão como fornecedor de 10% das importações realizadas.

Devido à alteração referida, no primeiro semestre aqueles 3 países foram responsáveis por cerca de 70% dos abastecimentos ao nosso país e no segundo semestre essa percentagem baixou para cerca de 54%.

Importações semestrais por país de origem

	Jul-Dez 2006	idem %	Jan-Jun 2007	idem %
Total	50597	100,0	68669	100,0
Indonésia	20297	40,1	18415	26,8
Singapura	9237	18,3	9862	14,4
Austrália	5653	11,2	8646	12,6
Tailândia	2466	4,9	1179	1,7
Vietname	2376	4,7	1544	2,2
Itália	2224	4,4	229	0,3
China	1789	3,5	2591	3,8
Portugal	1425	2,8	271	0,4
Japão	957	1,9	7219	10,5
Alemanha	640	1,3	134	0,2
Dinamarca	558	1,1	3938	5,7
Malásia	500	1,0	3567	5,2
Hong Kong	418	0,8	42	0,1
Índia	369	0,7	224	0,3
EUA	118	0,2	3173	4,6

Repare-se na posição da Tailândia e do Vietname (4º e 5º fornecedores no segundo semestre de 2006), as quais se devem ao importante papel destes dois países como fornecedores de arroz ao nosso país



Quanto à estrutura do comércio externo por produtos, veja-se o gráfico ao lado em relação aos principais produtos importados e sua evolução ao longo do ano fiscal. Note-se a já referenciada alteração da estrutura das importações, com a subida significativa do valor das importações de veículos desde Janeiro de 2007 devido ao equipamento das forças policiais internacionais. Conjugando estes elementos com os anteriores é fácil verificar que a maioria do acréscimo destas importações foram provenientes do Japão --- como se pode constatar nas ruas e estradas do país.

Um dos factores importantes para a evolução da inflação durante o ano fiscal foi, como se referiu em local próprio, o que sucedeu à evolução do mercado de arroz.

O gráfico ao lado ilustra o que se terá passado quanto à evolução da importação de cereais, dos quais o principal é, de longe, o arroz. Infelizmente e devido a factos já

mencionados, não dispomos de dados para os dois meses cruciais de Fevereiro e Março, principalmente o primeiro. Mais, há informações de que os dados dos meses de Dezembro e Janeiro estão, nestas estatísticas, muito grosseiramente subavaliados, admitindo-se por isso que estejam errados e, por isso, sejam de utilidade nula para a interpretação do que se passou de facto. Não nos parece, de facto, plausível que nestes dois meses se tenham importado apenas 25 e 42 mil USD de “cereais” --- dos quais o principal é o arroz --- registados nas estatísticas do comércio externo do país. Recorde-se que os valores correspondentes do ano anterior (Dez/05 e Jan/06) foram, respectivamente, 419 e 551 mil USD.

Estes factos fazem-nos realçar, mais uma vez, a importância do país dispor de estatísticas credíveis: as estatísticas são o “estetoscópio” do economista e do decisor de política económica; erros nelas podem ser responsáveis por erros grosseiros de diagnóstico da situação económica e, consequentemente, na definição das medidas a adoptar para lhe fazer face.

Interessante é também referir a evolução das importações de ferro e suas obras. O consumo deste é usualmente utilizado como um dos indicadores “avançados” quanto à evolução da conjuntura económica de um país já que, de alguma forma, permite antever o comportamento de um sector tão

importante como o da construção civil, em que aquele material tem largo uso. Como se pode verificar pelo quadro abaixo a importação deste item da pauta aduaneira aumentou significativamente no 2º trimestre de 2007, o que é um indicador positivo para a evolução da actividade económica.

		Ago06	Set	Out	Nov	Dez	Jan07	Abr	Mai	Jun
73	Ferro e suas obras	198	96	246	197	142	251	1683	1549	667

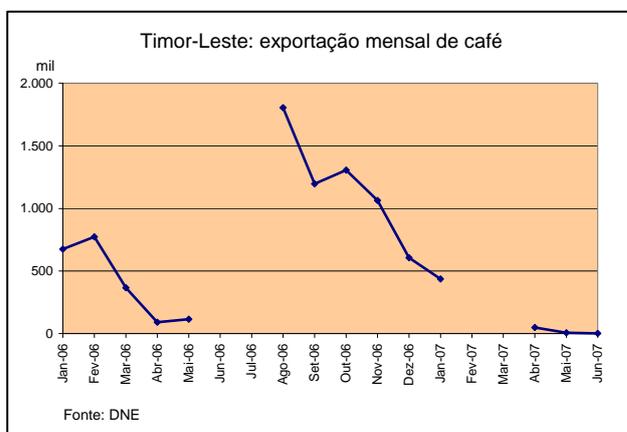
O quadro abaixo sintetiza a estrutura das importações do nosso país por tipo de produtos (códigos da pauta aduaneira) durante o ano fiscal em causa. Separámos os valores por semestres porque, como se pode verificar, há significativas alterações entre o primeiro e o segundo semestre do ano fiscal.

Código pauta aduaneira	tipo de produtos	2º semestre de 2006 (5 meses)		1º semestre de 2007 (4 meses)	
		mil USD	%	Mil USD	%
7	Vegetais e tubérculos	2709	5,4	106	0,2
10	cereais	3880	7,7	2751	4,0
22	bebidas	1087	2,1	957	1,4
27	petróleo e derivados	12710	25,1	11038	16,1
48	Papel e artigos de papel	1212	2,4	695	1,0
73	artigos de ferro ou aço	879	1,7	4150	6,0
84	aparelhos mecânicos e suas partes	2467	4,9	4518	6,6
85	máquinas eléctricas e suas partes	4312	8,5	8329	12,1
87	automóveis e suas partes	3362	6,6	21414	31,2
Importações: TOTAL		50607	100	68659	100

Fonte: Direcção Nacional de Estatísticas

Exportações

À semelhança do que tem acontecido desde que começaram a recolher estatísticas sobre as exportações, as Alfândegas de Timor-Leste limitam-se a recolher informação sobre as exportações de café (a esmagadora maioria) e de poucos outros produtos (sucata e madeira, em pequena percentagem).



Exportação de café por países no ano fiscal 2006-07		
Julho2006 a Junho2007 (faltam dados de Jul/06 e Fev+Mar/07)		
País	mil USD	% do total exportado
EUA	2.660	41,1
Alemanha	1.745	27,0
Indonésia	799	12,3
Singapura	594	9,2
Austrália	193	3,0
Japão	116	1,8
Total	6.471	100,0

O comércio internacional de café obedece à sazonalidade própria da produção desta bebida e isso é evidente, no caso do nosso país, no gráfico acima à esquerda (incompleto, mais uma vez, devido a falhas do sistema estatístico). Nele se regista a evolução da exportação entre o início de 2006 e o fim do ano fiscal de 2007. O pico de máxima exportação nos meses registados situa-se em Agosto, à semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, com Setembro e Outubro a registarem também valores muito importantes. Os mínimos de exportação registam-se normalmente a meio dos anos civis.

O nosso principal cliente continua a ser, de longe, os Estados Unidos, com 41% do valor das nossas exportações. Seguem-se a Alemanha (27%) e a Indonésia (12%).

Evolução do preço internacional do café, Jan2006-Jun2007

Depois de no final de Janeiro/06 o preço do café ter atingido 105 cêntimos de USD por libra de peso (1 lb = 453 gramas, pelo que 1kg = 2,2 lb; este valor do café corresponde a cerca de USD 2,32 por kg), a sua cotação baixou para os cerca de 85 cêntimos no início de Agosto.

A cotação voltou a subir após a época alta da colheita e comercialização do café, vindo a atingir praticamente os 110 cents/kilo no início de 2007, antes da safra deste ano.



Fonte: ICO

Evolução do preço internacional do petróleo bruto durante o ano fiscal de 2006-07

O petróleo bruto conheceu durante o ano fiscal de 2006-07 uma significativa instabilidade, bem ilustrada no gráfico abaixo.

O preço médio do barril do petróleo resultante da média simples das cotações que utilizámos para a construção do gráfico junto (fonte: Bloomberg in www.bloomberg.com) foi, entre o início de Julho/06 e o fim de Junho/07, de 63,3 USD/barril, apenas 0,5 USD menos que a média determinada pelo mesmo método para o ano fiscal anterior (63,8 USD/barril), com um mínimo (50,5 USD/barril) em fins de Janeiro/07 e um máximo em meados de Julho do ano passado, quando chegou aos 77 USD/barril. A cotação actual (26/Set/06) é de cerca de 81,38 USD/barril, quando há um ano era de 60,95 USD/barril.



Fonte: Bloomberg

Taxas de câmbio

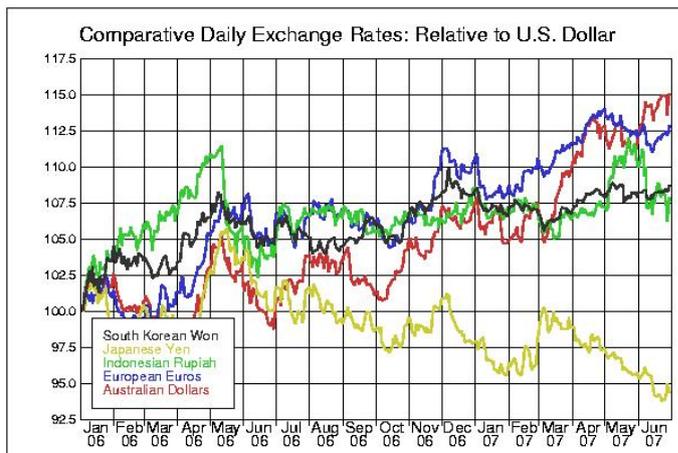


No início do ano 2000, ano em que a UNTAET, sob orientação do FMI, escolheu o USD para moeda nacional de Timor-Leste (Regulamento da UNTAET 2000/7 de 24 de Janeiro), a taxa de câmbio entre o dólar e o euro era de cerca de 1:1 (mais exactamente: 0,99792 EUR/USD), i.e., ambas as moedas tinham sensivelmente o mesmo valor.

Depois disso e ao longo desse ano e de 2001 a taxa de câmbio

chegou até aos cerca de 1,2 euros por USD (1,20871 EUR/USD em 26/Out/2000), o que fazia deste uma moeda com um câmbio “forte”. Desde o início de 2002 e até ao final de 2004 a relação entre as duas moedas mais fortes do sistema monetário internacional alterou-se radicalmente, com o USD a descer até aos cerca de 0,75 euros.

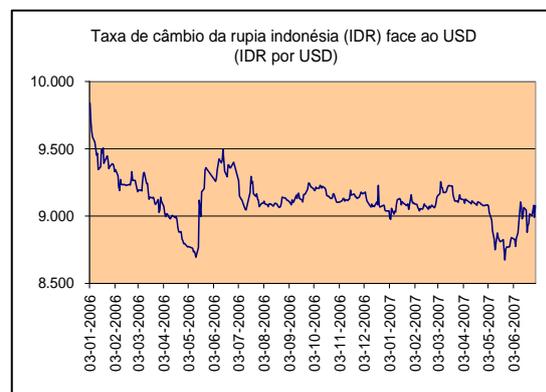
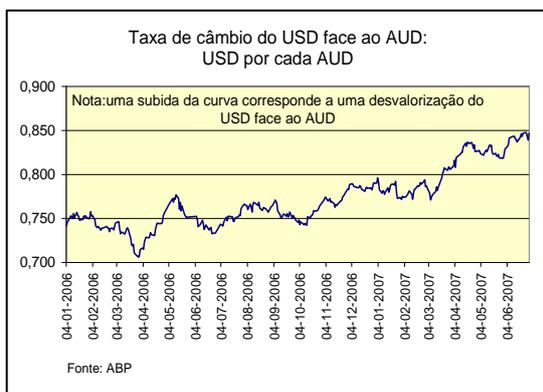
Iniciou-se então, durante o ano de 2005, uma apreciação do USD a que se seguiu, desde o final desse ano, uma nova fase de depreciação do USD face ao Euro que fez com que, no final do ano fiscal



2006-07, a taxa de câmbio entre as duas moedas fosse EUR/USD 0,73971 --- i.e., o dólar vale hoje, em relação ao euro, menos cerca de ¼ do que valia aquando da sua adopção como moeda de Timor-Leste.

Mas se em relação ao Euro se verificou esta evolução já em relação a outras moedas o comportamento tem sido diferente, nomeadamente desde o início de 2006. O gráfico acima permite verificar que o USD, em movimentos

instáveis, se valorizou durante o período face ao iene japonês mas se tem desvalorizado face ao dólar australiano e ao won coreano e, mesmo, à rupia indonésia (ver gráficos abaixo).



Esta última, no entanto, tem conhecido ultimamente uma depreciação do seu valor face ao USD. Isto constitui uma ajuda à redução dos potenciais efeitos de subida dos preços em Timor-Leste devido à “inflação importada” nos produtos adquiridos naquele país, que registará em 2007, segundo as estimativas, uma inflação de 6,5%.

No início e no fim do ano fiscal as taxas de câmbio das moedas dos principais parceiros económicos do nosso país eram como segue:

	3/Jul/2006	29/Jun/2007
USD/EUR	1,279	1,345
USD/AUD	0,744	0,847
IDR/USD	9263	9077
SGP/USD	1,583	1,5343

Finanças Públicas

Num país como Timor-Leste, em que o sector privado de características económicas modernas é ainda pouco mais que incipiente, o papel do Estado como agente económico (i.e., como utilizador de uns recursos e mobilizador de outros) é extremamente importante.

Elementos informativos essenciais para acompanhar a sua actividade são os Orçamentos e as Contas de execução orçamental publicadas pelo Tesouro nacional. Quanto aos primeiros é de salientar o facto de a evolução da situação política nacional não ter permitido a elaboração de um OGE para 2007-08, tendo-se adoptado o regime de duodécimos no terceiro semestre do ano civil de 2007 e um orçamento intercalar para o quarto trimestre.

O quadro abaixo apresenta o essencial da informação disponível em relação ao ano fiscal de 2006-07 tal como consta do *Relatório de Execução Orçamental até ao 3º Trimestre (Julho a Março)- Ano Fiscal 2006-2007* publicado pela Direcção Nacional do Tesouro do Ministério do Plano e das Finanças.

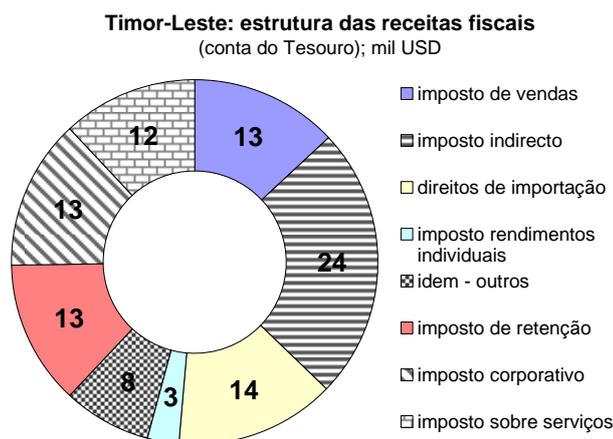
Sumário das Contas do Estado em 31 de Março de 2006 e 2007

Anos fiscais 2005-06 e 2006-07

	Orçamentado (anos fiscais completos)		Efectivo (31Março)		Efectivo em % do Orçamentado (75% do ano fiscal)	
	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07	2005/06 %	2006/07 %
1 - Receita doméstica	33.600	31.100	28.888	27.831	86	89,5
- de impostos	25.900	24.500	21.523	22.743	83	92,8
- outras	7.700	6.600	7.365	5.088	96	77,1
2 - Outras receitas	10.201	15.642	470	12.403	5	79,3
3 – Total da receita	43.801	46.742	29.358	40.235	67	86,1
4 – Despesas correntes	93.480	209.346	60.472	129.299	65	61,2
- salários e ordenados	29.206	37.551	19.375	24.248	66	64,6
- bens e serviços	58.118	152.118	36.541	90.320	63	59,4
5 – Capital e Desenvolvimento	36.662	105.511	32.343	77.079	88	73,1
6 – Total da despesa	130.142	314.857	92.785	206.378	71	65,5

Nota: os valores das duas últimas colunas devem ser confrontados com a percentagem correspondente aos 3 trimestres: 75%

Repare-se que as receitas de impostos cobriam, no orçamento de 2006/07, apenas 7,8% das despesas totais orçamentadas, percentagem que subiu para 11% se compararmos as receitas fiscais efectivamente cobradas nos primeiros 3 trimestres do ano com as despesas efectuadas no período. Como estamos a falar de aspectos estruturais é provável que a percentagem para o total do ano não sofra alterações significativas.



Estes valores permitem enquadrar melhor um debate que existe na sociedade timorense desde há algum tempo sobre os contornos de uma nova política fiscal e que, segundo as propostas vindas a público de um grupo de trabalho estabelecido para o efeito, poderá ir até à redução para cerca de metade da cobrança de impostos. Estão particularmente em causa fortes reduções nas tarifas alfandegárias e nos impostos directos.

É tema que, apesar de aliciante, não cabe no quadro de um relatório do banco central até porque este respeita principalmente ao passado e não tanto ao futuro. Compete ao governo, o verdadeiro decisor nesta matéria --- desde que apoiado pelo Parlamento ---, apresentar as suas propostas.

Do quadro anterior realce-se também um outro aspecto importante: o da “taxa de execução” do orçamento; i.e., a percentagem de despesas orçamentadas que foram efectivamente realizadas (ou, pelo menos, assumidos os respectivos compromissos, o que pode estar longe de corresponder à realidade “de facto”).

Segundo os dados apresentados a taxa de execução situou-se, nos primeiros 9 meses do ano fiscal, em um pouco menos de 2/3 do orçamentado, menos cerca de 6 pontos percentuais que em 2005/06. Destas despesas e suas taxas de execução merecem especial destaque o que se passou quanto aos “bens e serviços” e “capital e desenvolvimento”: a primeira teve uma taxa de execução de apenas 59% e a segunda viu a sua taxa alcançar os 73%; ambas devem ser comparadas com os 75% correspondentes aos 9 meses de execução orçamental.

Mais uma vez, as condições em que foi exercida a actividade governativa durante o ano fiscal transacto são as principais responsáveis pela situação de alguma fragilidade na capacidade de implementar o orçamentado. A sua repetição sistemática ao longo dos anos --- ainda que com valores um pouco superiores --- parece reclamar quer uma atitude mais realista na definição do que é possível ou não fazer (e orçamentar) quer alguma alteração nos procedimentos legais que se repercutem na execução orçamental e que a tornem mais fácil.

Neste domínio vale a pena salientar que, segundo o relatório de execução orçamental de Março/07, o total de pagamentos em dinheiro durante os primeiros nove meses do ano fiscal foi de 81 milhões USD mas existiam compromissos para (eventual) pagamento de mais 125 milhões USD se e quando os bens ou serviços a que correspondem venham, de facto, a ser prestados. De facto, os valores dos compromissos não correspondem, necessariamente, a gastos que virão efectivamente a ser efectuados.

Não tendo sido elaborado o OGE para o ano fiscal 2007-08 --- registre-se (e saúde-se) a decisão de fazer corresponder o ano fiscal com o ano civil ---, não dispomos de algumas informações muito úteis que costumam constar desses documentos. Fica abaixo, para informação e eventual comparação com o que vier a ser publicado para 2008, o quadro constante do OGE de 2006/07 sobre o financiamento do mesmo:

Financiamento do Orçamento de Fontes Combinadas				
	2005-06	2006-07	2007-08	Total 4 Anos (2006-07 até 2009-10)
milhões USD	(m)	(m)	(m)	
Receitas	247,4	451,9	319,3	1.328,9
Receitas Domésticas	36,7	39,1	42,9	177,0
Receitas Petrolíferas	84,6	-	-	-
Transferências do Fundo Petrolífero	-	259,7	203,8	873,1
Apoio Directo ao Orçamento	10,3	10,3	10,0	20,3
Receitas Agências Autónomas	10,7	6,5	8,3	33,1
Financiamento Confirmado dos Parceiros	105,1	136,4	54,3	225,4
Despesas	247,4	451,9	319,3	1.328,9
<i>Acréscimo(%) em relação ao ano anterior</i>		83%		
<i>Recorrente</i>	167,3	299,7	207,0	909,5
<i>Acréscimo (%) em relação ao ano anterior</i>		79%		
Fundos Orçamento do Estado	103,6	195,8	176,7	751,8
Fundos Confirmados dos Parceiros	63,7	103,8	30,3	157,7
<i>Capital</i>	80,1	152,3	112,2	419,4
<i>Acréscimo (%) em relação ao ano anterior</i>		90%		
Fundos Orçamento do Estado	38,7	119,7	88,3	351,6
<i>Acréscimo (%) em relação ao ano anterior</i>		209%		
Fundos Confirmados dos Parceiros	41,4	32,5	24,0	67,7
Soma dos Fundos do Orçamento	142,3	315,5	265,0	1.103,4
<i>Acréscimo (%) em relação ao ano anterior</i>		122%		
Financiamento Adicional Necessário	32,9	192,3	214,1	843,3
Despesas Recorrentes	25,8	71,8	80,2	292,9
Despesas de Capital	7,1	120,4	133,9	550,4
TOTAL	280,3	644,2	533,4	2172,2

Fonte: OGE 2006-07, quadro 1.2

A sua análise consta do relatório da ABP para o ano fiscal de 2006/07 e por isso não nos vamos debruçar sobre ele. Saliente-se apenas um dos principais aspectos que dele resulta e que se continuará a verificar no futuro (eventualmente de forma ainda mais agravada se se confirmar a forte redução da carga fiscal do país e se se vier a reduzir progressivamente a ajuda internacional): o da grande dependência face aos financiamentos com origem no Fundo Petrolífero e que poderão estar na origem de (eventuais) pressões para alterar o quadro legal vigente sobre o assunto estabelecido na Lei 9/2005 que criou aquele Fundo.

Alguns comentários (com várias origens) sobre o volume e utilização dos recursos deste que poderão ser utilizados anualmente para o desenvolvimento do país não parecem ter em devida conta os objectivos de redistribuição inter-gerações dos recursos nacionais que levaram à sua criação.

Talvez valha a pena, a propósito, salientar aqui que o Fundo Petrolífero está classificado em terceiro lugar (logo depois de fundos “soberanos” similares da Nova Zelândia e da Noruega) numa

classificação mundial de 32 fundos existentes em que eles são classificados quanto à sua estrutura, governação, transparência e comportamento².

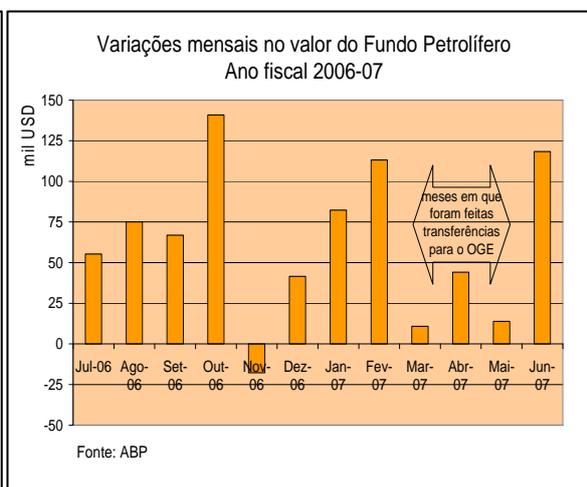
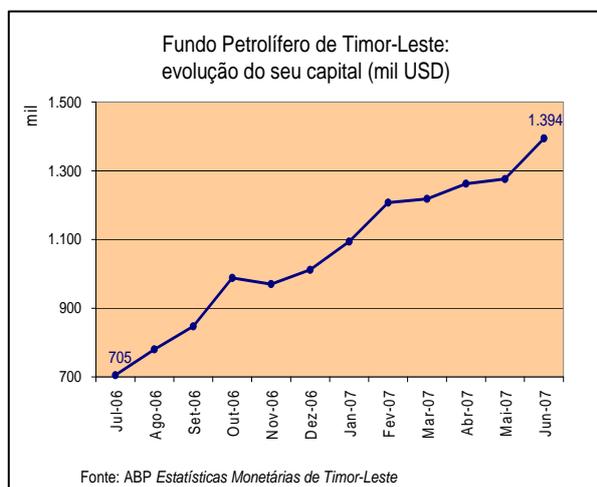
Note-se que os recursos do Fundo Petrolífero mobilizáveis pelo governo de acordo com o OGE de 2006/07 só foram efectivamente solicitados em Março (a primeira parcela: 120 milhões USD) e em Abril e Maio (as segunda e terceira: 80 e 60 milhões USD, respectivamente).

A incapacidade em gastar todos esse recursos num período de tempo relativamente curto (até ao fim do ano fiscal de 2006-07, i.e., até ao fim de Junho/07) deu origem a que, como ilustrado no gráfico anterior, os depósitos da Administração Central junto da ABP (não incluídos no FP)



tivessem subido significativamente no final do período em análise devido àquelas transferências.

A necessidade de acautelar a disponibilidade de recursos financeiros para um período que se adivinhava difícil --- período eleitoral e até à aprovação de um novo OGE pelo novo Parlamento Nacional --- terá desempenhado um papel muito importante. Recorde-se que segundo a Lei em vigor qualquer levantamento de verbas do Fundo exige a sua aprovação pelo PN no quadro do financiamento do Orçamento.



A segunda fonte mais importante de financiamento continuará a ser o conjunto de donativos (em dinheiro ou em espécie sob a forma de projectos) dos parceiros de desenvolvimento, que se prevê apoiarem o nosso desenvolvimento.

² Vd TRUMAN, Edwin *The Management of China's International Reserves: China and a SWF Scoreboard*, Paper Prepared for Conference on China's Exchange Rate Policy, Peterson Institute for International Economics, October 19, 2007

Moeda, crédito e taxas de juro

Devido à indicação genérica que a oferta monetária dá sobre a política monetária levada a cabo num país ela é uma das variáveis económicas que importa acompanhar na evolução da situação económica de um país.

No nosso caso, porque a moeda nacional é emitida por um outro país (os Estados Unidos) e porque não existe controlo sobre a entrada e saída de divisas --- não sendo, por isso, possível saber com precisão o dinheiro na posse do público ---, é quase impossível determinar a oferta monetária em Timor-Leste apesar de se conhecerem alguns componentes dela (ex. depósitos bancários).

Esta variável pode ser desconhecida mas as Estatísticas Monetárias calculadas mensalmente pela Autoridade Bancária e de Pagamentos e cujos números relativos ao ano fiscal de 2006-07 são divulgados neste Relatório dão-nos outras informações importantes.

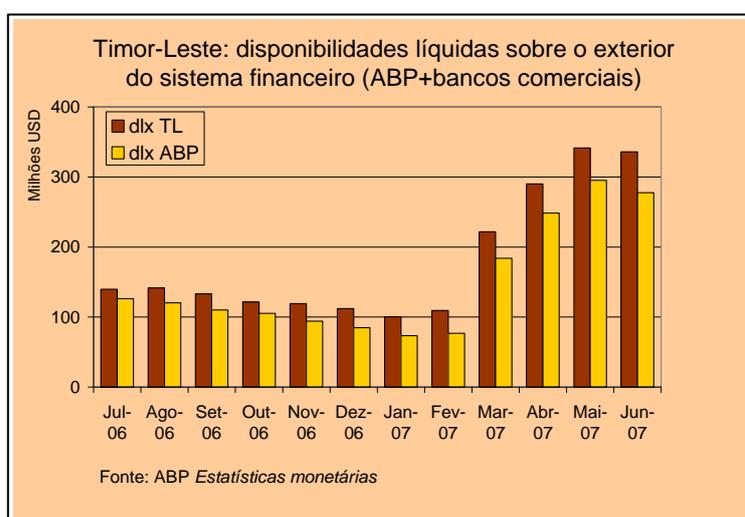
Uma delas são as disponibilidades líquidas sobre o exterior. Estas eram, em Julho/2006, de 147,7 milhões de USD; este valor não inclui o capital do Fundo Petrolífero.

Outra informação importante que nos é dada pelas estatísticas monetárias é a evolução dos depósitos do Estado junto do banco central, a evolução dos depósitos privados e a do crédito, quer ao sector privado quer ao sector público.

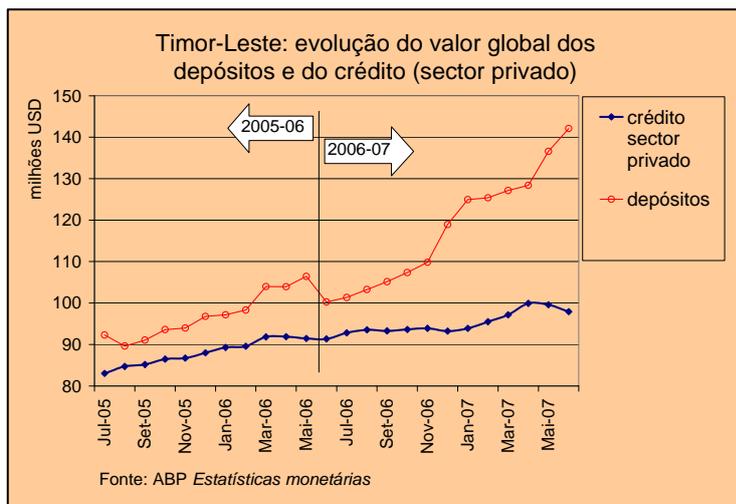
Este último é nulo entre nós por opção deliberada do Governo que cessou funções antes do início do ano fiscal em análise. Não há, pois, nem dívida interna nem dívida externa, sendo o nosso país, provavelmente, caso único no mundo. Admite-se que a opção referida tenha sido determinada quer por considerações ideológicas quer por considerações mais práticas. De entre estas salientem-se o (possível) convencimento da inexistência de capacidades de implementação de projectos que permitissem tirar deles os frutos desejados (antes correndo o risco de ter um fruto indesejado: a corrupção) e o entendimento de que os doadores continuariam a fornecer os apoios financeiros necessários sem que se tornasse necessário recorrer ao crédito (interno ou externo).

Uma análise do gráfico acima permite constatar que a grande subida das disponibilidades externas se deu quando se verificaram as transferências de recursos do Fundo Petrolífero para o Governo. A ABP, como depositária dos valores deste, registou um acréscimo significativo das suas disponibilidades líquidas sobre o exterior e é a grande responsável pelo nível e evolução destas.

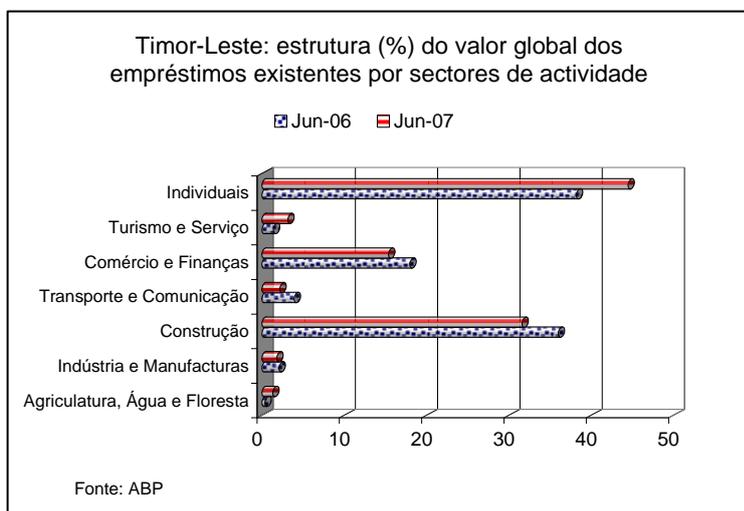
Quanto à evolução dos depósitos totais do sector privado, veja-se o gráfico abaixo em que, para facilitar eventual comparação, apresentamos os valores dos dois últimos anos fiscais (2005-06 e 2006-07). Nele se salienta que eles tiveram uma baixa significativa em meados de 2006 em resultado da instabilidade política e social então verificada. Posteriormente aumentaram, tendo acelerado o seu



crescimento a partir do fim do ano civil de 2006 em ligação, crê-se, com o reforço da presença da ONU e de pessoal internacional entre nós.



O crédito ao sector privado está igualmente representado no gráfico. Depois de uma certa estagnação do seu valor global no início do ano fiscal 2006-07 --- onde se manteve quase sempre na “casa” dos 93 milhões USD ---, começou a acelerar no início deste ano civil para logo depois diminuir nos dois últimos meses do ano fiscal.



Em Junho de 2007 a distribuição sectorial dos empréstimos era como representada no gráfico ao lado. 45% (43 milhões de USD) do crédito era individual e 32% (31 milhões) destinava-se à construção de habitação. A outra rubrica com alguma expressão era o crédito ao “comércio e finanças” que representava 15% do total.

Comparem-se estes valores com os de Junho de 2006, quando 38,2% (ou 34,5 milhões USD) tinha sido concedido a particulares, 36% (32,6 milhões de USD) tinha sido

concedido para financiamento de construções e 18% estava utilizado pelo “comércio e finanças” (16,2 milhões de USD).

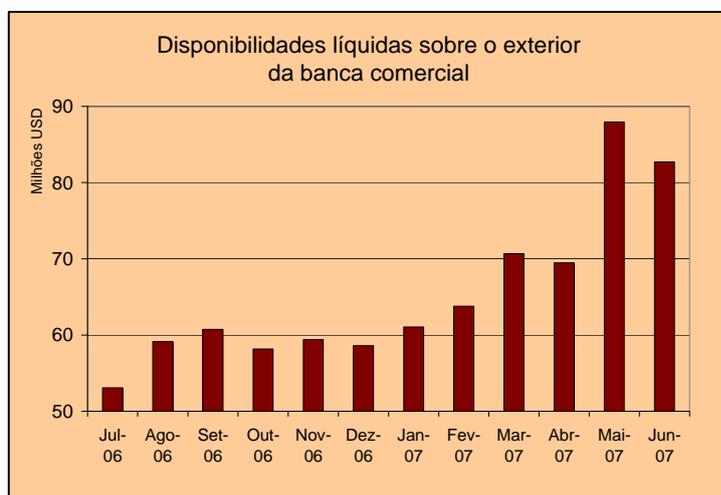
A situação político-social que se viveu no país ao longo do ano fiscal teve um impacto negativo sobre a qualidade do crédito existente. De facto, se em Junho de 2006 o “crédito mal parado” --- i.e., os empréstimos que não estavam a ser regularmente pagos pelos devedores aos bancos (*non performing loans*) --- atingia 21% do total do crédito então em carteira nos bancos (90,4 milhões USD), em Junho de 2007 esta percentagem tinha aumentado para 33%.

Tal percentagem não deve ser utilizada como representativa da situação da generalidade das instituições financeiras em actividade no nosso país já que algumas são pouco representativas no panorama do crédito concedido.

Mais, se é verdade que num sistema bancário com uma estrutura “normal” tal taxa seria um sinal preocupante quanto à saúde do mesmo, no nosso caso tal não acontece porque a actividade bancária no nosso país é desenvolvida por simples agências de bancos com sede no estrangeiro, responsabilizando-se estas por disponibilizarem às suas agências os recursos financeiros necessários, nunca se colocando a questão da eventual insolvabilidade de uma instituição financeira operando entre nós.

Seja como for, a ABP, no âmbito das suas actividades de supervisão do sistema financeiro nacional tem acompanhado a situação e não tem deixado de alertar para a conveniência de se

introduzirem gradualmente, correcções dos desequilíbrios existentes até porque eles estão, nitidamente, a afectar a disponibilidade de algumas instituições para alargarem significativamente a sua carteira de crédito, com a natural consequência de redução da concessão de crédito à economia numa fase em que ela (mais) precisa de recursos para financiar o seu crescimento, particularmente do seu sector privado.



Uma consequência das dificuldades existentes no sector do crédito bancário --- conjugadas com o acréscimo de depósitos na banca comercial que se verificou --- foi o acréscimo das disponibilidades líquidas sobre o exterior detidas pelos bancos comerciais já que estas se mostraram uma aplicação alternativa face às dificuldades que vinham sentindo com o aumento do crédito mal parado. Note-se que esta tendência a correr menos riscos reduzindo o

crédito está em linha com a prática internacional nos últimos meses, o que não quer dizer que esta tenha sido o principal determinante daquele comportamento.

Quanto às *taxas de juro* praticadas no nosso país, elas têm, de uma forma geral, sofrido apenas alterações muito limitadas ao longo do tempo e que são totalmente independentes da evolução das taxas de juro internacionais, particularmente as dos Estados Unidos³. Isto é válido quer para as taxas activas (as dos empréstimos) quer para as passivas (as dos depósitos).

Quanto às primeiras, elas situam-se nos cerca de 15-16%; as taxas passivas situam-se normalmente, dependendo dos prazos dos depósitos, entre os cerca de 0,5-0,6% para os depósitos à ordem, e os cerca de 1,2% para os depósitos a 1 ano.

O diferencial entre as taxas passivas e activas continua, como se vê, a ser importante devido, em parte, à necessidade de suportar os elevados custos da actividade bancária no país e também para fazer face ao “risco de crédito” decorrente de se estar a operar num país com as características (quer estruturais quer de evolução no curto-médio prazo) do nosso e que estão bem patentes na evolução dos principais indicadores económicos durante o último ano, na evolução da situação político-social e nos valores atingidos recentemente pela percentagem de “crédito mal parado” (*non-performing loans*) e referidos noutra local.

Note-se que as taxas de juro referidas parece serem algo imunes à evolução da taxa de inflação, não havendo, aparentemente, uma adaptação da banca às variações dos preços. Assim, a taxa de juro activa real no final do ano fiscal, quando a taxa de inflação homóloga Jun97/Jun96 era de 9,5%, rondou os cerca de 6%, enquanto as taxas de juro passivas eram fortemente negativas. Isto constitui um forte desincentivo ao uso do sistema bancário como local de concentração das poupanças; a subida

³ Note-se que a teoria diz que quando um país adopta a moeda de outro as taxas de juro nos dois países tenderão a igualizarem-se

dos depósitos entretanto verificada encontrará, portanto, boa parte da sua justificação em outros determinantes.

Gestão Operacional do Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero foi constituído pela Lei nº 9/2005 e começou as suas operações em Agosto desse ano. Durante o processo da sua criação foi mantido um diálogo alargado sobre as suas características quer com o público timorense em geral quer com instituições internacionais. Embora a Lei tenha sido uma criação do Governo através do Ministério do Plano e das Finanças a Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) foi envolvida desde o início no processo da sua elaboração.

Subjacente à Lei está a orientação política de que o Fundo Petrolífero deveria ser, tanto quanto possível, gerido por cidadãos nacionais de Timor-Leste. Esta política era vista como sendo essencial à manutenção da completa soberania do país sobre o Fundo. De acordo com esta orientação foi criada uma estrutura de governação do mesmo que incluía o Ministro do Plano e das Finanças, o responsável máximo da ABP --- enquanto futuro Banco Central ---, o Comité de Assessoria para o Investimento e, no topo e acima de tudo, a autoridade máxima do próprio Parlamento Nacional.

No entanto, Timor-Leste não tinha um mercado financeiro próprio e havia --- se é que havia --- poucos nacionais de Timor-Leste com a experiência necessária para gerir um grande fundo de investimento. Apesar disso a referida política de gestão nacional do Fundo foi adoptada para permitir a criação de tal capacidade.

No que pode ser considerada a primeira fase principal de desenvolvimento do Fundo Petrolífero --- que cobre o período de 2005 a 2007 --- foram conseguidos os seguintes resultados:

- ✓ Foi criado o Conselho Consultivo
- ✓ Foi criado o Comité de Assessoria para o Investimento com dois técnicos estrangeiros mas uma maioria de representantes nacionais de Timor-Leste
- ✓ Foi assinado um acordo de gestão entre o Ministério do Plano e das Finanças e a ABP para gestão operacional do Fundo, incluindo a definição, por acordo entre as partes, de um índice que serve como *benchmark* (padrão de comparação) para medida do desempenho da gestão operacional do Fundo pela ABP
- ✓ A ABP montou o aparelho administrativo para a gestão operacional do Fundo petrolífero.

A implementação desta gestão pela ABP incluiu um certo número de acções bem sucedidas:

- Constituição do Departamento do Fundo Petrolífero, com um director executivo e compreendendo duas divisões, uma para levar a cabo as actividades de investimento e a outra para medir e monitorar o desempenho e o risco assumidos na gestão do Fundo;
 - Expansão das actividades das Divisões de Pagamentos e de Contabilidade da ABP para acompanharem as transacções efectuadas pelo Fundo Petrolífero
 - Estabelecimento da infraestrutura técnica necessária à gestão do Fundo, incluindo o acesso a um terminal Bloomberg e a adesão ao sistema SWIFT
 - Estabelecimento das estruturas financeiras necessárias, incluindo a abertura de contas especialmente dedicadas à recepção das receitas do Fundo e o estabelecimento de facilidades de custódia no Federal Reserve Bank of New York
 - Estabelecimento de um sistema de registos contabilísticos exclusivos do Fundo Petrolífero, com os procedimentos usuais e a elaboração de relatórios
 - Criação de procedimentos de *Front Office*, incluindo o desenvolvimento de software que permite que os investimentos efectuados se aproximem o mais possível do índice tomado como referência (*benchmark*)
 - Criação de procedimentos de *middle office*, incluindo a elaboração de relatórios apropriados
 - Elaboração de relatórios diários de gestão
 - Elaboração de relatórios trimestrais destinados ao Ministério das Finanças e posterior divulgação pública, incluindo a realização regular de conferências de imprensa
 - Preparação de relatórios financeiros anuais de acordo com as mais recentes regras internacionais para elaboração deste tipo de relatórios (IFRS)
 - Criação de programas formais de treino do pessoal que no Departamento do Fundo da ABP exerce funções essenciais de gestão do Fundo, com a necessária base de conhecimentos teóricos e de instrumentos financeiros e de mercados

A maioria destas actividades começaram em 2005, com a formação de capacidades do pessoal a manterem-se permanentemente até ao ponto de o sistema e os procedimentos estarem actualmente bem estabelecidos e haver mesmo pessoal suplementar que pode manter as actividades em funcionamento mesmo no caso de ausência do pessoal principal. De facto, o sistema montado e seus procedimentos foram suficientemente fortes

para a ABP continuar a efectuar a gestão operacional do Fundo Petrolífero, sem interrupções, mesmo durante o período de agitação socio-política de 2006 e que provocaram o encerramento da maior parte das outras actividades públicas e privadas em Timor-Leste.

De modo a procurar assegurar que os riscos operacionais sejam mantidos a um mínimo possível foi dado à ABP um mandato para investir em que foram seleccionados apenas títulos do Tesouro norte-americano com grande liquidez --- i.e, facilmente comercializáveis. A Lei do Fundo também reconhece os riscos operacionais de gerir um fundo financeiro como o Fundo Petrolífero ao definir um universo de possibilidades de investimento relativamente restrito que poderá ser revisto após os primeiros cinco anos de funcionamento do Fundo.

Baseado em projecções preparadas no início de 2005 o Fundo deveria atingir cerca de mil milhões de USD em 2011 ou 2012 (i.e., ao fim de cerca de 6 anos de existência) e crescer --- com base nos rendimentos apenas de Bayu-Undan --- até um total de 5 mil milhões. Entretanto os preços do petróleo subiram de 28 USD/barril até aos cerca de 100 USD/barril e a evolução do capital do Fundo veio a reflectir esta alteração, alcançando os mil milhões em Dezembro de 2006 (mais ou menos 5 anos antes do previsto) e dois mil milhões no final de 2007, alcançando um valor acumulado total de 12 mil milhões --- cerca de 2,5 vezes as estimativas iniciais.

Esta evolução significa que o custo de oportunidade da estratégia aumentou significativamente uma vez que o Fundo tem aumentado gradualmente à medida que o preço do petróleo tem aumentado. A receita média mensal do Fundo durante o seu primeiro ano de existência foi de cerca de 40 milhões de USD. Hoje a média é de cerca de 120 milhões de USD. Como se pode verificar nos relatórios trimestrais que permitiram construir o quadro abaixo, as receitas totais de impostos e *royalties* foram de 1394,4 milhões de USD, com 62% provenientes dos impostos. Por outro lado, o valor dos juros recebidos, nomeadamente sob a forma de cupões dos títulos propriedade do Fundo, foi de 65 milhões USD.

A ABP gere o Fundo de acordo com a Lei que o criou e em coordenação com o seu proprietário, o Governo de Timor-Leste através do seu Ministério das Finanças. As normas legais existentes obrigam a que a maior parte do capital do Fundo esteja investido em Títulos do Tesouro dos Estados Unidos através de uma gestão passiva. O rendimento e as perdas resultantes desta forma de gestão são, na verdade, meramente o resultado da valoração do seu capital aos preços do mercado na data em que eles são determinados e não do preço de venda dos títulos. O rendimento acumulado do Fundo era, no final de Junho de 2007, de 5,5 milhões de USD.

Trimestre terminado em:	Receita as ao abrigo do Artigo 6.1(a) (impostos)	Idem, Artigo 6.1(b) (royalties)	Do Orçamento de Estado	Da conta do Timor Gap	Receita dos cupões e em juros	TOTAL das receitas	Ganhos/perdas	Taxa de gestão (para a ABP)	Transfêrência para o Orçamento	TOTAL do Trimestre	TOTAL ACUMULADO
Set_05	43,5		125	79,6	0,6	248,7	-1,33		0	247,4	247
Dez_05	95,9	24,7			3,1	123,7	-0,71	-0,09	0	122,9	370
Mar_06	116,8	19,7			4,1	140,6	-2,58	-0,09	0	137,9	508
Jun_06	110,9	26,8			5,4	143,1	-1,21	-0,03	0	141,9	650
Set_06	154,4	27,7			6,7	188,8	8,34	0,00	0	197,1	847
Dez_06	124,1	31,5			8,8	164,4	0,29	0,00	0	164,7	1.012
Mar_07	126,4	183,7			10,5	320,6	5,96	-0,37	120,37	205,8	1.218
Jun_07	93,6	214,7			11,5	319,8	-3,25	-0,16	140,07	176,3	1.394

A ABP elaborou até agora e de acordo com a Lei, oito relatórios trimestrais sobre a gestão do Fundo. Todos eles estão disponíveis no *site* da ABP em www.bancocentral.tl.



Estatísticas Monetárias de Timor-Leste

Ano fiscal 2006-2007

ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS DE TIMOR-LESTE Julho 2006 - Junho 2007

milhares de USD	Jul_06	Ago_06	Set_06	Out_06	Nov_06	Dez_06	Jan_07	Fev_07	Mar_07	Abr_07	Mai_07	Jun_07
Activos externos líquidos	139.649	141.520	133.195	121.481	119.158	112.263	100.325	109.347	221.878	290.222	341.462	336.108
Disponibilidades sobre o exterior	191.473	191.532	182.955	175.513	165.502	155.483	146.880	152.787	266.800	330.366	395.535	372.772
Disponibilidades da ABP/BPA	138.401	132.375	122.218	117.355	106.103	96.857	85.628	89.007	196.128	260.893	307.598	290.062
Disponibilidades dos bancos comerciais	53.072	59.157	60.737	58.158	59.399	58.608	61.052	63.780	70.672	69.473	87.939	82.710
Responsabilidades para com o exterior	51.823	50.013	49.761	54.031	46.345	43.200	46.355	43.440	44.922	40.144	54.073	36.664
Responsabilidades da ABP/BPA	12.131	12.131	12.131	12.131	12.131	12.131	12.131	12.131	12.131	12.438	12.498	12.428
Responsabilidades dos bancos comerciais	39.693	37.882	37.630	41.900	34.214	31.070	34.225	31.309	32.791	27.706	41.574	24.236
Crédito interno (2)	-23.313	-21.609	-9.208	-463	13.292	30.522	40.048	36.229	-77.607	-136.951	-182.262	-171.743
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central na ABP/BPA	123.913	120.154	111.260	105.370	94.083	83.003	74.661	76.003	185.827	249.878	296.159	276.880
nos bancos comerciais	98.303	94.252	85.124	78.515	67.388	56.091	47.380	48.498	157.584	220.447	267.062	248.021
	25.610	25.902	26.137	26.856	26.697	26.912	27.281	27.505	28.283	29.431	29.097	28.858
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-123.913</i>	<i>-120.154</i>	<i>-111.260</i>	<i>-105.370</i>	<i>-94.083</i>	<i>-83.003</i>	<i>-74.661</i>	<i>-76.003</i>	<i>-185.827</i>	<i>-249.878</i>	<i>-296.159</i>	<i>-276.880</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	100.601	98.546	102.052	104.907	107.375	113.525	114.710	112.232	108.219	112.928	113.897	105.137
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	100.601	98.546	102.052	104.907	107.375	113.525	114.710	112.232	108.219	112.928	113.897	105.137
Depósitos (à vista e a prazo)	77.659	79.236	81.206	82.961	92.245	98.038	98.094	99.636	100.127	107.150	112.992	115.191
Depósitos à vista nos bancos comerciais	39.492	41.182	42.501	42.007	49.988	51.888	51.780	49.567	48.588	53.847	59.317	59.189
Empresas públicas não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de empresas e particulares	39.492	41.182	42.501	42.007	49.988	51.888	51.780	49.567	48.588	53.847	59.317	59.189
Depósitos a prazo	38.168	38.054	38.705	40.954	42.259	46.351	46.313	50.070	51.539	53.303	53.675	56.002
Depósitos da ABP/BPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	38.168	38.054	38.705	40.954	42.259	46.351	46.313	50.070	51.539	53.303	53.675	56.002
Outros activos líquidos	520	9.630	12.995	8.662	10.417	43.650	41.785	44.822	42.586	44.627	44.613	47.073
idem, ABP/BPA	4.412	2.295	1.895	3.611	2.758	4.562	3.126	5.035	2.976	5.349	5.458	6.980
idem, bancos comerciais	-3.654	7.508	11.182	5.448	7.912	39.250	39.062	39.911	39.743	39.562	39.823	40.284
Mais ajustamento de SOSD	-238	-173	-82	-398	-253	-162	-403	-125	-133	-284	-688	-191
Capital e reservas	35.668	28.556	27.975	27.585	27.248	-1.634	-2.284	-1.721	-1.347	-680	-618	-83
Capital realizado	26.884	26.884	26.884	26.884	26.884	26.884	26.884	26.227	26.227	26.227	26.227	26.227
idem, da ABP/BPA	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227	18.227
idem, dos bancos comerciais	8.657	8.657	8.657	8.657	8.657	8.657	8.657	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000
Resultados	-1.442	-1.285	-3.710	-3.793	-4.070	-32.889	-32.434	-31.900	-31.492	-30.980	-30.871	-30.385
Resultados da ABP/BPA	-33	112	160	185	178	228	228	516	580	487	414	440
Resultados dos bancos comerciais	-1.408	-1.377	-3.870	-3.978	-4.248	-33.098	-32.662	-32.416	-32.053	-31.467	-31.285	-30.824
Reserva geral e reservas especiais	10.225	2.936	4.801	4.493	4.434	4.351	3.265	3.952	3.918	4.073	4.025	4.074
Reserva da ABP/BPA	2.905	2.905	2.905	2.905	2.905	2.905	1.773	1.773	1.773	1.773	1.773	1.828
Reservas dos bancos comerciais	7.320	31	1.895	1.588	1.529	1.445	1.492	2.179	2.145	2.300	2.253	2.247

Nota:

Com início em Dezembro de 2004 a ABP introduziu algumas alterações na classificação de algumas rubricas. As mais importantes e que se reflectem neste quadro são:

1. Reclassificação dos depósitos do Governo; como consequência, passam a surgir depósitos deste nos bancos comerciais que correspondem a depósitos de projectos específicos e não do Tesouro Público
2. Reclassificação do capital dos bancos comerciais, distinguindo o que é, de facto, capital do que são reservas, que surgem na última linha do quadro

Barras de tais de Ainaro





Artesanato timorense: caixa-cofre de prata obtida a partir do derreter de moedas antigas mexicanas e portuguesas

2 – A actividade da ABP em 2006/07

2.1 - Geral

Como instituição ainda em processo de desenvolvimento e fortalecimento, a ABP colocou, durante o ano financeiro que terminou em 30 de Junho de 2007, uma grande ênfase nas suas bases legal e de operação, incluindo a finalização de uma proposta de Lei do Banco Central que se encontra actualmente em discussão no Conselho de Ministros e a implementação de outras actividades que melhorassem o seu funcionamento.

A ABP está consciente dos desafios que se lhe deparam no processo de transformação em Banco Central de Timor-Leste. O desenvolvimento da capacidade dos seus funcionários é um aspecto importante, tal como o são as estruturas de gestão a implementar, tudo sendo objecto de debate interno. A Administração discutiu e decidiu várias medidas relacionadas com o aumento da capacidade dos seus funcionários, incluindo um programa de longo prazo de cursos académicos para os membros do seu pessoal, nomeadamente os que têm mais responsabilidades na gestão da instituição e são membros do Comité de Gestão.

A ABP respondeu positivamente aos desafios a que teve de fazer frente durante o passado ano fiscal com a inclusão da gestão do Fundo Petrolífero no quadro institucional do banco. Embora a ABP tenha funcionários pouco experientes no assunto, o essencial da tarefa que lhe foi confiada pelo governo de gerir o Fundo Petrolífero foi alcançado com sucesso e transparência obedecendo à orientação de uma gestão passiva do mesmo.

A ABP e o Ministério do Plano e das Finanças actuaram em conjunto para darem resposta a um conjunto de questões que se foram colocando, incluindo a do próprio relacionamento das duas entidades entre si e com o Comité Consultivo para o Investimento do Fundo. A ABP, através do seu Departamento do Fundo Petrolífero, conseguiu um resultado satisfatório da sua gestão passiva do Fundo ao fazer, durante o ano fiscal, investimentos de acordo com os princípios estabelecidos pela Lei do Fundo Petrolífero.

A ABP iniciou o estabelecimento de um registo de crédito de forma a ajudar os bancos comerciais na avaliação da capacidade de endividamento dos tomadores de empréstimos e na melhoria da qualidade dos empréstimos enquanto activos bancários. O estudo de viabilidade deste projecto foi financiado por *First Initiatives*.

Durante o ano financeiro de 2006/07 foram submetidos à apreciação do Governo para discussão e aprovação dois projectos de Lei: o projecto de Lei Anti-Lavagem de Dinheiro e contra o Financiamento do Terrorismo e o projecto de Lei sobre os Estatutos do Banco Central de Timor-Leste. A primeira das Leis referidas foi apresentada em reunião do Conselho de Ministros do início de 2007.

A ABP continua a receber assistência técnica e formação de pessoal dos seus parceiros de desenvolvimento, entre eles o Fundo Monetário Internacional, o Banco de Portugal, o Bank Indonesia, o SEACEN e outros.

2.2 - Agenda Legislativa

A ABP trabalha actualmente na preparação de legislação e dos procedimentos internos com ela relacionada nas seguintes áreas:

- O projecto dos Estatutos do Banco Central de Timor-Leste foi concluído e submetido a apreciação do Governo para publicação.
- Foi finalizado o projecto de Lei contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.
- Foi preparada e está pronta para aprovação final pelo Conselho de Administração uma Instrução sobre o pagamento de transacções de largos montantes .
- Foi também preparada e está pronta para aprovação final do Conselho de Administração uma revisão da Instrução sobre a Câmara de Compensação Interbancária.
- Foi preparado e aprovado um conjunto de manuais de procedimentos para a gestão do Fundo Petrolífero. Os procedimentos cobrem as funções de *front office* e de *middle office*, incluindo as de *back office*.

2.3 – Sistema financeiro e de pagamentos

2.3.1 - Sistema financeiro

A supervisão prudencial e a função regulamentadora levada a cabo pela ABP para o ano financeiro de Julho de 2006 a Junho 2007 centrou-se no cumprimento das funções estatutárias do Regulamento que criou a ABP e que são licenciar, supervisionar e regular os bancos, agências de câmbio e a indústria seguradora. No cabal cumprimento desta responsabilidade o ABP empenha-se em promover um sólido e eficiente sistema financeiro como parte da consolidação da estabilidade financeira do país. No momento actual o sistema financeiro é ainda constituído apenas por três agências de bancos estrangeiros e por um quasi-banco, a Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste.

A situação financeira, em geral, do sistema bancário --- apenas banca comercial --- em Timor-Leste durante o ano é considerada como saudável. O total de activos do sistema totalizava USD 151,2 milhões em 30-6-2007, o que representava uma redução de 4,4% em relação ao ano anterior. Esta diminuição resulta em grande parte da redução do total líquido de empréstimos provocada pelas grandes provisões estabelecidas para fazer face ao crédito malparado. Esta redução de activos acompanha a da economia, que no ano civil de 2006 caiu cerca de -1,6% e conheceu uma inflação de 6,7%.

O conjunto de activos e de responsabilidades do sistema bancário é mostrado no quadro abaixo:

Estrutura do balanço dos bancos comerciais - Activos

Items	Mil USD			
	Jun/07	% do total de activos	Jun/06	% do total de activos
Dinheiro em caixa e saldos na BPA	15036	9,9	6512	4,1
Aplicações	77799	51,4	50851	32,1
Empréstimos	46737	30,9	85959	54,3
Activos fixos	2773	1,8	3063	1,9
Outros activos	8876	5,9	11837	7,5
TOTAL	151221	100,0	158222	100,0

Composição dos activos

O total de activos do sistema bancário líquidos da provisão para perdas com empréstimos em 30 Junho de 2007 ascendia a USD 151,2 milhões, representando uma redução de 4,4 por cento em relação aos USD 158,2 milhões registados na mesma data do ano anterior.

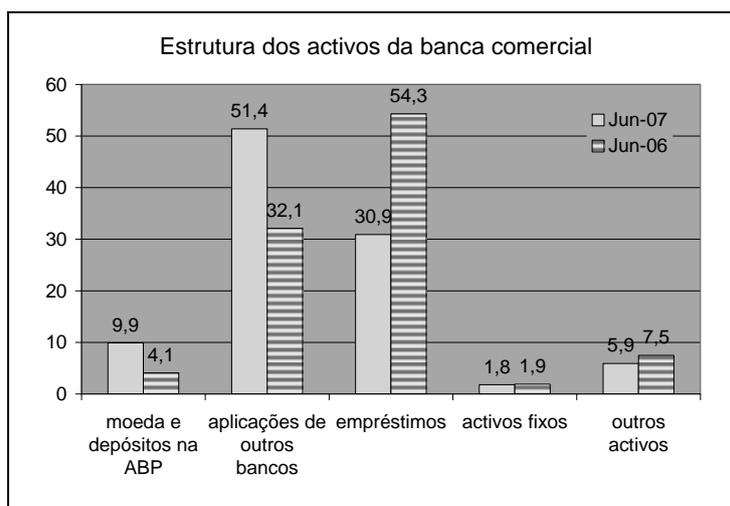
Os activos mais importantes são os recebíveis de outros bancos, que ascendiam a USD 65,9 milhões em 30 de Junho de 2007, representando 51,4% do total de activos, um aumento significativo, de 53%, em comparação com Junho de 2006. Os empréstimos líquidos e adiantamentos aos cliente representavam 30,9% do total dos activos enquanto que no ano anterior tinham representado 54,3% do total. Esta redução substancial foi consequência de duas razões: o aumento das provisões para perdas no crédito e um movimento de transferênc risco para outros de maior liquidez.

No entanto, o montante bruto de crédito concedido aumentou 7,6% em relação a Junho de 2006. Em geral, considera-se que os bancos se desenvolvem ao longo de uma tendência esperada de

crescimento. Os empréstimos concentraram-se em grande parte no sector da construção civil, nos empréstimos pessoais e os feitos ao comércio e finança.

Apesar do aumento do montante de empréstimos, os empréstimos com dificuldades de cumprimentos das obrigações dos devedores (crédito mal-parado/*non performing loans*) aumentaram significativamente: +70,3% em relação a Junho de 2006. Contudo, o sistema bancário detém provisões suficientes para cobrir potenciais perdas. As provisões ascendem a USD 52,2 milhões (incluindo provisões gerais) para o ano findo em Junho de 2007, um aumento de 258,6% se comparado com igual período do ano anterior e representa 52% do montante bruto total de empréstimos.

Entretanto, as aplicações em outros bancos aumentaram 52,9% de USD 50,8 milhões em 2006 para USD 77,8 milhões em 2007, representando 51,4% do total dos activos.



Composição das responsabilidades

O total de responsabilidades do sistema bancário ascendeu em USD 171,7 milhões e representou 113,6% do total dos activos enquanto o capital baixou USD 20,6 milhões. O total de responsabilidades aumentou em 19,9% em relação a Junho de 2006. O crescimento deveu-se em grande parte ao aumento significativo de depósitos de particulares que constituiu a principal fonte de financiamento do sistema bancário.

As responsabilidades incluem dois grandes elementos, que são os depositantes e aplicações de outros bancos. O montante dos depositantes ascendeu a USD 144,3 milhões, representando 95,4% do total de activos, e aumentou em 41,9% em relação a Junho de 2006.

61,5% do valor dos depósitos é à ordem, 31,9% são depósitos de poupança e 6,6% são depósitos a prazo. As aplicações de outros bancos ascenderam a USD 23,5 milhões, que representam 15,5% do total de activos e uma redução de 33,4% em relação ao ano anterior.

Estrutura das responsabilidades & Capital

Mil USD

Items	Jun/07	% do total do passivo e capital	Jun/06	% do total do passivo e capital
Devido à ABP	1772	1,2	699	0,4
Aplicações de outros bancos	23513	15,5	35318	22,3
Depósitos	144335	95,4	101672	64,3
Outros passivos	2178	1,4	5573	3,5
Capital	20577	-13,6	14960	9,5
TOTAL	151221	100,0	158222	100,0

Rendibilidade

A principal fonte de rendimento do sistema bancário comercial foram os juros cobrados, que ascenderam a um montante de USD 6,4 milhões, representando 38,5% do rendimento total dos bancos mas uma diminuição de 12% em relação a Junho de 2006. A proporção do rendimento proveniente de empréstimos e adiantamentos aos clientes diminuiu 23,9% e representou 25% do rendimento total. Os outros rendimentos de operações ascendeu aos USD 9,9 milhões durante o período, quando tinha sido de USD 2,7 milhões em Junho de 2006, quando representava 59,7% do total do rendimentos. Este total representa apenas 6,6% do total de activos.

Entretanto, as despesas com juros no final de Junho de 2007 ascendiam a USD 0,7 milhões, um decréscimo de 14,7% quando comparado com 2006 principalmente devido ao facto de os juros pagos aos depósitos de outros bancos terem diminuído 39,1%. As despesas com juros dos depósitos aumentaram 5,7%, e as despesas operacionais aumentaram 12,2% quando comparado com igual período do ano anterior. O rendimento líquido operacional do sistema bancário em Junho de 2007 cifrou-se em USD 2,2 milhões. O total de lucros de todo o sistema bancário para o período findo a 30 Junho de 2007 foi de USD 1,9 milhões.

Lavagem de dinheiro

Apesar da legislação anti-lavagem de dinheiro ainda não ter entrado em vigor, a ABP emitiu uma Instrução sobre a Prevenção de Lavagem de Dinheiro, Identificação de Clientes e Preservação de Registos que serviu para regulamentar e controlar as actividades de lavagem de dinheiro no sistema bancário desde 2004. Durante o ano coberto por este Relatório o Departamento de Supervisão do Sistema Financeiro realizou alguns exames específicos em bancos com base em relatórios sobre transacções suspeitas reportadas pelos bancos.

Seguros

Nos últimos anos tem estado em vigor a Lei nº 6/2005 sobre o Regime de licenciamento, supervisão e regulação de empresas seguradoras e de mediação de seguros mas não houve qualquer entidade seguradora licenciada pelo BPA.

A Lei de Seguros nº 6/2005 salienta a necessidade de ser estabelecida uma indústria seguradora em Timor-Leste como complemento do sector bancário como um sector estrategicamente importante para acelerar o desenvolvimento económico. Este enquadramento regulamentar estabelece as pré-condições para o licenciamento, supervisão e regulação da indústria. Embora o tecido empresarial nacional e estrangeiro tenha demonstrado o seu interesse em apostar neste sector, a ABP deseja dar prioridade ao licenciamento a empresas altamente qualificadas.

2.3.2 - Sistema de pagamentos

Durante o ano fiscal 2006-2007 a Divisão de Sistema de Pagamentos iniciou um programa de apresentação de relatórios trimestrais sobre o sistema de pagamentos ao Conselho de Administração

da Autoridade. Cada relatório fornece informação sobre os principais aspectos do sistema de pagamentos em Timor-Leste e identifica o crescimento e desenvolvimento registados.

O objectivo principal deste tipo de relatórios é o de permitir à Direcção monitorizar a câmara de compensação e as actividades do sistema de pagamentos a fim de gerir e reduzir a liquidez e os riscos de crédito.

Está a ser implementado uma melhoria adicional no sentido da automação da câmara de compensação. A ABP pede aos bancos comerciais que submetam informação electrónica para que as posições da câmara de compensação possam ser calculadas automaticamente antes de realizada a sessão de compensação.

A tabela em baixo mostra o número de itens e o valor compensado na Câmara de Compensação de Dili durante o ano de 2006-2007.

Mês	Efeitos transaccionados				Efeitos devolvidos	
	número		Valor (mil USD)			
	TOTAL	Média diária	TOTAL	média	TOTAL	Valor (mil USD)
Julho 2006	1337	89	7548	503	10	37
Agosto	1537	73	7919	377	13	75
Setembro	1574	75	10102	481	20	174
Outubro	1679	80	9835	468	9	72
Novembro	1819	96	12509	658	14	19
Dezembro	1820	101	11913	662	12	109
Janeiro 2007	1724	78	11989	545	13	57
Fevereiro	1725	86	11481	574	20	92
Março	2078	94	13722	624	19	56
Abril	1934	102	14758	777	17	62
Maió	2100	100	15759	750	20	174
Junho 2007	2103	105	18105	905	27	287
TOTAL	21430	90	145641	610	194	1214

2.4 – Transacções com Moeda e serviços bancários

Transacções com Moeda

Tal como em anos anteriores, a ABP continua a assumir a função de assegurar a circulação em número suficiente de notas e moedas de modo a satisfazer as necessidades públicas para transacções monetárias. A ABP mantém seu compromisso de assegurar uma oferta contínua de moeda aos bancos comerciais e ao público em geral ao longo de todo o ano fiscal, assegurando deste modo que a quantidade de moeda em circulação satisfaça as necessidades dos agentes económicos.

Este objectivo foi alcançado através da regular importação de notas de USD e da emissão de moedas de centavos para distribuição ao público. A ABP também diligenciou no sentido de melhorar a qualidade física da moeda em circulação mas este processo continua a ser um desafio numa economia onde muitas pessoas não usam o sistema bancário. Ao longo do ano a ABP organizou campanhas de detecção de falsificação na capital, Dili, e nos distritos. O objectivo é o de sensibilizar a população contra a falsificação de moeda e ensiná-la e detectar notas falsas e os procedimentos a seguir no caso de encontrarem notas ou moedas falsas.

O quadro seguinte resume as operações monetárias durante o ano.

Denominação	Importação	Moeda em circulação (em milhões USD)				Moedas repatriadas
		Re-circulada	Depositada e em bom estado	Depositada e em mau estado	Centavos emitidos	
\$ 100	9,50	8,70	1,00	0,17		0,20
\$ 50	8,32	3,60	0,60	0,04		0,05
\$ 20	18,24	34,06	17,82	0,53		0,46
\$ 10	17,92	28,63	20,61	4,72		2,88
\$ 5	4,08	5,72	5,31	2,65		2,00
\$ 1	0,96	0,62	--	0,57		0,64
Total banknotes	59,02	81,32	45,34	8,67	-	6,23
50 centavos		0,58	0,29		0,09	
25 centavos		0,30	0,17		0,05	
10 centavos		0,09	0,09		0,02	
5 centavos		0,04	0,03		0,02	
1 centavo		0,00	0,00		0,01	
Total centavos		1,01	0,59		0,18	
TOTAL GERAL	59,02	82,33	45,93	8,67	0,18	6,23

Serviços bancários

Ao longo do ano, verificou-se um acréscimo de transacções monetárias tais como pagamentos a funcionários públicos, cheques governamentais e outros pagamentos em dinheiro. O quadro seguinte resume os pagamentos em dinheiro feitos pela Divisão de Operações Bancárias ao longo do ano.

Mês	Pagamentos em dinheiro			
	Total (nº)	Valor (mil USD)	Média de pagamentos/dia	Valor médio de cada item (mil USD)
Julho 2006	1085	2208,86	72	2,04
Agosto	303	1200,54	14	3,96
Setembro	438	1780,80	21	4,07
Outubro	620	1619,16	30	2,61
Novembro	728	1939,15	38	2,66
Dezembro	657	3121,09	37	4,75
Janeiro 2007	786	2833,68	36	3,61
Fevereiro	624	2306,04	31	3,70
Março	702	3015,37	32	4,30
Abril	546	3159,40	29	5,79
Maio	792	4735,48	38	5,98
Junho 2007	885	5203,33	44	5,88

Serviços de pagamentos

O quadro seguinte resume os pagamentos nacionais e internacionais levados a cabo pela ABP durante o ano fiscal de 2006-2007. De referir que o pagamento do investimento do Fundo de Petróleo levado a cabo pela ABP não está incluído, uma vez que distorceria significativamente a informação económica subjacente no quadro.

Resumo dos pagamentos nacionais e internacionais realizados pela ABP								
(valores em milhares de USD)								
Mês	Transferência entrada (Swift ou não)		Pagamentos internos (a retalho)		Pagamentos internos (de grande montante)		Pagamentos ao exterior (Swift ou não)	
	número	valor	número	valor	número	valor	número	Valor
Julho 2006	8	3133	314	3668	4	1927	29	11449
Agosto	8	5547	355	5210	4	1738	61	10849
Setembro	7	3028	312	4090	9	5201	48	10357
Outubro	11	7969	438	4373	7	3718	64	21654
Novembro	10	6175	487	5506	6	4753	68	21885
Dezembro	11	12070	509	5927	5	4364	35	9756
Janeiro/07	9	5026	534	9863	6	2636	80	19469
Fevereiro	7	2528	481	8429	7	3739	38	7571
Março	16	7151	573	11595	25	6034	37	11949
Abril	3	2017	480	15926	15	8938	30	552
Maior	5	1533	597	12310	7	6043	55	1030
Junho 2006	5	254	832	20007	10	7905	40	532

2.5 -Fortalecimento Institucional

Durante o ano em análise a ABO solicitou ao FMI a realização de uma missão de assistência técnica para a aconselhar nas áreas de contabilidade do Fundo Petrolífero e modernização do sistema de pagamentos.

Além disso, o FMI continuou a financiar a estada na ABP de dois conselheiros permanentes: um para apoiar o Director Geral da ABP e outro para o Fundo Petrolífero, sendo este último financiado pela Noruega.

Durante o ano a ABP também recebeu uma missão técnica do Banco de Portugal para a ajudar na revisão de aspectos da sua gestão de recursos humanos, nomeadamente quanto ao sistema de avaliação de desempenho, sistema de classificação e graduação e desenvolvimento do plano de carreiras.

Durante o ano de 2006 foi feita uma avaliação da situação da ABP e foram detectadas algumas áreas críticas que necessitam de apoio continuado como sejam a tecnologia de informação e as áreas legal e de operações bancárias. Estas áreas não estão cobertas por acordos com nenhum dos nossos parceiros de desenvolvimento e por isso foram contratados directamente pela ABO três consultores, um para cada uma das áreas indicadas acima.

Durante o ano a Administração da ABP adoptou um programa formação de pessoal baseado num estudo realizado no início de 2005. O programa inclui cursos académicos de longa duração especializados em áreas de interesse para o funcionamento da instituição. O curso também inclui formação intensiva em línguas..

No final de 2006 foi estabelecido um acordo com a Macquarie University (Austrália) nas áreas de treino de línguas e de aplicações matemáticas. Além disso o Banco de Portugal continuou a providenciar uma bolsa de estudos para a qualificação de técnicos da ABP.

Durante o ano de 2006 a Administração da ABP também reviu a sua política relativamente aos acordos de formação com os seus funcionários. Esta política destina-se a regular as relações da ABP com o seu pessoal que frequente cursos de treino para além de um determinado período de tempo, regulando os aspectos monetários envolvidos e de contrapartida de tempo de serviço a prestar à Autoridade.

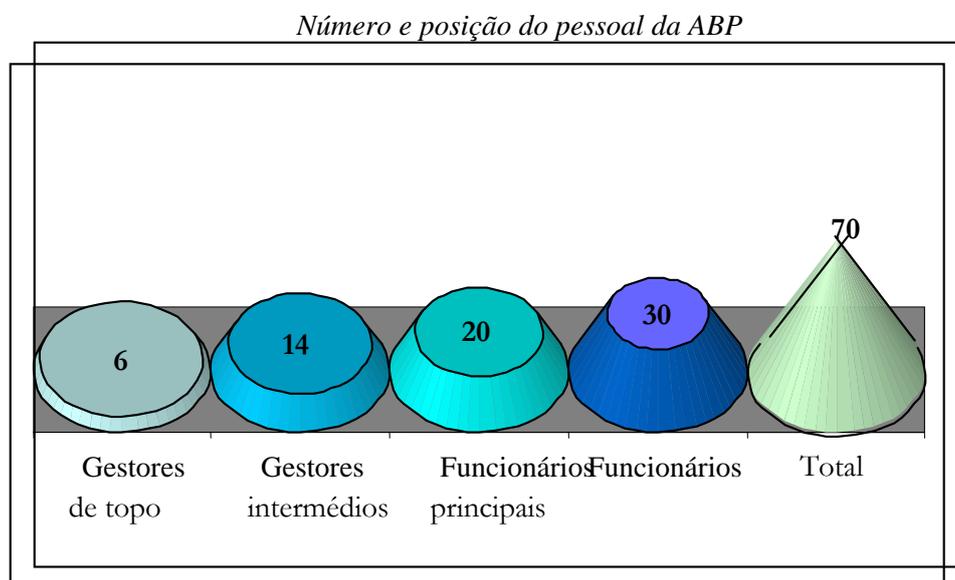
2.6 -Pessoal e desenvolvimento de qualificações

Gestão de pessoal

O número de funcionários da ABP durante o ano fiscal em análise aumentou 16%. O aumento ficou a dever-se devido ao novo pessoal recrutado para cobrir as necessidades de gestão do Fundo Petrolífero.

Ao longo do ano 2006/2007 o Conselho de Administração da ABP criou três posições para reforçarem o Gabinete do Auditor Interno e a Divisão de Investimento do Departamento de Gestão do Fundo Petrolífero e quatro outras posições para os Departamentos de Economia, de Pagamentos e de Administração.

Durante o período que se refere este Relatório foi também introduzido um programa de mobilidade interna de pessoal da ABP.



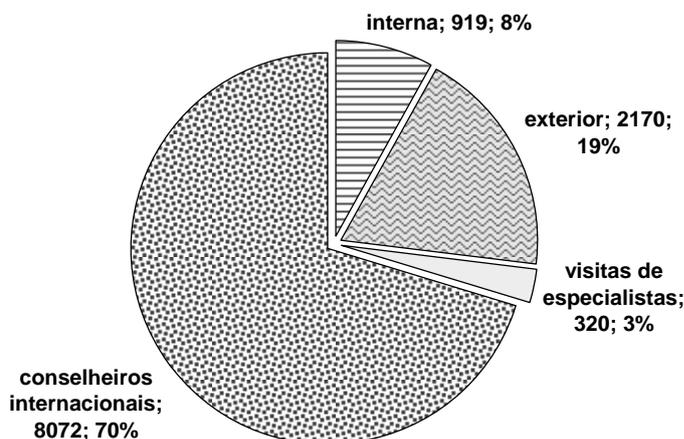
Desenvolvimento de qualificações

Durante o ano fiscal de 2006/07 foram realizadas um total de 2.170 horas-funcionário de formação no estrangeiro, principalmente nas áreas de gestão dos investimentos, economia, supervisão bancária e sistema de pagamentos. Programas de estágios do pessoal da ABP foram também organizados em colaboração com várias instituições, a saber o Bank Indonesia e o Reserve Bank of Australia. Foi também realizada uma visita de estudo à Universidade Macquaire envolvendo o pessoal superior de administração da Autoridade. Participou também no programa um representante do (então) Ministério do Plano e das Finanças.

A formação interna através de cursos intensivos continuou com um total de 919 horas-funcionário. O ABP contactou um centro de línguas local para fornecer um curso de Inglês para a maioria do pessoal da ABP. O Instituto Camões continua a dar cursos de português ao nosso pessoal. Dois dos nossos funcionários estão a frequentar um curso de Mestrado em Finanças Aplicadas na Macquaire University.

A ABP continua a participar activamente em reuniões e conferências internacionais tais como a dos supervisores de seguros dos países da CPLP, encontro de directores de Tecnologia da Informação, assuntos legais e sistemas de pagamentos dos bancos centrais da CPLP.

Treino de pessoal: horas de formação no ano fiscal 2006/07



2.7 - Relações externas

A Administração da ABP continua a colocar grande esforço na expansão do programa de cooperação com outras instituições internacionais, principalmente com outros bancos centrais. Há actualmente acordos e acções de cooperação com o Banco de Portugal, o Bank Indonesia, o Reserve Bank of Australia e o Bank Negara Malaysia através do programa de cooperação técnica da Malásia (MTCP). A ABP também continuou a beneficiar, sem custos, dos programas de formação fornecidos pelo Instituto do FMI – Singapura e pelo SEACEN.

A ABP continua a representar Timor-Leste como o ponto de contacto no país do Grupo da Ásia-Pacífico Anti-Lavagem de Dinheiro. Timor Leste foi aceite como Observador Prioritário no Grupo da Ásia-Pacífico Anti-Lavagem de Dinheiro em Julho de 2006.

2.8 - Governação

Durante o ano em revista, foi desenvolvido pela ABP um manual de governação da instituição. Além disso, uma firma internacional de auditoria foi contratada para dar assistência na formulação de uma política de controlo de fraude, de código de ética para o pessoal, carta de princípios para o comité de auditoria e revisão do quadro geral de auditoria interna. Estas políticas e manuais serão, depois de adoptadas, divulgadas internamente junto do Conselho de Administração e do pessoal da ABP através de *workshops* a realizar na instituição.

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste
Banking and Payments Authority of Timor-Leste

Avenida Bispo Medeiros, CxPostal 59, Dili, Timor-Leste

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SOBRE O EXERCÍCIO
TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2007

10 de Outubro de 2007

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	57
BALANÇO	58
CONTA DE EXPLORAÇÃO	59
DECLARAÇÃO SOBRE ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	60
QUADRO DE CASHFLOW	61
DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	62
NOTAS ÀS CONTAS (FAZENDO PARTE DAS MESMAS)	69
1. Natureza e extensão das actividades	
2. Gestão do risco financeiro	
3. Decisões críticas na aplicação da política contabilística da Autoridade	
4. Segmentação da informação reportada	
5. Dinheiro e seus equivalentes	
6. Títulos negociáveis	
7. Activos e responsabilidades financeiras	
8. Instituições Financeiras Internacionais	
9. Propriedade, instalações e equipamento	
10. Outros activos	
11. Depósitos do Governo	
12. Outros depósitos	
13. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	
14. Outras responsabilidades	
15. Capital e reservas	
16. Responsabilidades contingentes	
17. Rendimento líquido sob a forma de juros	
18. Rendimento de taxas e de comissões cobradas	
19. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	
20. Despesas com o pessoal	
21. Despesas de administração	
22. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	
23. Transacções com partes com relações com a Autoridade	
24. Acontecimentos relevantes posteriores à data do balanço	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	86

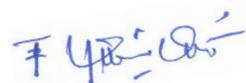
AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Financeiras das páginas 52 (cinquenta e dois) a 55 (cinquenta e cinco) e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 56 (cinquenta e seis) a 79 (setenta e nove) foram preparadas pela Administração da ABP e aprovadas pelo Conselho de Administração da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos do Regulamento 2001/30 e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste à data de 30 de Junho de 2007.

Dili, 10 de Outubro de 2007



Abraão de Vasconcelos
Director-Geral

BALANÇO

da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

referido a
30 DE JUNHO DE 2007

	Notas	2007 USD	2006 USD
ACTIVO			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	5	49.288.901	23.723.924
Títulos negociáveis	6	230.081.632	107.293.591
Investimentos	8	12.427.669	12.130.824
Propriedade, edifícios e equipamentos	9	830.793	862.623
Outros activos	10	633.300	88.797
Total dos activos		293.262.295	144.119.636
PASSIVO			
Moeda emitida		1.993.522	1.810.539
Depósitos do Governo	11	248.021.395	105.219.458
Outros depósitos	12	22.052.261	15.150.763
Provisão para transferência de excedente para o Governo	13	510.780	1.132.512
Outros Passivos	14	684.337	806.365
Total do passivo		273.262.295	124.119.636
Capital		20.000.000	20.000.000
Total do Passivo e do Capital		293.262.295	144.119.636

As notas das páginas 56 a 79 fazem parte integrante desta declaração

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Para o ano terminado em 30 de Junho de 2007

	Notas	2007 USD	2006 USD
PROVEITOS DE OPERAÇÕES			
<i>Rendimentos de investimentos</i>			
Juros recebidos	17	6.423.583	6.769.433
Ganhos (perdas) registadas		(2.412)	(13.896)
<i>Despesas com as responsabilidades financeiras</i>			
Despesas com juros	17	(5.185.642)	(5.443.678)
Rendimento líquido do investimento		1.235.529	1.311.859
Taxas e comissões	18	404.009	424.353
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	19	524.000	270.000
Outros Rendimentos		59.492	3.023
Proveitos totais		2.223.031	2.009.235
Custos			
Despesas com Pessoal	20	515.776	328.400
Despesas com a circulação monetária		237.438	91.503
Despesas Administrativas	21	892.971	409.006
Depreciação do Imobilizado	9	120.755	210.258
CUSTOS TOTAIS		1.766.940	1.039.167
RESULTADO LÍQUIDO		456.091	970.068

As notas das páginas 56 a 79 fazem parte integrante desta declaração.

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALETRAÇÕES DE CAPITAL DURANTE O ANO FISCAL TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2007

	2007	2006
	USD	USD
CAPITAL SOCIAL		
Capital inicial	18.227.188	7.727.188
Subscrição, em dinheiro, pelo Governo	-	10.500.000
	18.227.188	18.227.188
CONTA DE RESERVA GERAL		
Saldo inicial	1.826.358	1.988.802
Lucro do período	456.091	970.068
Provisão para transferência de excedente para o Governo	13 (510.780)	(1.132.512)
Saldo final	1.771.669	1.826.358
Reserva segundo os valores estimados de mercado ("fair value")	15	
Saldo inicial	(53.546)	(67.039)
Alteração líquida do valor	54.690	(403)
Transferido para a conta de ganhos e perdas	-	13.896
Saldo final	1.144	(53.546)
TOTAL DO CAPITAL	20.000.000	20.000.000

As notas das páginas 56 a 79 fazem parte integrante desta declaração

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE**QUADRO DE CASHFLOW**

Para o ano terminado em 30 de Junho de 2007

	2007	2006
	USD	USD
ACTIVIDADE OPERACIONAIS		
Lucro operacional	456.091	970.068
Depreciação	120.756	210.258
Rendimento líquido de juros	(1.237.941)	(1.325.755)
	(661.094)	(145.429)
Alteração nos recebíveis, prepagamentos e stock	(554.501)	54.142
Alteração nos Depósitos do Governo	142.801.938	(232.882.069)
Alterações nos outros Depósitos	6.604.653	(1.656.407)
Alterações nos investimentos	296.846	186.594
Alteração nos Outros Passivos	(122.027)	677.740
	148.375.814	(233.765.429)
Juros recebidos	6.421.172	6.782.926
Juros pagos	(5.185.642)	(5.443.678)
Resultado líquido das actividades operacionais	149.611.344	(232.426.181)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alterações nos Investimentos	(296.846)	(186.594)
Títulos do Governo dos Estados Unidos	(122.788.041)	115.536.687
Aquisição de activos fixos e equipamento	(31.830)	(45.874)
Cash Flow das actividades de investimento	(123.116.717)	115.304.219
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Moeda emitida	182.984	345.378
Subscrição de Capital	-	10.500.000
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	(1.132.511)	-
Cash Flow das actividades de financiamento	(949.527)	10.845.378
AUMENTOS EM 'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES		
	25.545.101	(106.276.584)
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	23.743.800	130.020.384
'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	49.288.901	23.743.800

As notas das páginas 56 a 79 fazem parte integrante desta declaração

Notas às Declarações Financeiras

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1. Entidade reportante e base estatutária

Estas são as declarações financeiras da Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) de Timor-Leste, uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pelo Regulamento 2001/30 da *UNTAET-United Nations Transitional Administration of East Timor*.

O endereço oficial da sede da ABP é Avenida Bispo Medeiros, CxPostal 59, Dili, Timor-Leste.

As declarações financeiras da Autoridade Bancária e de Pagamentos são relativos ao ano financeiro terminado em 30 de Junho de 2007 e, de acordo com o estabelecido no Artº 53º do Regulamento da ABP, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo da Autoridade é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado no mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os *IFRS-International Financial Reporting Standards*

(b) Adopção dos IFRS

Na preparação destas declarações financeiras a Autoridade adoptou os *IFRS7-Financial Instruments: Disclosures* e *IAS 1 Presentation of Financial Statements – capital disclosures* antes da obrigatoriedade da sua aplicação, marcada para 1 de Janeiro de 2007.

Em 30 de Junho de 2006 a Autoridade fez as nomeações formais exigidas pelo *IAS 39 Financial Instruments – Recognition and Measurement* de modo a poder aplicar a classificação “disponível para venda” a certos instrumentos financeiros.

(c) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto quanto aos activos considerados disponíveis para venda e que foram avaliados segundo a estimativa do seu valor para esse efeito.

(d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste. A informação apresentada em USD não foi arredondada.

Notas às Declarações Financeiras

(e) Uso de estimativas e de julgamentos

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efectuar julgamentos sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos activos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos. As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente. As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca da incerteza das estimativas e a julgamentos/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se reflectem significativamente sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

(f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na forma anterior de apresentação das declarações financeiras.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

(A) Taxas de câmbio

Transacções envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas às taxas de câmbio prevalentes nas datas de transacção. Activos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio praticadas no dia 30 de Junho de 2007. As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação destas declarações financeiras eram, em 30 de Junho de 2007, as seguintes:

	2007	2006
Dólares australianos (AUD)	1,1809	1,3701
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0,6598	0,6759
Euro (EUR)	0,7437	0,7969

(B) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre juros utilizando o método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos e receitas de *cash flow* futuros ao longo da vida esperada dos activos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto). A taxa de juro efectiva +e estabelecida no momento de reconhecimento inicial do activo ou passivo financeiro e não é sujeito a alterações posteriores.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transacção e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de

Notas às Declarações Financeiras

transacção são custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou disponibilização de um activo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de activos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efectiva
- Juros de títulos de investimento comercializáveis numa base de taxa de juro efectiva

(C) Taxas

O rendimento de taxas, incluindo taxas de serviço de contas, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos são contabilizadas quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo governo é reconhecido após a aprovação pelo parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito principalmente a taxas de transacções e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

(D) Lucro operacional

O lucro operacional compreende os ganhos menos as perdas relacionadas com as transacções de activos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a excepção das alterações estimadas dos valores relativos a activos comercializáveis).

(i) Despesas com pessoal

As despesas com pessoal incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, incluindo salários e suplementos vários. Os acréscimos (*accruals*) de custos de pessoal são registados no balanço como contas a pagar.

(ii) Benefícios dos empregados no longo prazo

Os empregados da Autoridade têm o direito a receberem um benefício em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte, pela Autoridade, uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a contrapartida responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como “outros passivos”. Na hipótese de um empregado abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado para tal empregado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação da Autoridade para com o empregado cessa.

Não há um esquema de pensões para o funcionários da Autoridade.

Notas às Declarações Financeiras

(E) Impostos

A ABP está isenta de imposto sobre o seu rendimento de acordo com o disposto no Artº 61º do Regulamento nº 2001/30

(F) Activos e passivos financeiros

(i) reconhecimento

A Autoridade reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros activos financeiros (incluindo os que são considerados negociáveis) são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

A Autoridade efectua transacções quando adquire activos mas não assume todos os riscos e recompensas dos activos ou parte deles. Tais activos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pela Autoridade, não são contabilizados no balanço.

(ii) Eliminação dos registos contabilísticos

A Autoridade elimina dos seus registos um activo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data para a qual é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao activo financeiro.

(iii) Medição da amortização dos custos

O custo amortizado de um activo financeiro é o montante ao qual o activo financeiro é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efectivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

(iv) Medição do valor justo de mercado

A determinação do valor justo de mercado para os activos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados activos.

(v) Identificação e medição de prejuízos

Em cada data do balanço a Autoridade avalia se há ou não evidência objectiva se os activos financeiros não levado a valor justo apresentam prejuízo. Um activo financeiro apresenta prejuízo quando evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do activo nos registos da Autoridade e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros *cash flows* relacionados com o activo e pode ser estimado com confiança.

A Autoridade toma em consideração evidências de prejuízo quer a nível individual de cada activo específico quer a nível colectivo. Todos os activos individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os activos significativos que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os activos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando activos financeiros com características de risco semelhantes.

Notas às Declarações Financeiras

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis no mercado são reconhecidos contabilisticamente transferindo a diferença entre o custo amortizado de compra e o valor estimado de mercado de capital para lucros ou perdas. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas. Contudo, qualquer recuperação no valor justo de mercado de um título negociável com prejuízo é reconhecido directamente no capital. Alterações no valor atribuíveis ao tempo são reflectidas como uma componente do rendimento do juro.

(G) Dinheiro [*cash*] e equivalentes

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos centrais e activos financeiros com elevada liquidez com maturidades originais de menos de três meses, os quais estão sujeitos a um risco muito reduzido de alteração no seu valor justo e são usados pela Autoridade na gestão dos seus compromissos de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transacções em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço ao seu custo amortizado.

(H) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transacção e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor estimado de mercado ou valor comercial [*available-for-sale*].

(i) “A manter até à maturidade”

Este tipo de investimentos são “não-derivativos” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que a Autoridade tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são designados como “ao valor estimado de mercado” ou como negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efectivo.

(ii) Valor justo através de lucros ou perdas

Investimentos deste tipo são avaliados ao valor estimado de mercado através de ganhos e perdas quando:

- Os activos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os activos contêm uma componente de derivativo que modifica os *cash flows* que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor estimado a partir dos dados do mercado desta classe de investimento são levadas imediatamente a ganhos e perdas.

Notas às Declarações Financeiras

(iii) *negociáveis*

Investimentos deste tipo são instrumentos não-derivativos que não são incluídos noutras categorias de activos financeiros

São contabilizados ao seu valor facial.

O seu rendimento de juros é levado a ganhos e perdas utilizando o método do juro efectivo. Os ganhos ou perdas em câmbios nestes instrumentos são levados a ganhos e perdas.

Outras alterações do valor estimado de acordo com o mercado são directamente contabilizadas no capital até que o investimento seja vendido e o saldo no capital seja reconhecido em ganhos e perdas.

(I) **Transacções do mercado *overnight***

A Autoridade estabelece acordos no mercado *overnight* no quadro das suas actividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transacções são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transacção.

(J) **Outros activos e responsabilidades financeiras**

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efectua a transacção, adicionados os eventuais juros.

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

As existências são registadas ao valor mais baixo entre o custo e o valor líquido realizável. Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registadas como despesa aquando da sua entrada em circulação.

(K) **Propriedade, instalações e equipamento**

(i) *Reconhecimento e medição*

Items de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos a as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do activo. Software adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais á sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

Notas às Declarações Financeiras

(ii) custos subsequentes

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranter do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão a Autoridade e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrerem.

(iii) Amortização

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

A Autoridade divide os seus activos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2007	2006
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

(iv) Prejuízos

Os montantes sobranter dos valores dos activos fixos da Autoridade são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor carregado para um activo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

(L) Moeda em circulação

A moeda colocada em circulação pela Autoridade sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente sub-unidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade para a Autoridade na posse dos seus detentores. A responsabilidade pelo valor da moeda e circulação é registada ao valor facial no balanço da Autoridade.

A Autoridade também emite moedas de colecção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente a Autoridade contabiliza os valor facial das moedas de colecção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

Notas às Declarações Financeiras

Notas ao Relatório Financeiro

1. Natureza e extensão das actividades

O papel da Autoridade Bancária e de Pagamentos é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas actividades em relação a instrumentos financeiros. O papel da Autoridade é definido no Regulamento 2001/30 sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos e outras leis e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo grandes linhas de política em áreas da responsabilidade da Autoridade;
- emitir moedas chamadas centavos que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular, os sistemas de liquidação e de pagamentos de transações em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar, ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências com ele relacionadas;
- agir como agente fiscal do governo e agências com ele relacionadas;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos Bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transações em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a actividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a actividade de câmbio de moedas;
- autorizar, supervisionar e regular companhias de seguros e intermediários; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

Principais acontecimentos durante o ano fiscal 2006/07

Em Março de 2007 a Autoridade recebeu a primeira transferência do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado para cobertura das despesas orçamentadas pelo governo e com autorização do Parlamento Nacional de Timor-Leste. Fundos totalizando USD260.067.000 foram transferidos da conta do Fundo Petrolífero detida pela Autoridade.

Notas às Declarações Financeiras

2. Gestão do Risco Financeiro

(a) Introdução e síntese

A Autoridade Bancária e de Pagamentos tem exposição aos riscos seguintes derivado ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição da Autoridade para cada dos riscos acima, os objectivos da Autoridade, suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pela Autoridade.

(b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pela Autoridade.

O Conselho de Administração é guiado pela Lei que estabelece a Autoridade (Regulamento 2001/30), a qual estabelece directivas genéricas para a gestão do risco, inclusive as seguintes:

O Artº 48 exige que os objectivos primários na selecção de activos em moeda estrangeira deverão ser a segurança do capital e a liquidez. Sujeito a estes objectivos, serão seleccionados os activos que permitam maximizar os ganhos.

O mesmo Artº permite à Autoridade deter no seu balanço e administrar ouro, moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste ou saldos bancários em moeda estrangeira no exterior em bancos cujas responsabilidades a curto prazo sejam avaliadas em um das duas categorias mais altas através de agências de avaliação de crédito internacionalmente reconhecidas, e títulos de dívida emitidos ou garantidos pelos Estados Unidos cuja maturidade seja inferior a 180 dias e que seja denominados e pagáveis em dólares dos Estados Unidos.

O Artº 59.1 proíbe a Autoridade de conceder crédito, exercer actividade comercial, comprar acções de qualquer empresa ou companhia --- incluindo de qualquer Instituição Financeira ---, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das actividades da sua administração e operações.

O Artº 64 autoriza a Autoridade a abrir e manter nos seus livros *trust accounts* contanto que os activos e passivos sejam separados dos activos e passivos da Autoridade.

A Autoridade estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou *ad hoc*, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Director Geral e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

Notas às Declarações Financeiras

(c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira da Autoridade se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e actividades bancárias da Autoridade.

Como referido acima, este risco é gerido em obediência a um requisito legal que proíbe a colocação de fundos sem ser em bancos cujas responsabilidades a curto prazo são avaliadas numa das duas categorias mais altas por agências de avaliação de crédito internacionalmente reconhecidas e em títulos de dívida emitidos ou garantidos pelos Estados Unidos.

Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Director Geral. O Auditor Interno realiza auditorias regulares das divisões responsáveis pelo investimento de fundos.

A exposição da Autoridade ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas por Fitch Rating, é como segue:

	Rating*	2007	2006
Dinheiro e Depósitos nos Bancos			
Caixa	AAA	24.541.688	7.382.044
Depósitos em Bancos Centrais	Aa2	22.842.306	14.910.171
Bancos residentes	Aa3	1.772.212	1.338.953
Bancos não-residentes	Aa2	93.687	91.555
Outro saldos de caixa	Aa1	39.008	21.077
		49.288.901	23.743.800
Títulos negociáveis			
Títulos do Governo dos EUA	AAA	230.081.632	107.293.591
Investimentos			
Fundo Monetário Internacional	AAA	12.427.669	12.130.824
Activos Fixos e Outros	N/A	1.464.093	951.421
TOTAL DOS ACTIVOS		293.262.295	144.119.636

Sumário por <i>rating</i> do crédito	2007	2006	2007	2006
AAA	91,06%	87,99%	267.050.989	126.806.459
Aa1	0,01%	0,00%	39.008	21.077
Aa2	7,82%	10,41%	22.935.993	15.001.726
Aa3	0,60%	0,93%	1.772.212	1.338.953
N/A	0,50%	0,66%	1.464.093	951.421
TOTAL DOS ACTIVOS	100%	100%	293.262.295	144.119.636

*Nos casos em que um Banco Central não esteja classificado foi utilizado o "risco país" correspondente

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes activos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [*fair value*].

Notas às Declarações Financeiras

(d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Autoridade encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de a Autoridade ter de vender rapidamente um activo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

A Autoridade é responsável para administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [*clearing*]. A Autoridade está proibida pelo seu Estatuto de avançar fundos ao sistema bancário.

O *approach* da Autoridade quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que ela sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

O regulamento 2001/30 sobre a ABP define, como referido acima, provê um enquadramento para a gestão da liquidez, nomeadamente o de que os investimentos de mercado devem ter uma maturidade inferior a 180 dias.

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos --- para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez --- de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

O quadro seguinte mostra a análise de maturidade do balanço da Autoridade.

	Total 2007	Maturidade não-fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	49.288.901		49.288.901	
Títulos negociáveis	230.081.632		230.081.632	
Investimentos	12.427.669			12.427.669
Propriedade, edifícios e equipamentos	830.793	830.793		
Outros activos	633.300		633.300	
Total dos activos	293.262.295	830.793	280.003.833	12.427.669
Depósitos do Governo	248.021.395		248.021.395	
Outros Depósitos	22.052.261		9.921.437	12.130.824
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	510.780		510.780	
Outros Passivos	684.337		684.337	
Moeda emitada	1.993.522	1.993.522		
Conta de capital	20.000.000	20.000.000		
Total do passivo	293.262.295	21.993.522	259.137.949	12.130.824
Activo líquido segundo a maturidade	-	(21.162.729)	20.865.884	296.845

Notas às Declarações Financeiras

	Total 2006	Maturidade não-fixa	6 meses ou menos	Mais 6 meses
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	23.743.800		23.743.800	
Títulos negociáveis	107.293.591		107.293.591	
Investimentos	12.130.824			12.130.824
Propriedade, edifícios e equipamentos	862.624	862.624		
Outros activos	88.797		88.797	
Total dos activos	144.119.636	862.624	131.126.188	12.130.824
Depósitos do Governo	105.219.458		105.219.458	
Outros Depósitos	15.150.763		3.019.939	12.130.824
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	1.132.511		1.132.511	
Outros Passivos	806.365		806.365	
Moeda emitida	1.810.539	1.810.539		
Conta de capital	20.000.000	20.000.000		
Total do passivo	144.119.636	21.810.539	110.178.273	12.130.824
Activo líquido segundo a maturidade	-	(20.947.915)	20.947.915	-

(e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e *spreads* de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento da Autoridade ou o valor de seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao de risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, simultaneamente com o retorno em risco.

A forma como a Autoridade entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu quadro legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

A Autoridade mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira corrente e nas secções seguintes prestam-se informações sobre estes dois riscos.

(i) Risco de Taxa de juro

Risco de taxa de juros é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juros.

A administração de risco de taxa de juros pela Autoridade é determinada parcialmente pelo quadro legal esboçado acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus activos e passivos.

Os activos e passivos da Autoridade atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Notas às Declarações Financeiras

	Total 2007	Não sensível aos juros	6 meses ou menos	mais de 6 meses
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	49.288.901		49.288.901	
Títulos negociáveis	230.081.632		230.081.632	
Investimentos	12.427.669	12.427.669		
Propriedade, edifícios e equipamentos	830.793	830.793		
Outros activos	633.300	633.300		
Total dos activos	293.262.295	13.891.762	279.370.533	-
Depósitos do Governo	248.021.395		248.021.395	
Outros Depósitos	22.052.261	12.130.824	9.921.437	
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	510.780	510.780		
Outros Passivos	684.337	684.337		
Moeda emitida	1.993.522	1.993.522		
Conta de capital	20.000.000	20.000.000		
Total do passivo	293.262.295	35.319.463	257.942.832	-
Sensibilidade líquida das taxas de juro	-	(21.427.701)	21.427.701	-

	Total 2006	Não sensível aos juros	6 meses ou menos	mais de 6 meses
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	23.743.800		23.743.800	
Títulos negociáveis	107.293.591		107.293.591	
Investimentos	12.130.824	12.130.824		
Propriedade, edifícios e equipamentos	862.624	862.624		
Outros activos	88.797	88.797		
Total dos activos	144.119.636	13.082.245	131.037.391	-
Depósitos do Governo	105.219.458		105.219.458	
Outros Depósitos	15.150.763	12.130.824	3.019.939	
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	1.132.511	1.132.511		
Outros Passivos	806.365	806.365		
Moeda emitida	1.810.539	1.810.539		
Conta de capital	20.000.000	20.000.000		
Total do passivo	144.119.636	35.880.239	108.239.397	-
Sensibilidade líquida das taxas de juro	-	(22.797.994)	22.797.994	-

(ii) Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração da Autoridade mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. A Autoridade não se envolve em actividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

Para 30 de Junho de 2007 a exposição líquida da Autoridade às principais moedas era a seguinte:

Notas às Declarações Financeiras

	Total 2007	Dólares dos Estados Unidos	Dólares Australianos	Dieitos de saque especiais (FMI)	Euro
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	49.288.901	48.898.695	355.000		35.206
Títulos comercializáveis	230.081.632	230.081.632			
Investmentos	12.427.669	-		12.427.669	
Propriedade, edifícios e equipamentos	830.793	830.793			
Outros activos	633.300	632.028	1.272		
Total activos	293.262.295	280.443.148	356.272	12.427.669	35.206
Depósitos do Governo	248.021.395	248.021.395			
Outros Depósitos	22.052.261	9.921.437		12.130.824	
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	510.780	510.780			
Outros Passivos	684.337	684.337			
Moeda emitada	1.993.522	1.993.522			
Conta de capital	20.000.000	20.000.000			
Total do passivo	293.262.295	281.131.471	-	12.130.824	-
Exposição do risco de câmbio líquida	-	(688.323)	356.272	296.845	35.206

	Total 2006	Dólares dos Estados Unidos	Dólares Australianos	Dieitos de saque especiais (FMI)	Euro
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	23.743.800	23.397.616	309.093		37.091
Títulos comercializáveis	107.293.591	107.293.591			
Investmentos	12.130.824	-		12.130.824	
Propriedade, edifícios e equipamentos	862.624	862.624			
Outros activos	88.797	87.525	1.272		
Total activos	144.119.636	131.641.356	310.365	12.130.824	37.091
Depósitos do Governo	105.219.458	105.219.458			
Outros Depósitos	15.150.763	3.019.939		12.130.824	
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	1.132.511	1.132.511			
Outros Passivos	806.365	806.365			
Moeda emitada	1.810.539	1.810.539			
Conta de capital	20.000.000	20.000.000			
Total do passivo	144.119.636	131.988.812	-	12.130.824	-
Exposição do risco de câmbio líquida	-	(347.456)	310.365	-	37.091

(f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos da Autoridade, o seu pessoal, tecnologia e infra-estruturas utilizadas na sua actividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pela Autoridade e são enfrentados por todas as entidades empresariais.

O objectivo da Autoridade é gerir o risco operacional de modo a equilibrar o evitar de perdas financeiras e danos à reputação da Autoridade com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Notas às Declarações Financeiras

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de actividade da ABP. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências para a separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transacções;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transacções;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que a Autoridade defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigências de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de acções que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de actividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Director Geral e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

(g) Administração do Capital

A administração do capital da Autoridade está sujeita ao Regulamento nº 2001/30 sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital mínimo será USD 20.000.000
- Uma conta de reserva geral será estabelecida para deter a diferença entre cinco por cento da quantia agregada dos saldos de crédito de todas as contas mantidas nos livros da Autoridade por titulares de conta registados no balanço da Autoridade no fim de cada ano fiscal e USD 20.000.000.
- O capital da Autoridade não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Na sequência do completar da realização do seu capital de USD 20.000.000 pelo governo em Julho de 2005 a Autoridade estabeleceu todas as provisões a que estava obrigada durante o ano.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital da Autoridade durante o período.

A afectação de capital entre operações e actividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

Notas às Declarações Financeiras

3. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística da Autoridade

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística da Autoridade incluíram a seguinte:

Embora o Artº 64 do Regulamento 2001/30 estabeleça que a Autoridade é autorizada a abrir e manter *trust accounts* nos seus livros desde que os respectivos activos e passivos sejam separados dos activos e passivos da Autoridade, a administração da Autoridade, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e activos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome da Autoridade não devem, para efeitos de reporte, serem apresentados no balanço da Autoridade.

4. Segmentação da informação reportada

A função primária da Autoridade é agir como o banco central de uma área geográfica única - Timor-Leste. O capital da Autoridade não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, à Autoridade não é exigida a apresentação de informação segmentada.

5. Dinheiro e seus equivalentes

	2007	2006
Dinheiro e Depósitos nos Bancos		
Caixa	24.542.888	7.383.244
Depósitos em Bancos Centrais	22.842.306	14.910.171
Bancos residentes	1.772.212	1.338.953
Bancos não-residentes	93.687	91.555
Conta da agência de Oe-Cussi	37.808	19.877
Total	49.288.901	23.743.800

6. Títulos negociáveis

	2007	2006
Títulos negociáveis		
Títulos do Governo dos EUA	230.081.632	107.293.591
Total	230.081.632	107.293.591

Notas às Declarações Financeiras

7. Activos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que a Autoridade atribui a cada classe de activos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos activos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2007						
	Disponível para venda	Dinheiro e Depósitos nos Bancos	Custo amortizado	Outro	Total a transitar	Valor justo
Dinheiro e Depósitos nos Bancos		49.288.901			49.288.901	49.288.901
Títulos negociáveis	230.081.632				230.081.632	230.081.632
Investimentos			12.427.669		12.427.669	12.427.669
Propriedade, edifícios e equipamentos				830.793	830.793	830.793
Outros activos				633.300	633.300	633.300
Total dos activos	230.081.632	49.288.901	12.427.669	1.464.093	293.262.295	293.262.295
Depósitos do Governo			248.021.395		248.021.395	248.021.395
Outros Depósitos			22.052.261		22.052.261	22.052.261
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste				510.780	510.780	510.780
Outros Passivos			684.337		684.337	684.337
Moeda emitida			1.993.522		1.993.522	1.993.522
Conta de capital				20.000.000	20.000.000	20.000.000
Total do passivo	-	-	272.751.515	20.510.780	293.262.295	293.262.295

2006						
	Disponível para venda	Dinheiro e Depósitos nos Bancos	Custo amortizado	Outro	Total a transitar	Valor justo
Dinheiro e Depósitos nos Bancos		23.743.800			23.743.800	23.743.800
Títulos negociáveis	107.293.591				107.293.591	107.293.591
Investimentos			12.130.824		12.130.824	12.130.824
Propriedade, edifícios e equipamentos				862.624	862.624	862.624
Outros activos				88.797	88.797	88.797
Total dos activos	107.293.591	23.743.800	12.130.824	951.421	144.119.636	144.119.636
Depósitos do Governo			105.219.458		105.219.458	105.219.458
Outros Depósitos			15.150.763		15.150.763	15.150.763
Provisão para transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste				1.132.511	1.132.511	1.132.511
Outros Passivos			806.365		806.365	806.365
Moeda emitida			1.810.539		1.810.539	1.810.539
Conta de capital				20.000.000	20.000.000	20.000.000
Total do passivo	-	-	122.987.125	21.132.511	144.119.636	144.119.636

Porque dependente do estabelecimento de uma lei sobre o sistema de registo de terras e propriedades e o início de um mercado de propriedades em que seja possível estimar o valor comercial das propriedades por comparação com as transacções efectivamente realizadas, o Conselho de Administração da Autoridade foi incapaz de estabelecer um valor razoável de mercado para o edifício da sede da instituição e os edifícios ocupados pela Autoridade.

Notas às Declarações Financeiras

8. Instituições Financeiras Internacionais

(A) International Monetary Fund

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. A ABP/BPA foi designada como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, a ABP/BPA inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um activo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade

Em consequência, os saldos das contas do Fundo (denominadas em Direitos de Saque Especiais) são como segue

Subscrição da quota do FMI (activo)	SDR	8.200.000
Conta em Numerário do FMI (passivo)	SDR	21.500
Conta de títulos do FMI (passivo)	SDR	8.178.500

A conta de títulos do FMI reflecte o valor de uma Nota Promissória em custódia na ABP/BPA a favor do FMI. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR à taxa de câmbio SDR/USD aplicável, a de 30 de Junho de 2007.

(B) The World Bank Group

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado “Grupo do Banco Mundial” em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, a ABP/BPA foi designada como depositária oficial. De acordo com a prática generalizada, a Autoridade regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

International Bank for Reconstruction and Development

Timor-Leste subscreveu 267 partes do capital social num valor global de USD 32.209.545, dos quais USD 1.739.315 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

International Development Association

Timor-Leste subscreveu USD 349.842, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 541.000, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

(C) Asian Development Bank

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do Banco Asiático de Desenvolvimento em 24 de Julho de 2002. De acordo com os Estatutos de Associação, a ABP/BPA foi designada como entidade depositária oficial. De acordo com a prática comum, a Autoridade regista os saldos existentes com este banco numa base de responsabilidades líquidas. A subscrição de Timor-Leste no capital do Banco Asiático de Desenvolvimento é de 350 acções, num valor total de USD

Notas às Declarações Financeiras

4.222.225, representados parcialmente por uma Nota Promissória de USD 171.904,88 depositada na ABP/BPA.

9. Propriedade, instalações e equipamento

	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores e equipamento electrónico	Veículos	Total
Custo						
Balanco em 1 de Julho de 2005	818.585	83.581	146.762	288.303	153.756	1.490.987
Ajustamentos de períodos anteriores	(68)	40.788	(50)	(54)	-	40.616
Aquisições	1.410	6.657	7.515	30.292	-	45.874
Balanco em 30 de Junho de 2006	819.927	131.026	154.227	318.541	153.756	1.577.477
Balanco em 1 de Julho de 2006	819.927	131.026	154.227	318.541	153.756	1.577.477
Aquisições	45.252	15.178	2.960	25.535	-	88.925
Balanco em 30 de Junho de 2007	865.179	146.204	157.187	344.075	153.756	1.666.401
Depreciação						
Balanco em 1 de Julho de 2005	111.279	53.385	44.951	181.505	72.860	463.980
Ajustamentos de períodos anteriores	-	40.615	-	-	-	40.615
Depreciação no período	67.992	23.609	20.638	62.779	35.240	210.258
Balanco em Junho de 2006	179.271	117.609	65.589	244.284	108.100	714.853
Balanco em Julho de 2006	179.271	117.609	65.589	244.284	108.100	714.853
Depreciação no período	41.751	4.965	19.464	37.402	17.173	120.755
Balanco em Junho de 2007	221.022	122.574	85.053	281.686	125.273	835.608
Valores a transitar						
Balanco em 1 de Julho de 2005	707.306	30.196	101.811	106.798	80.896	1.027.007
Balanco em 30 de Junho de 2006	640.656	13.417	88.638	74.257	45.656	862.624
Balanco em 30 Junho de 2007	644.157	23.630	72.134	62.389	28.483	830.793

Tal como referido na declaração sobre políticas contabilísticas, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

10. Outros activos

Outros activos compreendem os seguintes:

	2007	2006
Outros Activos		
Contas a receber	233.952	2.478
Juros a receber	36.099	19.127
Pré-pagamentos	46.013	36.953
Existências	317.237	30.239
Total	633.300	88.797

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres da Autoridade. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes activos.

Notas às Declarações Financeiras**11. Depósitos do Governos**

	2007	2006
Depósitos do Governo		
Fundo Consolidado de Timor-Leste	248.021.395	105.219.458
Total	248.021.395	105.219.458

12. Outros depósitos

	2007	2006
Outros Depósitos		
Instituições financeiras nacionais	9.624.592	3.019.939
Instituições financeiras internacionais (líquido)	12.427.669	12.130.824
Total	22.052.261	15.150.763

13. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artº 13 do Regulamento 2001/30 sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos requer que o lucro líquido da Autoridade, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Como não é exigido que seja mantido nenhum saldo na conta de Reserva Geral (veja nota 15) e na Conta de Reserva Adicional, a transferência para o Governo será feita como segue:

	2007	2006
Transferência para o Governo		
Balanço da conta de reserva geral	54.689	162.444
Lucro líquido do ano terminado em 30 de Junho de 2007	456.091	970.068
Total	510.780	1.132.512

14. Outras responsabilidades

	2007	2006
Outros Pasivos		
Outras contas pagáveis	464.472	73.579
Impostos retidos a pagar	6.901	1.573
Provisão para a conta de serviço longo	19.206	12.391
Carta de crédito	191.448	679.071
Contas operacionais	2.310	39.751
Total	684.337	806.365

15. Capital e reservas

O capital da Autoridade está fixado em USD 20.000.000

Notas às Declarações Financeiras

A lei estabelece as seguintes reservas:

- Uma Conta de Reserva Geral para reter quantias que assegurem que a soma da Conta de capital e a Conta de Reserva Geral não sejam inferiores a cinco por cento da quantia agregada dos saldos a crédito de todas as contas mantidas nos livros da Autoridade por titulares de conta integradas no balanço da Autoridade no fim de cada ano fiscal.
- Uma Conta de Reserva Adicional para reter quantias que assegurem que a soma das contas de Capital, de Reserva Geral e de Reserva Adicional são iguais a sete por cento da quantia agregado dos saldos a crédito de todas as contas mantidas nos livros do BPA por titulares de conta integradas no balanço da ABP no fim de cada ano fiscal.

Além disso, é estabelecida a reserva seguinte como consequência da detenção de activos reconhecidos nas contas da ABP como susceptíveis de serem negociados:

- Uma Reserva de Valor que retenha as alterações líquidas das alterações no valor estimado de mercado de investimentos susceptíveis de serem comercializados até que eles deixem de constar dos activos da instituição ou apresentem prejuízo.

16. Responsabilidades contingentes

À data de 30 de Junho de 2007 havia cartas de crédito totalizando USD 336.448 (2006: USD 768.000).

17. Rendimento líquido sob a forma de juros

	2007	2006
Rendimento de Juros dos Activos Financeiros		
Juros de depósitos em bancos centrais estrangeiros	1.993.761	1.553.365
Juros dos investimentos susceptíveis de transacção	4.423.843	5.207.118
Juros de depósitos em bancos no país	5.979	8.950
Total de rendimento de Juros	6.423.583	6.769.433
Juros pago às responsabilidades financeiras		
Juros pagos à conta do governo	5.094.696	5.399.755
Juros pagos aos bancos comerciais	90.946	43.923
Total dos juros pagos	5.185.642	5.443.678

Não foi contabilizado nenhum juro em activos que registaram prejuízo.

Notas às Declarações Financeiras**18. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas**

	2007	2006
Taxas e comissões cobradas		
Taxa por levantamento de notas/moedas	129.259	135.353
Licenciamento e supervisão	34.750	49.000
Taxas de gestão da conta do governo	240.000	240.000
Total das taxas e comissões cobradas	404.009	424.353

19. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o previsto na Lei do Fundo Petrolífero N° 9/2005 a Autoridade é autorizada a cobrar uma taxa pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que represente razoavelmente o custo de administrar o referido Fundo. O saldo do Fundo Petrolífero em 30 de Junho de 2007 era USD 1.394.222.729 (em 2006: USD 649.848.228) e a taxa de administração estabelecida que estava estabelecida era de USD 524.000 (em 2006 foi de USD 270.000), seis pontos base quando medidos contra o saldo médio dos fundos administrados durante o ano.

20. Despesas com o pessoal

	2007	2006
Despesas com pessoal		
Salários e pagamentos relacionados	213.212	184.797
Pagamentos para o bem-estar de funcionários	41.085	43.352
Desenvolvimento das capacidades	162.492	53.177
Representação em conferências e reuniões	98.987	47.074
Total das despesas com o pessoal	515.776	328.400

21. Despesas de administração

	2007	2006
Despesas de Administração		
Despesas de manutenção dos activos	15.776	16.626
Comunicações	52.454	65.827
Sistemas de informação	56.677	73.999
Seguros	49.898	48.333
Despesas gerais	9.700	9.696
Despesas de expediente	47.113	47.534
Comissões de profissionais	547.040	47.960
Segurança	35.700	17.002
Viagem	6.298	2.444
Veículos	33.001	8.212
Água e electricidade	39.316	71.373
Total das despesas de Administração	892.971	409.006

Notas às Declarações Financeiras

22 - Fundo Petrolífero de Timor-Leste

A Autoridade é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme a Lei 9/2005 sobre o Fundo Petrolífero de Timor-Leste e um Acordo de Administração Operacional assinados entre a Autoridade e o Ministro do Plano e das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos, a Autoridade estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pela Autoridade, em seu próprio nome e no Banco de Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos de outros relativos a receitas de petróleo, sendo eles obrigados a depositar nela e só nela os seus pagamentos.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome da Autoridade.
3. A Autoridade não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência da Autoridade ou seus empregados.

Tomando em consideração normas estabelecidas nas *International Financial Standards*, os activos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço da Autoridade.

Os activos e passivos do Fundo Petrolífero a 30 de Junho de 2007 eram como segue:

	2007	2006
Activos do Fundo Petrolífero		
Conta destinada ao depósito das receitas	211.262	299.284
Acordos de recompra <i>overnight</i>	200.000	200.000
Investimentos ao valor justo/de mercado	1.386.780.855	646.133.185
Juros recebidos	7.030.612	3.215.759
	1.394.222.729	649.848.228
Capital	1.394.222.729	649.848.228
Capital	1.394.222.729	649.848.228

23 - Transacções com partes com relações com a Autoridade

Controlador em última instância

O capital da Autoridade é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. A Autoridade encontra-se legalmente estabelecida como entidade pública distinta e autónoma, responsável perante o Governo, com controlo sobre as políticas financeiras e operacionais distribuídas entre o Conselho de Administração e o Director-Geral. O Artº 4.2 do Regulamento 2001/30 dá à Autoridade completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

Notas às Declarações Financeiras

Conselho de Administração

Durante o ano fiscal a que este relatório diz respeito nenhum dos membros do Conselho de Administração era exterior aos quadros de gestores de topo da Instituição, cujas remunerações são divulgadas abaixo.

Pessoal de topo da Administração

A administração da Autoridade é exercida por um Comité de Gestão que inclui o Director-Geral e cinco dos membros de categoria mais elevada do pessoal.

	2007	2006
Remunerações da Administração		
Benefícios a curto prazo	25.901	19.476
Benefícios a longo prazo	1.099	1.721
Total	26.999	21.197

24- Acontecimentos relevantes posteriores à data do balanço

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Autoridade em 10 de Outubro de 2007. Até esta data não ocorreram acontecimentos que afectassem o balanço.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Chartered Accountants
18 Smith Street
Darwin NT 0800

ABN: 30 692 879 009
Telephone: +61 8 8982 9000
Facsimile: +61 8 8941 0238
www.kpmg.com.au

GPO Box 1616
Darwin NT 0801
Australia

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE GOVERNING BOARD OF BANKING AND PAYMENTS AUTHORITY OF TIMOR-LESTE

Report on the Financial Statements

We have audited the accompanying financial statements of Banking and Payments Authority of Timor Leste (BPA), which comprises the statement of compliance, balance sheet, profit and loss statement, statement of changes in equity, statement of cash flows, statement of accounting policies and notes to the financial statements for the year ended 30 June 2007.

Management's Responsibility for the Financial Statements

The management is responsible for the preparation and fair presentation of these financial statements in accordance with the International Financial Reporting Standards and in accordance with the Regulation No. 2001/30 'on the Banking and Payments Authority of Timor-Leste'. This responsibility includes; designing, implementing and maintaining internal control relevant to the preparation and fair presentation of financial statements that are free from material misstatements, whether due to fraud or error; selecting and applying appropriate accounting policies; and making accounting estimates that are reasonable in the circumstances.

Auditor's responsibility

Our responsibility is to express an opinion to the members of the Governing Board of BPA on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. Those standards require that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial statements are free from material misstatements.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation and fair presentation of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.



Opinion

In our opinion, the financial statements give a true and fair view of the financial position of Banking and Payment Authority of Timor-Leste as of 30 June 2007 and of its financial performance and its cash flows for the year the ended in accordance with;

- (a) the Regulation No. 2001/30 'on the Banking and Payments Authority of Timor-Leste' and
- (b) the International Financial Reporting Standards and other mandatory financial reporting requirements in Timor-Leste

KPMG

KPMG

Devendra N Patel
Partner

Darwin

10 October 2007



Conselho de Administração

Abraão de Vasconcelos
Maria José Sarmento
Nur Aini Alkatiri

Comité de Administração

Director-Geral

Abraão de Vasconcelos

Director-Geral Adjunto para a Área da Supervisão

Maria José Sarmento

Director-Geral Adjunto para a Área de Pagamentos

Nur Aini Alkatiri

Director Administrativo

Raquel Gonçalves da Costa

Director da Contabilidade

Fernando Carvalho

Director do Departamento do Fundo Petrolífero

Venâncio Alves Maria

Contactos:

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

*Autoridade Bankaria no Pagamentu
Timor-Leste nian*

Av^a Bispo Medeiros
Caixa Postal 59
Dili
Timor-Leste

Telf: (++.670) 331 37 18

Fax: (++.670) 331 37 16

e-mail: info@bancocentral.tl

URL: www.bancocentral.tl

